

4 ANOS DE CREDIBILIDADE E MUDANÇA



GOVERNO DE
PORTUGAL



4 ANOS DE
CREDIBILIDADE
E MUDANÇA

4 ANOS
DE CREDIBILIDADE
E MUDANÇA
8

Quatro anos depois de o Governo ter tomado posse, o País está hoje numa condição muito diferente.

MODERNIZAR O ESTADO
12

A transformação do sector público, no seu conjunto, preencheu uma parte da agenda reformista da atuação do Governo.

UMA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MAIS EFICAZ
14

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
E LOCAL
14

REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR
EMPRESARIAL DO ESTADO
16

PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS
DO ESTADO
17

MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO
ORÇAMENTAL
17

MAIS TRANSPARÊNCIA,
RESPONSABILIZAÇÃO E
DESGOVERNAMENTALIZAÇÃO
18

SECTOR PÚBLICO MAIS EFICIENTE
18

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO
FISCAL E REFORÇO DO COMBATE
À FRAUDE E EVAÇÃO FISCAL
19

GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
20

CONTAS PÚBLICAS EM ORDEM
23

UM ESTADO MAIS SIMPLES
E MAIS PRÓXIMO
23

REFORMA DO SERVIÇO
NACIONAL DE SAÚDE
24

MELHORIA DA EFICIÊNCIA:
COMBATE ÀS RENDAS EXCESSIVAS
NA SAÚDE, AO DESPERDÍCIO
E À FRAUDE
25

MELHORIA DA TRANSPARÊNCIA
NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE
26

MAIOR EQUIDADE SOCIAL
28

Desde a tomada de posse que o Governo agiu para proteger os membros mais vulneráveis da sociedade.

REFORMAS DO EMPREGO
E MERCADO LABORAL
29

MAIOR INCLUSÃO E COBERTURA
NO DESEMPREGO
31

MAIOR PROTEÇÃO SOCIAL
32

MINORAR O EFEITO
DO DESEMPREGO
33

MAIS APOIO ÀS INSTITUIÇÕES
SOCIAIS
33

MAIOR APOIO ÀS FAMÍLIAS
E MELHOR SERVIÇO SOCIAL
34

AUMENTO DO ACESSO À SAÚDE
35

MEDICAMENTOS MAIS BARATOS
PARA TODOS
36

MELHORES INDICADORES
DE SAÚDE
37

DEMOCRATIZAR
E MODERNIZAR
A ECONOMIA
38

Este Governo trabalhou para uma sociedade que eleve o crescimento e a prosperidade a valores sociais de primeira ordem.

FINANCIAMENTO DA ECONOMIA
40

OS FUNDOS EUROPEUS COMO
MOTOR DO DESENVOLVIMENTO
40

MELHORAR O AMBIENTE
COMPETITIVO E REFORÇAR
A REGULAÇÃO
41

MAIOR COMPETITIVIDADE FISCAL
43

PROMOVER O INVESTIMENTO,
A COMPETITIVIDADE E A COESÃO
44

A JUSTIÇA AO SERVIÇO DA
MODERNIZAÇÃO DO PAÍS
45

A REFORMA DO SECTOR DA ENERGIA
47

COMBATE ÀS RENDAS EXCESSIVAS
NA ENERGIA
48

REFORMA DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO,
DO LICENCIAMENTO,
DA REABILITAÇÃO URBANA
E DO ARRENDAMENTO
49

VALORIZAR OS RECURSOS
NATURAIS DO TERRITÓRIO
50

A valorização dos recursos naturais e do território constituiu uma prioridade do Governo, tendo por isso apostado decisivamente nos sectores das florestas, da agricultura e do mar.

OPTIMIZAR O USO DO TERRITÓRIO
52

FAVORECER O INVESTIMENTO
NO TERRITÓRIO
53

LIDERANÇA NO COMBATE
ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
55

CRESCIMENTO VERDE
E INVESTIMENTO VERDE
55

PROTEÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL
56

REESTRUTURAÇÃO DOS SECTORES
DAS ÁGUAS E RESÍDUOS
56

MAIS VALOR À BIODIVERSIDADE
E À CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
57

MAIS SEGURANÇA
E MAIS SOBERANIA
58

Durante estes quatro anos, o Governo implementou uma série de políticas coerentes para manter Portugal como um dos países mais seguros do mundo.

UMA DEFESA PARA O SÉCULO XXI
60

POLÍTICAS SOCIAIS
NA DEFESA NACIONAL
60

AS FORÇAS ARMADAS NO MUNDO
61

UM PAÍS MAIS SEGURO
61

EFICIÊNCIA, MODERNIZAÇÃO
E REDUÇÃO DE DESPESA
NAS FORÇAS DE SEGURANÇA
62

PROTEÇÃO CIVIL MAIS EFICAZ
62

FRONTEIRAS MAIS SEGURAS
63

MAIOR SEGURANÇA RODOVIÁRIA
63

INVESTIR NAS PRÓXIMAS
GERAÇÕES
65

A educação, a formação e a ciência são essenciais para o desenvolvimento cultural, social e para o crescimento económico.

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
66

ENSINO SUPERIOR
68

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
69

PORTUGAL NO MUNDO
72

Portugal continuou nestes últimos quatro anos a desempenhar o seu papel relevante no seio da Comunidade Internacional.

A DIPLOMACIA PORTUGUESA
74

POLÍTICA EUROPEIA
74

RELAÇÕES MULTILATERAIS
75

COOPERAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO
76

COMUNIDADES PORTUGUESAS
76

AS FORÇAS ARMADAS NO MUNDO
77

INVESTIMENTOS NO REFORÇO DO
ENSINO EM PORTUGUÊS NOS PALOP
77

INTERNACIONALIZAÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR
77

REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO
DE PORTUGAL NO ESPAÇO
INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO
78

INTERNACIONALIZAÇÃO DA SAÚDE
78

PROMOVER A CULTURA
PORTUGUESA NO MUNDO
78

UMA SOCIEDADE MAIS
DEMOCRÁTICA COM MAIS
CULTURA, PLURALISMO,
IGUALDADE E INCLUSÃO
80

As políticas públicas não se resumem às funções fundamentais do Estado, ligadas às funções sociais, à economia e recursos naturais ou às funções de soberania.

A CULTURA AO SERVIÇO DO PAÍS
82

MAIS IGUALDADE
85

APOIO ÀS MIGRAÇÕES
86

COMUNICAÇÃO SOCIAL
87

MAIS DESPORTO E JUVENTUDE
87

4 ANOS DE CREDIBILIDADE E MUDANÇA

Quatro anos depois de o Governo ter tomado posse, o País está hoje numa condição muito diferente. Qualquer balanço da atividade governativa supõe que se perceba com rigor o ponto de partida. Ora, em junho de 2011 o País vivia uma situação dramática. Com a economia em queda acelerada, e a poucas semanas da primeira revisão regular do Programa de Assistência negociado pelo governo cessante, sem perder tempo tomámos em mãos a tarefa central de proteger os Portugueses das ameaças gravíssimas que pendiam sobre todo o País. Vivíamos um período de verdadeira emergência nacional.

Felizmente, hoje essa memória é cada vez mais distante. Mas na realidade os perigos que nos cercavam nessa altura punham em causa o nosso Estado social, o cumprimento dos compromissos internos do Estado, como o pagamento de salários e pensões, e, em última análise, a nossa permanência como membros da União Monetária. Muitos foram aqueles que, dentro e fora do País, nos destinaram o caminho inevitável de um desastre económico, social e político, em que a única diferença face à Grécia era apenas um atraso de seis meses na sucessão de reveses e más notícias.

Tínhamos um exigente Programa de Assistência para cumprir, embora não o tivéssemos negociado. Com um financiamento muito limitado relativamente aos desequilíbrios financeiros que registávamos, o cumprimento do Programa

de Assistência era vital para financiarmos o Estado, o Estado social e, indiretamente, a economia no seu todo. Se tivéssemos renunciado ao seu cumprimento, enveredando por um segundo resgate ainda mal o primeiro tinha sido anunciado, os danos provocados à vida dos Portugueses teriam sido inimagináveis.

Lançámo-nos, pois, na missão de resolver os problemas do País com uma amplitude muito limitada de meios e de escolhas, sabendo que o custo das opções tomadas era muito menor do que o custo de as não tomar. Sabíamos que tínhamos de recuperar a credibilidade nacional que fora devastada nos primeiros meses do ano. Sabíamos que tínhamos de lidar com um estado de deterioração das contas públicas substancialmente mais agravado do que o que fora plasmado na negociação do Programa de Assistência. E começámos imediatamente a renegociar as condições financeiras associadas ao Programa de Assistência para o tornar viável e menos oneroso para o País, com a redução das taxas de juro dos empréstimos e a extensão dos prazos de pagamento – o que fizemos em duas ocasiões: em Julho de 2011 e Maio de 2013.

Salvar o País da dramática situação em que se encontrava exigia uma estratégia paciente, consistente e de longo alcance. No centro dessa estratégia, além do saneamento das contas públicas e da estabilização financeira, estava a reforma estrutural de que Portugal carecia.

O trabalho que tínhamos pela frente era enorme. Portugal chegou a 2011 com desequilíbrios e rupturas gravíssimas, tanto do ponto de vista económico como social, com poucos paralelos na Europa. Vínhamos de uma sequência infundável de estagnação. Portugal foi um dos países que menos cresceu nos primeiros dez anos do novo século, não só na Europa, mas na família das nações que constituem grupos internacionais como a OCDE. Sem atacar as raízes da crise que estávamos a viver, não conseguiríamos dar uma resposta duradoura e profunda à emergência nacional que tínhamos de ultrapassar.

E foi o que fizemos. A nossa estratégia de reforma estrutural obedeceu à sua complementaridade e articulação, para que as reformas sectoriais fossem coerentes umas com as outras e com o objectivo de maximizar os seus efeitos positivos. Teve ainda um significado político e social da maior importância: a democratização da economia e da sociedade portuguesa.

Depois de tantos anos de estagnação, que não por acaso foram anos de consolidação de privilégios injustificados para alguns, a reforma estrutural era indispensável para podermos voltar a crescer economicamente, e assim termos uma sociedade mais próspera, mas também para refundar a nossa sociedade no princípio da igualdade de oportunidades e da abertura a todos, sem exclusões, do direito

Com a economia em queda acelerada, e a poucas semanas da primeira revisão regular do Programa de Assistência negociado pelo governo cessante, sem perder tempo tomámos em mãos a tarefa central de proteger os Portugueses das ameaças gravíssimas que pendiam sobre todo o País. Vivíamos um período de verdadeira emergência nacional.

de participar na vida económica e social. E, desde o primeiro momento, apesar de meios limitadíssimos, tomámos todas as medidas para proteger efetivamente os mais vulneráveis e mais fragilizados. Nunca abdicámos dessa prioridade.

Tudo isto foi feito nas condições mais adversas. Enfrentando a mais grave crise financeira da nossa história democrática, numa conjuntura europeia muito negativa provocada pela primeira crise da área do euro desde a sua fundação – e que por alguns meses deixou que se adivinhasse a possibilidade da ruína da moeda única –, empreendemos a maior reforma estrutural do Portugal democrático.

O trabalho feito foi tão amplo e minucioso que a extensão da lista do que alcançámos pode parecer fastidiosa. Mas é importante para compreender a dimensão das mudanças que Portugal fez. Mudanças indispensáveis para colocar o nosso País no caminho de uma sociedade mais próspera, mais justa, mais dinâmica, mais aberta – numa palavra, para que Portugal seja uma democracia mais profunda em que se cada um pode ter uma justa oportunidade de realizar os seus projetos e os seus aspirações.

Em 2011, o desemprego disparava. Hoje, o desemprego desce consistentemente.

A economia estava em queda livre e hoje o crescimento está a acelerar.

O endividamento do País – externo, privado e público – era uma ameaça à nossa existência como

comunidade política democrática e independente com uma economia social de mercado. Hoje, temos excedentes externos consistentes, e a dívida privada e pública estão a descer.

Em 2011, o Serviço Nacional de Saúde estava sob o perigo de uma iminente ruptura financeira. Hoje, sabemos por relatórios independentes nacionais e internacionais que as finanças do SNS estão asseguradas e que aumentámos a prestação de cuidados de saúde durante todos estes anos.

Em 2011, o défice do Estado estava descontrolado; em 2015 sairemos do Procedimento por Défices Excessivos da União Europeia, com o défice mais pequeno da nossa história democrática – cortámos o défice do Estado em 3/4, com mais transparência e informação sobre as contas do Estado, porque é um direito de cidadania que todos saibam com rigor e em tempo útil qual o andamento da gestão dos dinheiros públicos.

Em 2011, éramos vistos com desconfiança pelos nossos parceiros e aliados. Hoje, temos a confiança e o respeito de todos.

Em 2011, parecia que estávamos condenados a nos afogarmos num período terrível e prolongado de colapso económico, social e político. Hoje, com muitos sacrifícios e determinação, reconquistámos o nosso futuro.

Passados anos a divergir da União Europeia, Portugal hoje está a

convergir e a crescer acima da média da zona euro. Isso é uma grande vitória de todos os Portugueses.

Temos muito para fazer para a frente. Mas o nosso futuro será construído em cima das bases que lançámos nestes 4 anos. Não podemos pôr tudo isto em risco, com estratégias incoerentes e irrefletidas. A recuperação que hoje vivemos, e que tanto esforço exigiu aos Portugueses, tem de ser protegida, fortalecida e acelerada. Não pode ser revertida.



MODERNIZAR O ESTADO

A transformação do sector público, no seu conjunto, preencheu uma parte da agenda reformista da atuação do Governo. As modificações introduzidas na Administração Pública – nomeadamente em subsectores-chave como o Sector Empresarial do Estado – constituíram uma peça fundamental da modernização do país. Tornaram-se urgentes num contexto de emergência financeira e serão decisivas para o futuro. As contas do Estado foram colocadas em ordem e foram tomadas medidas para impedir que no futuro, Portugal voltasse a enfrentar um estado de pré-bancarrota financeira.

Implementámos medidas para racionalizar e redimensionar o Estado, sem no entanto colocar em causa a eficácia do serviço prestado aos cidadãos. Adotámos medidas para superar a partidarização da Administração Pública, fundimos ou extinguímos várias entidades, reduzimos cargos de direção e de chefia, e promovemos medidas para aumentar a eficiência do sector público. Foi também este o Governo que fez a maior reforma na administração local em décadas. Tendo sempre presente que todas as reformulações têm tempo de maturação, o processo de transformação do sector público tem que ser entendido como um processo gradual e contínuo, com os necessários impulsos, que prepararam Portugal para ultrapassar melhor os desafios que se lhe colocam.

Uma Administração Pública mais eficaz

- Concretizámos um Programa de Racionalização das Estruturas da Administração Central (PREMAC), que reduziu 40% dos organismos e de 27% dos cargos dirigentes.
- A nova Lei-quadro das Fundações estabeleceu regras claras para evitar abusos na utilização do estatuto fundacional, criando simultaneamente mecanismos de controlo rigorosos e um regime mais exigente.
- Melhorámos a informação de suporte à gestão da Administração Pública através da reformulação do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).
- Está em desenvolvimento a Plataforma para a Administração e para o Emprego Público, com o objetivo de constituir um sistema único e integrado de referência.
- Reforçámos a utilização de soluções de serviços partilhados na Administração Pública. A criação da Entidade Gestora de Serviços Partilhados da AP (ESPAP, IP) assegura a prestação de serviços nas áreas do desenvolvimento e manutenção de soluções aplicacionais e da gestão de infraestruturas de tecnologias de informação e comunicação.
- Introduzimos importantes alterações legislativas em matéria de regimes de emprego público, dando resposta às necessidades de melhoria do modo funcionamento.
- Regulamentámos as Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Pública, permitindo realizar, de forma seletiva, uma racionalização dos recursos humanos.
- Alterámos o período normal de trabalho, de 35 para 40 horas semanais, alinhando-o com as Administrações Públicas dos demais Estados-Membros da União Europeia, bem como com o sector privado.
- Apresentámos um novo regime de requalificação dos trabalhadores em funções públicas, para corrigir o anterior sistema de mobilidade especial, que se limitava a retirar os trabalhadores de efetividade de funções sem limites temporais nem formação e sem quaisquer incentivos ao regresso ao trabalho.
- Desenvolvemos e aprovámos a nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que consiste numa revisão fundamental dos regimes jurídicos de emprego público, com vista ao alinhamento com o Código de Trabalho.
- Realizámos levantamentos e análises de informação sobre todas as componentes remuneratórias dos trabalhadores da Administração Pública, com vista a melhorar a competitividade do Estado relativamente à fixação de profissionais com mérito.
- Privilegiámos o rejuvenescimento e a valorização das qualificações na Administração Pública, através do lançamento das edições do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central.
- Promovemos os mecanismos de negociação coletiva na Administração Pública, através da celebração de acordos coletivos de empregador público.

Administração Regional e Local

- No âmbito do movimento de reforma do Estado, o Governo tem vindo a atuar profundamente na reforma estrutural da Administração Local, promovendo o seu reequilíbrio financeiro, racionalizando a sua organização e promovendo o exercício de novas competências:
- As reformas da administração local foram muito exigentes ao nível financeiro e orçamental, mas, felizmente, já produziram resultados fácticos muito visíveis que evidenciam um sector muito mais equilibrado e sustentável.
- Foi aprovado o novo Regime Jurídico Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que contém regras mais simples, mas ao mesmo tempo mais exigentes e coerentes, nomeadamente, ao equilíbrio orçamental, aos limites da dívida, aos mecanismos de recuperação financeira, à prestação de contas individual e consolidada e à auditoria externa e certificação legal de contas.
 - O Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), foi lançado em 2012 como um programa de empréstimos de longo prazo do Estado aos municípios para que estes pudessem pagar as dívidas em atraso (+90 dias) que tivessem para com os seus fornecedores. O PAEL foi lançado com uma linha de 1000 milhões de euros, tendo-se candidatado e obtido apoio visado pelo Tribunal de Contas 102 Municípios. No final do 1º trimestre de 2015 já tinham sido transferidos 601 Milhões de euros para a economia local.
 - É ainda merecedor de especial realce o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Com efeito, em concretização do disposto na nova Lei das Finanças Locais, e após acordo com a ANMP, foi aprovado o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentado o FAM, que constituem uma solução permanente para resolver o problema do desequilíbrio orçamental e financeiro dos municípios.
 - A preocupação do Governo com a efetiva implementação das regras e limites de endividamento e de redução dos pagamentos em atraso levou a que entre 2014 e 2015 fosse determinada a retenção de cerca de 54 milhões de euros de transferências do OE aos municípios que não cumpriram com os objetivos legalmente previstos, tendo esse montante sido entregue diretamente aos fornecedores dos municípios que viram as suas transferências retidas.
 - Em resultado de um grande esforço dos autarcas portugueses e também das ambiciosas reformas promovidas pelo Governo, nos últimos 4 anos foi possível alcançar os seguintes resultados de ajustamento financeiro e orçamental nos municípios:
 - O endividamento total reduziu muito significativamente. Com efeito, estima-se uma redução de 2345 milhões €, isto é, menos 32%.
 - Verificou-se uma redução de 1067 milhões € nos pagamentos em atraso dos municípios, o que representa uma diminuição de 73%.
 - O prazo médio de pagamentos dos municípios reduziu em cerca de 45%, de 119 para 65 dias.

- Nos anos de 2012 a 2014 (e 2015 mantém a mesma tendência) o sector municipal registou globalmente um significativo excedente orçamental, superior a 5% da receita anual.
- Procurando promover uma Administração e Políticas Públicas de proximidade e sustentáveis, o Governo iniciou um profundo Programa de Descentralização de Competências para as autarquias locais. Este ambicioso projeto, que está na fase de implementação de projetos-piloto, prevê a descentralização das funções sociais para os municípios e tem como características essenciais a contratualização e adesão voluntária dos municípios.
- Na área Educação os contratos interadministrativos de delegação de competências já foram acordados e fechados com pelo menos treze municípios, a saber: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Maia, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes municípios representam mais de 1 milhão de habitantes, mais de 110 mil alunos, ou seja, cerca de 10% da população do ensino obrigatório.
- A descentralização também ocorre ao nível dos transportes. O Governo e a Assembleia da República aprovaram um novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros. Este Regime procede a uma descentralização universal (para todos os municípios e entidades intermunicipais), legal e definitiva de competências de autoridade de transportes, estando assegurada a capacidade de financiamento destas entidades.
- Ao nível da organização territorial autárquica, fizemos a reforma que resultou na redução de 1168 freguesias. Sublinha-se que o mapa administrativo do País não era reformado há 150 anos. Note-se ainda que foi reformulado o mapa de entidades intermunicipais (áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais), passando de 25 para 23. Passam, assim, a ter maior dimensão (mínimo de 5 municípios e 85 mil habitantes), tendo sido valorizada a escala intermunicipal.
- Portugal não têm, quando comparado com os outros países da OCDE, um número excessivo de municípios. Existem, no entanto, municípios de escala muito reduzida e com poucos recursos. A esta luz, o Governo colocou em marcha instrumentos de promoção da cooperação intermunicipal e partilha de serviços. O Governo entendeu que o caminho para o reforço da escala de intervenção e ganho de massa crítica deve passar, não por um processo de fusões imperativas de municípios, mas pela integração e partilha de serviços, operações, equipamentos e políticas públicas entre conjuntos de municípios. O intermunicipalismo – com as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais – é o caminho privilegiado para esse movimento de integração. Foram já celebrados dois acordos-quadro para projetos-piloto com os Municípios do Baixo Guadiana e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.
- Foi aprovado o novo Regime das Atividades Empresariais Locais que determinou uma profunda racionalização do sector empresarial local. As novas regras determinaram a redução em cerca de 40% das empre-

- sas municipais através de um processo de integração, extinção, fusão ou alienação.
- Ainda ao nível da reforma das estruturas, salientam-se as leis promovidas pelo Governo que determinaram reduções quer do número de trabalhadores da administração local (reduziram cerca de 19 mil, o que representa menos 14% do número de trabalhadores) e do número de membros de gabinetes de apoio político aos executivos municipais (redução de cerca 27%).
 - No domínio das estruturas internas, foi aprovado um novo Estatuto do Pessoal Dirigente, no âmbito do qual se determinou uma redução dos cargos dirigentes, cuja implementação superou os resultados estimados na dimensão e no calendário: verificou-se já uma redução global de 27% (nos cargos de direção superior a redução foi de 38%).
 - Foi também concretizada a extinção prática das Assembleias Distritais, através de uma lei que regulou o processo de esvaziamento e transferência das suas competências, recursos humanos e património para as autarquias.
 - A reorganização das estruturas das autarquias foi também acompanhada de um movimento de redistribuição das competências e níveis de intervenção, que determinou um reforço de competências das freguesias que pertenciam antes aos municípios.
- No âmbito do relacionamento institucional e da cultura de compromisso, estas foram reformas celebradas em concertação com o sector:
- Foram celebrados nos últimos anos 3 acordos entre o Governo e as Associações Representativas das Autarquias Locais, que consagraram nos acordos um modo de fazer reformas políticas assente na busca e no encontro de consensos, que faz prova da maturidade democrática do país.
 - Foi ainda criado o Conselho de Concertação Territorial, presidido pelo Primeiro-Ministro e que integra na sua composição outros membros do Governo com intervenção nos assuntos do território, assim como representantes dos governos regionais dos Açores e da Madeira, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias, das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e ainda das comunidades intermunicipais. Este órgão servirá para promover uma melhor articulação das políticas públicas e um aprofundamento da coesão territorial.
 - Foi criado um Conselho de Coordenação Financeira, um órgão de Concertação de cariz técnico, com a participação de representantes da administração central e local (através da ANMP e ANAFRE), sendo as autarquias locais ouvidas antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento do Estado.
- O aumento da transparência da administração local foi uma das prioridades do governo. Sendo assim, destacamos:
- Foi criado o portal da transparência municipal (www.portalmunicipal.pt), que contém um variado número de informações estatísticas sobre os municípios.

- Também no domínio da atividade financeira das autarquias locais, a nova Lei das Finanças Locais veio aprofundar os deveres de transparência, desde logo através do dever legal de informação mútuo entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira.
- Outra das manifestações da transparência da atividade financeira dos municípios encontra-se vertida nas novas regras do processo orçamental, com a obrigatoriedade de reporte aos membros dos vários órgãos do município sempre que ocorra um desvio ao cumprimento dos limites legais de dívida. A este respeito, sublinha-se o alargamento do perímetro de consolidação da dívida e a circunstância dos limites legais da dívida compreenderem toda a dívida do município.
- Uma inovação importante, relativa às freguesias, respeita à obrigatoriedade de reporte das respetivas contas, assim como dos mapas trimestrais das mesmas, no SIIL.
- O Governo implementou também um conjunto de iniciativas que visaram o reforço da qualidade da nossa administração local:
- Na senda de um novo paradigma para a administração local, focada no desenvolvimento económico e social, foi criado o Programa Capacitar, apresentado no dia 13 de março de 2015. É, com efeito, uma Iniciativa de Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social. A qualificação dirige-se aos autarcas dos executivos municipais e intermunicipais e aos dirigentes e trabalhadores dos municípios, áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais.
- O Governo lançou uma nova edição dos Programas de Estágios Profissionais na Administração Pública Local (PEPAL), essencialmente vocacionado para jovens qualificados à procura do primeiro emprego. O contingente geral (1500 estágios/ano) de estagiários incluiu as prioridades temáticas para estágios: a promoção do desenvolvimento e da competitividade económica local, energia e ciência e a intervenção no domínio social, designadamente, educação, saúde, ação social e cultura.

Reestruturação do Sector Empresarial do Estado

O Governo procedeu à reforma do Sector Empresarial do Estado, não apenas por motivos orçamentais, mas pela necessidade de rever o modelo operacional das empresas públicas.

Assim, iniciou-se, em novembro de 2011, o Plano de Reestruturação do Sector Empresarial do Estado (SEE), assente em três vertentes:

- Reestruturação económico-financeira das empresas públicas;
- Redução da dimensão do SEE, através da extinções, fusões e da execução do programa de privatizações, bem como mantendo uma política de restrição quanto à criação de novas empresas públicas;
- Revisão do enquadramento jurídico.

A execução do Plano de Reestruturação tem sido um sucesso. Conseguimos que o SEE, no seu conjunto, atingisse o equilíbrio operacional (medido através do EBITDA) logo em 2012, tendo permanecido positivo desde então:

- Iniciámos igualmente o processo de recapitalização das Empresas Públicas Reclassificadas dentro do perímetro das Administrações Públicas, o que contribuirá, a prazo, para a reestruturação financeira das empresas em causa.
- Este processo tem também em vista a atribuição de concessões à iniciativa privada, implicando uma avaliação das necessidades de recapitalização dessas empresas, com vista a dotá-las da robustez financeira necessária para prosseguirem a sua atividade com a qualidade de serviço e eficiência adequadas.
- Concluímos a recolha e atualização de informação sobre as empresas do SEE e suas participadas, e continuamos a executar o processo de racionalização dos ativos das empresas.
- Analisando em maior detalhe, os planos de reestruturação das empresas públicas que se encontram em execução, destaca-se:
 - Sector Portuário – Encontra-se em curso a reestruturação do sector portuário, traduzida na busca de sinergias por redução do número de empresas do sector, com vista a torná-lo mais competitivo, com benefício para as empresas e para o crescimento das exportações.
 - Sector de Capital de Risco – Procedemos à fusão de três sociedades de capital de risco, obtendo assim ganhos de dimensão e redução de custos de estrutura.
 - Sector dos Transportes – A opção pela administração conjunta para as empresas Metropolitano de Lisboa/ Carris/Transtêjo e Metro do Porto/STCP permite aproveitar sinergias no funcionamento das empresas, bem como uma gestão intermodal das várias modalidades de transporte.
 - Sector das Infraestruturas – Foi concretizada a fusão entre a Refer, EPE e a Estradas de Portugal, S.A., encontrando-se em curso a integração operacional das empresas; uma vez totalmente implementada, a fusão facilitará a racionalização dos investimentos nas infraestruturas de transportes terrestres.
 - Sector imobiliário das empresas detidas pela Par-pública – Consubstancia-se essencialmente pela concentração da atividade das empresas que atuam no mesmo ramo, com vista à obtenção de sinergias, melhoria da eficiência da gestão e racionalização de custos.
- Desde 2011, entraram em processo de liquidação 15 sociedades, como a NAER – Novo Aeroporto SA ou a RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade SA
- A Lei do Orçamento do Estado para 2015 dá continuidade a um conjunto de medidas incluídas nas Leis do Orçamento do Estado dos anos anteriores. O objetivo é a adequação às efetivas necessidades de uma organização eficiente, sendo que as empresas que ainda não alcançaram o equilíbrio operacional deverão reduzir os

seus custos operacionais em 15% face a 2010.

- Em 2013 entrou em vigor o novo regime jurídico aplicável ao sector público empresarial, que inclui o sector empresarial local.
- Através do novo regime jurídico foi também criada a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, com o objetivo de prestar o apoio técnico adequado ao Governo, de modo a contribuir para a qualidade da gestão no sector público empresarial.

Privatização de empresas do Estado

- A receita global das privatizações ascende atualmente a 9,4 mil milhões €. Este valor engloba a privatização da EDP, da REN, da ANA, dos CTT, da Caixa Seguros, da EGF, da Galp e da Caixa Saúde e ultrapassou largamente o objetivo de receita do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF).
- Reprivatizámos o BPN. Tendo a preocupação de assegurar sempre a manutenção do máximo de postos de trabalho, conseguimos que 1.134 funcionários mantivessem o emprego, superando assim os 750 inicialmente previstos. Foram também vendidas várias das participações que tinham sido nacionalizadas com o grupo: BPN Gestão de Ativos, Real Vida, BPN IFI (Cabo Verde) e BPN Crédito. As participações do Banco Efisa e do BPN Brasil estão em processo de alienação.
- Foi concretizada a privatização da totalidade do capital dos CTT através de duas operações de mercado de capitais que proporcionaram um encaixe de 909 milhões €.
- Para centrar a Caixa Geral de Depósitos (CGD) na banca de retalho, foram vendidas participações e atividades que renderam 1,8 mil milhões €.
- Estamos a concluir o processo de reprivatização da TAP, através de um processo de venda direta de referência de ações de até 61% do capital social da TAP - SGPS, S.A..
- Lançámos também o processo de reprivatização da CP Carga e da EMEF, ambas participadas da CP, através da alienação de até 100% do capital das empresas.
- Realizámos os concursos públicos para a subconcessão do Metro de Lisboa, Carris, Metro do Porto e STCP, aumentando a qualidade, eficiência e sustentabilidade da exploração do serviço público através da sua abertura à iniciativa privada.
- Lançámos as bases para os concursos públicos para a concessão da linha de Cascais, Transtêjo e Soflusa, aumentando a qualidade, eficiência e sustentabilidade da exploração do serviço público através da sua abertura à iniciativa privada.
- Concluiu-se o processo de reprivatização da totalidade do capital social da EGF, holding do Grupo Águas de Portugal que concentra a atividade na gestão de resíduos sólidos urbanos. Perspetiva-se a concretização da transação até ao verão, uma vez obtido o parecer da Autoridade da Concorrência.
- Iniciámos já o processo de abertura da exploração do Oceanário de Lisboa a entidades de referência, nacio-

nais ou estrangeiras, com perspetiva de investimento estável e de longo prazo com vista ao seu desenvolvimento estratégico.

Modernização do processo orçamental

- A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) foi sucessivamente revista para incluir as obrigações decorrentes do Pacto Orçamental.
- Introduzimos a “regra de ouro” na LEO, que estabelece que a situação orçamental das Administrações Públicas deve ser equilibrada ou excedentária:
- A “regra de ouro” aborda o saldo orçamental de maneira distinta, uma vez que se centra conceito de saldo estrutural.
- O saldo orçamental é também calculado de modo a descontar outros efeitos de medidas extraordinárias.
- O cumprimento da “regra de ouro” operacionaliza-se através da relação do saldo estrutural com o objetivo de médio-prazo.
- A definição de equilíbrio orçamental em termos estruturais representa um progresso sob vários pontos de vista: se o País estiver em recessão, o défice nominal poderá ser superior ao défice estrutural; se o País estiver a crescer acima da tendência histórica, poderá mesmo verificar-se um excedente orçamental.
- A LEO estabelece ainda outras regras a cumprir que derivam do enquadramento europeu recentemente reforçado:
 - Enquanto o País não atingir o objetivo de médio-prazo, o ajustamento anual do saldo estrutural não pode ser inferior a 0,5 pontos percentuais do PIB.
 - Segundo a “regra da despesa”, o crescimento da despesa pública, líquido de medidas extraordinárias, temporárias ou discricionárias do lado da receita, não pode ultrapassar a taxa de referência de médio-prazo do PIB potencial.
- A regra de redução de dívida, por sua vez, indica que quando a dívida pública exceder 60% do PIB, o montante em excesso terá de ser reduzido pelo menos em um vigésimo, em média, por ano.
- Não obstante estes progressos, está em curso uma reforma mais profunda e abrangente da LEO. O Anteprojeto de proposta de LEO foi preparado pela Comissão de Reforma da LEO. Depois de um processo de discussão do diploma e aprovação em Conselho de Ministros, a proposta de diploma foi submetida à Assembleia da República, para votação.

Mais transparência, responsabilização e desgovernamentalização

- Com a entrada em funções do Conselho das Finanças Públicas que avalia a consistência e sustentabilidade da política orçamental, reforçámos a transparência das finanças públicas.
 - Foi também reforçado o papel do Coordenador do Programa Orçamental, atribuindo uma maior responsabilidade às suas funções, mas também uma maior flexibilidade na gestão. Esta descentralização orçamental tem como objetivo tornar os Coordenadores mais ativos no controlo sistemático da execução orçamental de cada ministério e na antecipação de eventuais
 - Contudo é ainda desejável ir mais longe no reforço das competências dos coordenadores dos programas orçamentais e na exigência das responsabilidades. Foi assim proposto, no âmbito da nova LEO, definir um modelo orçamental que permita a responsabilização dos agentes políticos pelos resultados alcançados em cada área da governação.
 - O Governo procedeu ainda à implementação no Ministério das Finanças de um novo modelo de “governação” assente na redução da fragmentação orçamental e orgânica. Com este modelo, a gestão orçamental, de ativos humanos, de instalações, da contração, entre outros, é assegurada pela Secretaria-Geral, permitindo libertar os serviços para a concretização da sua missão e obter poupanças orçamentais, melhorando significativamente a qualidade da informação orçamental.
 - Para o próximo quadro de Fundos Europeus, o Portugal 2020, foram introduzidos critérios para aumentar a transparência e a prestação de contas, nomeadamente aumentando a informação pública dos apoios concedidos e da avaliação dos resultados obtidos.
 - Foi criado o portal da transparência municipal (www.portal municipal.pt), que contém um variado número de informações estatísticas sobre os municípios.
 - Foi aprovada uma nova Lei-Quadro das Entidades Reguladoras para reforçar o papel das entidades reguladoras
 - Concluímos uma profunda reformulação dos modelos de governação através da revisão do Estatuto do Pessoal Dirigente, da Lei-Quadro dos Institutos Públicos e do Estatuto do Gestor Público e alterámos as regras de recrutamento, seleção e designação de altos cargos com a criação da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP), despartidarizando assim a Administração Pública.
- Sector público mais eficiente
1. A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso permite um maior controlo dos compromissos assumidos por entidades das Administrações Públicas e representa uma forma de diminuir, de forma duradoura, os pagamentos em atraso. Em concreto:
 - Criámos condições para executar programas de redução dos pagamentos em atraso nas Administrações Públicas, como é o caso do Programa de Regularização de Dívidas a fornecedores do Sistema Nacional de

- Saúde e o Programa de Apoio à Economia Local.
- No âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira (“PAEF-RAM”), o Governo Regional da Madeira está a executar uma estratégia para o pagamento de compromissos em atraso, a qual tem subjacente a utilização de diversas fontes de financiamento.
 - Continuaremos a reduzir os pagamentos em atraso, de forma a permitir o aumento de eficiência da economia, a redução de incerteza e o aumento de liquidez na economia.
 - Reduzimos o Parque de Veículos do Estado em 2.904 veículos no quadriénio 2011-14, através do abate de dois/três veículos por cada contratação nova. Entre poupança efetiva e não realização de despesa, poupámos um total de 22,1 milhões € em 4 anos.
 - Com a revisão profunda operada pela entrada em vigor do novo regime jurídico das Parcerias Público-Privadas (PPP), reforçaram-se substancialmente os mecanismos de controlo e gestão económico-financeira e jurídica das PPP pelo Ministério das Finanças, quer no que respeita ao seu lançamento, quer no que concerne ao acompanhamento da sua execução.
 - Com a criação da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), o sector público passou a contar com uma entidade dedicada à área das PPP, à qual compete dotar o Estado das capacidades técnicas necessárias para lidar com a complexa realidade destes projetos.
 - As poupanças alcançadas pelo Sistema Nacional de Compras Públicas, entre 2011 e 2014, ascendem a mais de 133,8 milhões €.
 - Procedemos à renegociação das Parcerias Público Privadas (PPPs) no sector rodoviário, por forma a reduzir, em mais de 7,2 mil milhões €, os encargos que recaem sobre as gerações futuras e sobre o Orçamento de Estado. Esta redução foi conseguida sobretudo através da redução das margens de lucro das concessionárias privadas.
 - Criámos a nova empresa Infraestruturas de Portugal, que resulta da fusão das empresas Estradas de Portugal e REFER, a qual irá permitir uma gestão integrada das infraestruturas de transportes, promover a intermodalidade e gerar benefícios superiores a 1.000 milhões € ao longo dos próximos 5 anos.
 - Racionalizámos gastos com telecomunicações, frota automóvel e os quadros de pessoal das empresas públicas de transportes, através de uma redução de 3.466 efetivos (-21% face a 2010), por mútuo acordo, num clima de paz social.
 - Extinguimos a Fundação para as Comunicações Móveis (FCM), utilizada pelo anterior Governo para realizar acordos com operadores privados de telecomunicações para oferecer computadores a estudantes e professores.
 - Reestruturámos o modelo de repartição de receitas dos passes L, como exigido há anos pelo Tribunal de Contas, acabando com a beneficiação dos operadores privados, à custa dos operadores públicos, em mais de 6 milhões € por ano.

- Cancelámos o projeto de Alta Velocidade Ferroviária, que segundo o Tribunal de contas representava um custo superior a 11.000 milhões € e não tinha viabilidade económica-financeira.
 - Cancelámos o projeto do Novo Aeroporto de Lisboa, que tinha um custo de cerca de 4.000 milhões € e iria provocar um aumento substancial das taxas aeroportuárias e um aumento do custo do transporte para o aeroporto, com significativos impactos negativos sobre o Turismo.
 - Cancelámos os projetos de novas autoestradas sem racionalidade ou viabilidade económica, que iriam aumentar ainda mais a fatura das PPP que recai sobre os contribuintes Portugueses e sobre as gerações futuras.
 - Assinámos contratos programa - reclamados há décadas - que regulam a prestação de obrigações de serviço público com o Metro de Lisboa, Carris, Metro do Porto, STCP, Transtejo, Soflusa e Infraestruturas de Portugal.
 - Procedemos à fusão dos portos de Sines, Faro e Portimão e dos portos de Douro e Leixões, Viana do Castelo e Via Navegável do Douro e de Aveiro e Figueira da Foz.
 - Renegociámos os contratos SWAP das empresas públicas – contratados na sua maioria entre 2005 e 2011 – mitigando o seu impacto para as contas públicas e reduzindo o ónus que recai sobre os contribuintes portugueses.
- Reforma da administração fiscal e reforço do combate à fraude e evasão fiscal
- Criámos a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), através da fusão das 3 Direções Gerais que operavam na área dos impostos (a DGCI, a DGAIEC e a DGITA), e criando uma administração fiscal mais moderna e eficiente.
 - Em julho de 2011 iniciámos uma reforma na Representação da Fazenda Pública com o objetivo de melhorar a eficácia do Estado nos litígios de natureza tributária.
 - Criámos a Unidade de Grandes Contribuintes (UGC), estabelecendo a figura do gestor do contribuinte para os maiores grupos económicos, permitindo um acompanhamento integrado de todas as matérias de natureza fiscal relacionadas com as grandes empresas. Em 2014, criámos ainda a Unidade de Gestão da Relação com os Contribuintes, que concentra num só departamento os serviços prestados atualmente aos contribuintes individuais por diversas unidades da AT.
 - O combate à fraude e evasão fiscal tem sido uma prioridade e, ao mesmo tempo, um dos sucessos deste Governo. O Governo aprovou o Plano Estratégico de Combate à Fraude 2012-2014 logo em 2011. Foi a primeira vez que um Governo elaborou e aprovou um Plano plurianual, com a duração de 3 anos, para combater, de forma integrada e consistente, a fraude de elevada complexidade e a economia paralela.
 - O cumprimento disciplinado e diligente de 95% das medidas constantes no Plano Estratégico provou ser muito eficaz. Com efeito, de acordo um relatório publicado em 2014 pela Comissão Europeia, Portugal é o sexto país da UE com nível mais baixo de evasão fiscal em sede de IVA.

- No âmbito do combate à fraude e a esquemas de elevada complexidade, salientam-se as seguintes medidas executadas no âmbito do referido Plano:
- O agravamento da moldura penal para os crimes mais graves, nomeadamente a burla tributária e a fraude fiscal qualificada.
- O reforço dos mecanismos de troca de informações de última geração com países com centros financeiros de natureza global, nomeadamente com Hong Kong, Singapura, Luxemburgo e sobretudo a Suíça, e também com paraísos fiscais.
- A extensão significativa dos prazos de prescrição fiscal para 15 anos, quando estejam em causa rendimentos não declarados obtidos em paraísos fiscais e rendimentos oriundos de contas bancárias abertas em instituições de crédito sedeadas fora da UE e não declaradas para efeitos de IRS;
- A flexibilização das regras de utilização da cláusula geral antiabuso por parte da AT para combater o planeamento fiscal agressivo;
- No âmbito do combate à economia paralela, realce-se as medidas do Plano Estratégico já executadas e que se revestem, em muitos casos, de uma natureza totalmente inovadora no panorama nacional e internacional:
- A reforma da faturação é a reforma mais eficaz alguma vez concretizada em matéria de combate à economia paralela.
- A reforma da faturação foi complementada por diversas medidas, das quais se destacam, a reforma dos documentos de transporte, a imposição da obrigatoriedade da utilização de programas de faturação certificados ou a redução do limite máximo dos pagamentos em dinheiro para 1000 euros.
- Os resultados estão à vista e o Estado tem aumentado exponencialmente a sua eficácia fiscal. Não só a receita fiscal superou sucessivamente os objetivos fixados, como este crescente aumento da eficácia fiscal poderá premiar os contribuintes, já em 2016, através da devolução da sobretaxa em sede de IRS.
- Mas a estratégia do Governo em matéria de combate à fraude não se cinge a 4 anos. Trata-se antes de uma estratégia contínua e de longo prazo. Nesse sentido, o Governo aprovou recentemente o novo Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão fiscais para o período de 2015 a 2017.
- O Governo também assumiu como prioridade o reforço dos direitos e das garantias dos contribuintes. Por um lado, o combate à fraude e à evasão fiscal permitiu reforçar a equidade do sistema, por outro lado, aprovou dezenas de medidas concretas medidas que permitiram, desde o início do seu mandato, reforçar os direitos e garantias dos contribuintes.

- Entre outras medidas, a AT passou a estar obrigada a informar previamente os contribuintes dos seus direitos e obrigações, a AT passou ainda a estar obrigada a convidar os contribuintes a regularizarem voluntariamente a sua situação tributária e foi automatizado e alargado o regime de isenção em sede de IMI para famílias da baixo rendimento que sejam proprietárias de imóveis de baixo valor, o que permitiu que cerca de 350 mil famílias de beneficiar de isenção de IMI.
- No âmbito do regime de pagamento de dívidas fiscais em prestações, e atendendo à especial conjuntura económica, foram tomadas diversas medidas, como os contribuintes passaram a estar dispensados de prestação de garantia em relação a dívidas fiscais até 2500 euros, no caso de pessoas singulares e até 5000 euros no caso de pessoas coletivas. Entre outras medidas, os contribuintes puderam passar a requerer o pagamento das dívidas em prestações até à data da marcação da venda e foi alargado de 120 para 150 prestações o prazo máximo de pagamento em prestações.

Gestão da Dívida Pública

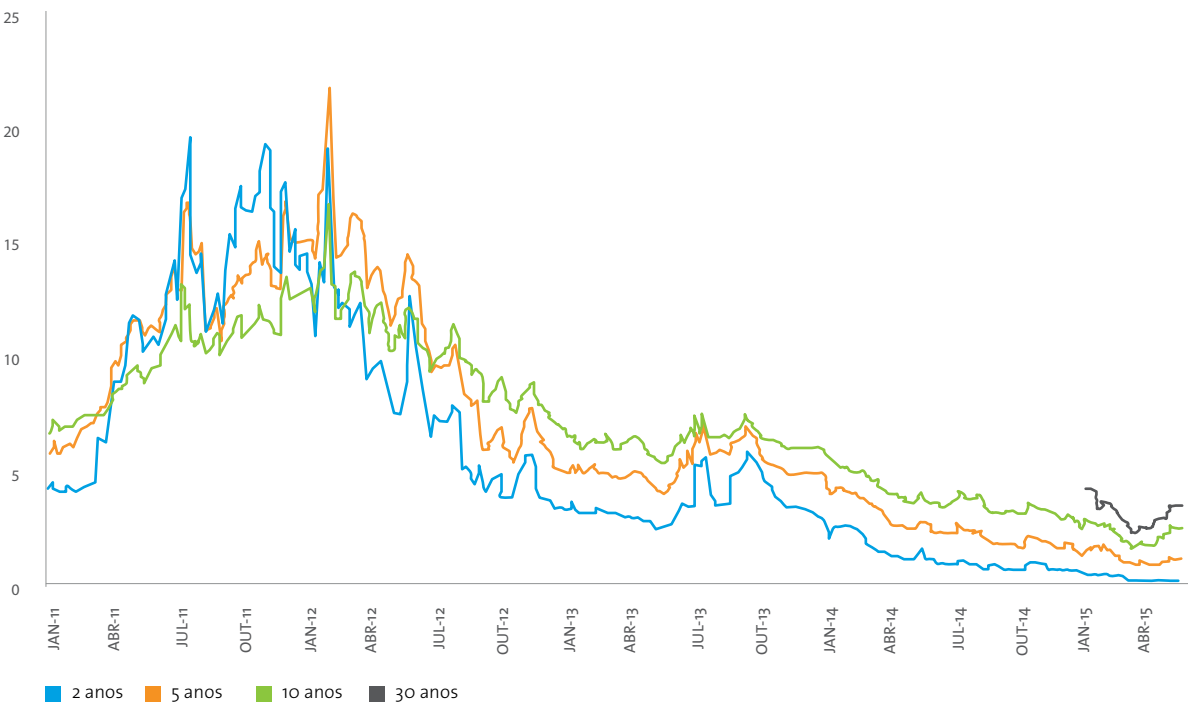
Nos últimos 4 anos, fizemos um longo caminho de recuperação da credibilidade, da confiança e da estabilidade. Este caminho beneficiou sem dúvida de uma estratégia prudente de gestão da dívida pública, e permitiu também torná-la mais ambiciosa. Com efeito, à medida que o enquadramento se torna mais favorável, são maiores as oportunidades que surgem e que devem ser aproveitadas. Os principais resultados da boa gestão da dívida pública podem dividir-se em 3 pilares:

- Recuperação gradual do acesso estável e regular ao financiamento de mercado – o “regresso aos mercados”;
- Alisamento do perfil de amortizações de dívida;
- Obtenção de importantes poupanças com juros.

O regresso aos mercados:

Os efeitos da credibilidade da política do Governo fizeram-se notar com particular ênfase a partir de fevereiro de 2012, quando as taxas de juro das Obrigações do Tesouro iniciaram uma decisiva trajetória descendente. É certo que estes progressos não são independentes da evolução do contexto europeu, onde se insere o papel desempenhado pelo BCE e pelo Conselho Europeu. Mas é também indiscutível que os resultados obtidos no processo de ajustamento e a credibilidade acumulada junto dos credores e dos mercados foram condições indispensáveis para que a melhoria das condições de financiamento do Tesouro adquirisse esta amplitude e expressão. A este respeito, vale a pena recordar que as declarações de Mario Draghi (interpretadas como anúncio de maior proatividade por parte do BCE) só foram proferidas a 26 de julho de 2012 e que o anúncio do programa OMT do BCE foi feito apenas a 6 de setembro de 2012. Por essa altura, um longo caminho de redução das taxas de juro já tinha sido percorrido.

Evolução das taxas das obrigações do tesouro português (Em percentagem)



Fonte: Bloomberg (última observação: 22 de maio de 2015)

Este ganho de credibilidade junto dos mercados tem efetivamente impacto na vida dos Portugueses: ao emitirmos dívida em condições cada vez menos onerosas, conseguimos poupar centenas de milhões de euros no pagamento de juros. Além disso, a recuperação da credibilidade do Tesouro português é um passo determinante para a normalização do financiamento da nossa economia. A generalização da melhoria das condições de financiamento está, assim, na base da recuperação do investimento privado produtivo e da criação de mais e melhores empregos. O “regresso aos mercados” tem sido gradual, assentando numa estratégia ponderada e criteriosamente implementada. Sendo de referir que o financiamento através da emissão de títulos de curto prazo nunca foi interrompido, destacam-se as seguintes etapas na recuperação de um acesso estável e regular ao financiamento de mercado:

1. O alongamento das maturidades de emissão com taxas de juro sucessivamente mais favoráveis. A 4 de abril de 2012 foi feita a primeira emissão de Bilhetes do Tesouro a 18 meses. Mais importante ainda, foi a primeira emissão não totalmente garantida pelo financiamento do Programa. O montante colocado ultrapassou os 1.000 milhões € e a taxa fixou-se a 4,537%;
2. A operação de troca de dívida a 3 de outubro de 2012. Esta operação consistiu na troca de dívida com amortização em setembro de 2013 por dívida que vence em outubro de 2015, a uma taxa de 5,12%. O seu valor rondou os 3.800 milhões €. A operação de troca de dívida foi particularmente importante porque reduziu substancialmente o risco de refinanciamento em

setembro de 2013. Tendo uma maturidade de 3 anos – para além do PAEF, a compra desta obrigação pelos investidores demonstrou ainda confiança na evolução da economia portuguesa;

3. A emissão de dívida a cinco anos, a 23 de janeiro de 2013, marcou o regresso do Tesouro Português ao mercado de dívida de médio-prazo. Foi a primeira emissão sindicada de Obrigações do Tesouro desde fevereiro de 2011. A taxa de juro foi de 4,891%. O montante final fixou-se em 2.500 milhões € e a procura excedeu os 12.000 milhões €. Mais de 90% da colocação da dívida foi tomada por investidores externos.
4. A emissão de dívida a dez anos, a 7 de maio de 2013, constituiu um passo decisivo no alongamento das maturidades de emissão. Mais importante ainda, marcou o regresso de investidores tradicionais à dívida pública portuguesa, nomeadamente bancos centrais, fundos de pensões e companhias de seguros. O montante colocado ascendeu a 3.000 milhões € e a taxa de juro fixou-se em 5,669%.
5. A operação de troca de dívida de 3 de dezembro de 2013 reduziu significativamente as necessidades de financiamento logo após o final do PAEF. Cerca de 6.600 milhões € que venceriam em 2014 e 2015 foram trocados por dívida com amortização em 2017 e 2018.

Estes foram efetivamente os momentos-chave, mas desde então continuámos a registar importantes conquistas:

- No primeiro semestre de 2014, foi retomada a realização regular de leilões de Obrigações do Tesouro, com taxas sucessivamente inferiores e procura significativa;
- Em julho de 2014, foi realizada a primeira transação em dólares americanos desde 2010, tendo o valor colocado ascendido a 4.500 M\$ (equivalentes a 3.300 M€);
- Em janeiro de 2015, foi concretizada a primeira emissão de dívida pública a 30 anos desde 2006, marcando a reconstrução completa da curva de rendimentos.

Em paralelo, conseguimos sempre manter um saldo de disponibilidades adequado. Isto significa que pudemos – e podemos – assegurar a cobertura das necessidades de financiamento de forma tranquila, podendo escolher as melhores oportunidades para concretizar novas emissões de dívida. O risco de refinanciamento associado a períodos de instabilidade é assim mais reduzido, refletindo-se em níveis mais baixos de taxas de juro. E os níveis mais baixos de taxa de juro, por sua vez, facilitam o refinanciamento. A manutenção de reservas de liquidez adequadas foi de facto determinante na estratégia de regresso aos mercados, e mantém-se como condição necessária para assegurar um acesso regular e estável ao financiamento e para proteger Portugal de futuros momentos de instabilidade financeira.

Alisamento do perfil de amortizações:

Alterámos o calendário de amortização de dívida, de forma a evitar picos de refinanciamento nos próximos anos. No início de 2013 – quando já tínhamos assegurado cerca de 80% do financiamento do PAEF – o perfil de amortização dos empréstimos oficiais da UE e do FMI, bem como da outra dívida de médio e longo prazo da República Portuguesa, evidenciava picos significativos em 2014-2016 e 2021. O período de 2014-2016 era

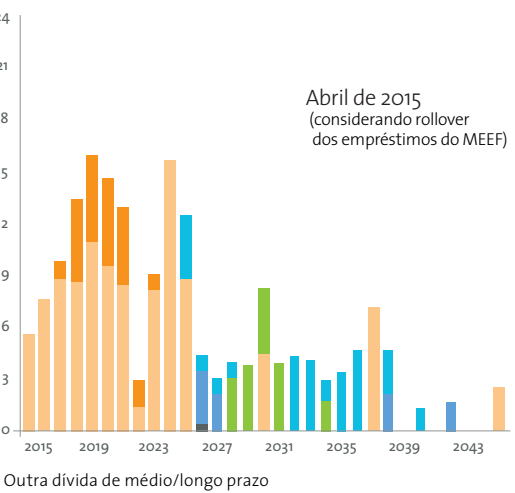
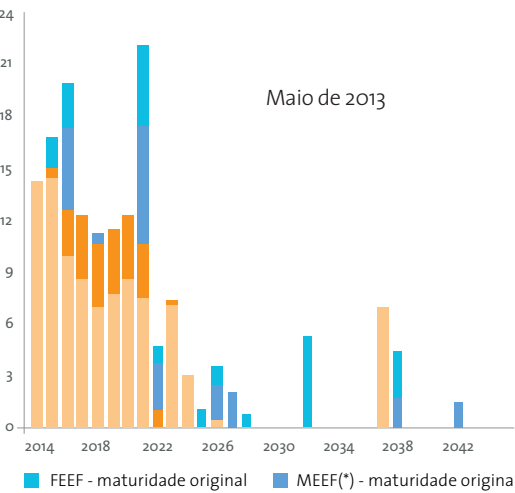
particularmente crítico por corresponder aos primeiros anos após o período de assistência financeira; e o ano de 2021 era particularmente desafiante pelo montante de amortização em causa – mais de 20 mil milhões de euros. A estratégia seguida assentou simultaneamente em operações de mercado e iniciativas políticas:

- Operações de troca de dívida –para além das operações de outubro de 2012 e dezembro de 2013 já referidas, foram ainda realizados leilões de troca em novembro de 2014 e abril de 2015.
- Recompra de obrigações – Ao longo de 2014, o IGCP recomprou cerca de 4.700 milhões € de obrigações de curto prazo, reduzindo assim de modo relevante as amortizações a efetuar em 2014-2016.
- Extensão de maturidades dos empréstimos oficiais europeus – No verão de 2011, Portugal beneficiou pela primeira vez da decisão do Conselho Europeu de melhorar as condições dos empréstimos oficiais, a par da Grécia e da Irlanda; mas o momento mais decisivo ocorreu em junho de 2013 quando, graças à credibilidade recuperada e aos progressos alcançados, conseguimos, em conjunto com a Irlanda, negociar a extensão da maturidade média dos empréstimos em mais 7 anos, passando assim para 19,5 anos no caso do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) e cerca de 21 anos no caso do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF).
- Pagamento antecipado dos empréstimos ao FMI – Ainda em 2014, o Governo iniciou as negociações com os parceiros europeus para antecipar a liquidação do empréstimo ao FMI, que estamos a cumprir neste momento.

Os benefícios desta estratégia tornam-se evidentes quando se compara o perfil de refinanciamento da dívida em maio de 2013 e em abril de 2015. Com efeito, não só diminuímos expressivamente as amortizações devidas no curto-prazo, como limitámos o montante devido nos

Perfil de amortização de dívida de médio e longo prazo

(em milhares de milhões de euros)



(*) A maturidade final dos empréstimos do MEEF assinalados não está ainda definida (a extensão de maturidade será operacionalizada próximo da respetiva data de amortização original), mas não se espera que Portugal venha a ter de refinar qualquer empréstimo do MEEF antes de 2026. Fonte: IGCP.

picos de refinanciamento mais significativos.

Alcançámos enormes poupanças em juros. De forma direta, beneficiámos da alteração das condições dos empréstimos oficiais europeus e estamos neste momento a reembolsar antecipadamente a parcela mais cara do empréstimo ao FMI. De forma indireta, os progressos alcançados em matéria de ajustamento orçamental e externo contribuíram de forma decisiva para a nossa credibilidade, permitindo-nos assim beneficiar do atual enquadramento favorável nos mercados.

Contas públicas em ordem

Concretizámos um ambicioso processo de consolidação orçamental, tornado necessário e urgente no contexto de emergência financeira e perda de acesso ao financiamento em mercado que o País enfrentou em 2011.

Entre 2010 e 2014, o défice das Administrações Públicas reduziu-se em 6,7 p.p., passando de 11,2% do PIB, em 2010, para 4,5% do PIB, em 2014. Para este resultado, a receita contribuiu com um aumento de 3,9 p.p. e a despesa com uma diminuição de 2,9 p.p..

Em 2014, registou-se um défice orçamental de 4,5% do PIB. Mas se excluirmos o efeito de um conjunto de medidas temporários, o défice foi de 3,3% do PIB, o que significa uma melhoria de 1,8 p.p. face ao ano anterior. Este resultado foi alcançado essencialmente pelo lado da despesa, a qual se reduziu no mesmo montante. A consolidação do lado da despesa resultou não só das medidas adotadas neste ano, mas também das reformas e da reorganização de serviços que conduziram a uma maior eficácia e eficiência da despesa pública. Foram também determinantes, para a evolução da despesa com prestações sociais, o aumento da idade normal de acesso à pensão de velhice por indexação ao fator de sustentabilidade e a atualização do próprio fator de sustentabilidade, bem como a redução da despesa com subsídio de desemprego e apoio ao emprego, derivado da melhoria das condições do mercado de trabalho.

O ajustamento concretizado no período 2011-2014 resultou numa decisiva e sustentada estabilização da situação económica e orçamental em Portugal. Esta estabilização é notável tendo em conta um ponto de

partida de bancarrota iminente. E é particularmente relevante porque permitiu ao Governo desenhar uma estratégia orçamental para 2015-2019 em que, mantendo o mesmo sentido de disciplina e rigor que caracterizou os últimos 4 anos, são revertidas de forma gradual as principais medidas transitórias de consolidação que tiveram que ser adotadas no período mais crítico de emergência financeira.

Um estado mais simples e mais próximo

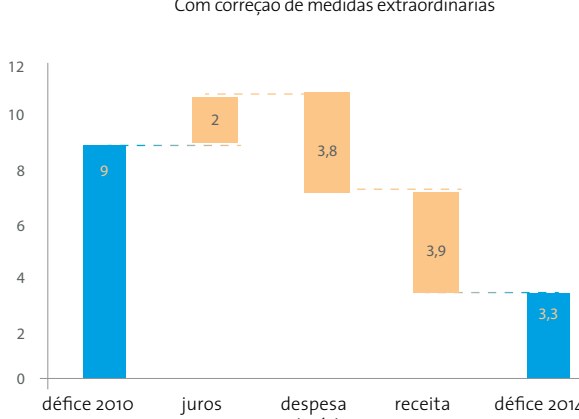
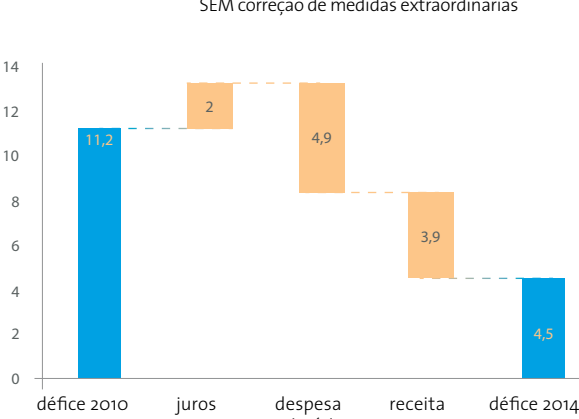
A agenda da modernização e da simplificação administrativas assume uma dimensão estratégica para Portugal. Ciente disso, o Governo assumiu-a como prioritária, tendo desenvolvido um conjunto de medidas nestas áreas.

No âmbito do Programa APROXIMAR, enquadrado pela Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública, o Governo apresentou um novo modelo de Lojas do Cidadão, enquanto novo veículo da presença dos serviços públicos no território. Neste novo modelo, as autarquias assumem um maior protagonismo, enquanto gestoras, por regra, das próprias Lojas do Cidadão, reservando para a Administração Central o papel de administradora da rede, em aspetos como níveis de atendimento, formação ou imagem. Este programa é complementado pela rede de Espaços do Cidadão e pelo programa de mobilidade destinado para os territórios de baixa densidade, as Carrinhas do Cidadão.

- Neste quadro, foram instaladas 5 novas Lojas do Cidadão. Estão ainda celebrados protocolos com 40 municípios e com os serviços da Administração Central, estando prevista, até ao fim de 2015, a instalação de 40 novas Lojas do Cidadão.
- Estão assim lançadas as bases para que todos os concelhos de Portugal possam dispor de uma Loja do Cidadão.
- Destaque especial para a criação da rede de Espaços do Cidadão, constituída por pontos de atendimento digital assistido, e que complementa a rede tradicional de serviços públicos. Estão já em funcionamento 150 Espaços do Cidadão, sendo que até ao fim de 2015, Portugal

Ajustamento orçamental entre 2010 e 2014

(em % do PIB)



Fonte: Programa de Estabilidade 2015-2019, Gráfico II.1. Ajustamento Orçamental entre 2010 e 2014.

contará com mais de 800 Espaços do Cidadão, em todo o território nacional.

O Programa SIMPLIFICAR, por seu turno, veio relançar e intensificar a simplificação administrativa e o combate à burocracia excessiva.

- Está implementado o princípio “uma só vez” que se traduz na dispensa de apresentação de documentos ou informação que o Estado já possua.

- Foi realizada uma identificação dos entraves burocráticos, quer através de contactos diretos com as empresas e organizações representativas, quer pela criação de uma plataforma de crowdsourcing para obter contributos de cidadãos e empresas (www.simplificar.pt).

- Consagrou-se a figura do gestor do procedimento, ponto único de contacto pessoal entre o cidadão e a Administração Pública, e responsável pelo acompanhamento e pela “localização” do processo nos procedimentos burocráticos que possam existir.

No que respeita à presença online do Estado, o Governo lançou iniciativas fundamentais para a sua efetiva utilização:

- O novo Portal do Cidadão, disponível em www.portal-docidadao.pt.

- A Chave Móvel Digital, inspirada no mecanismo de autenticação SMS Token, facilita e confere segurança adicional no acesso dos cidadãos aos serviços públicos online.

- O Mapa do Cidadão, uma aplicação disponível que torna possível localizar qualquer serviço público, conhecer o seu horário de funcionamento, pesquisar os serviços prestados e ver, em tempo real, o número de pessoas em espera e até tirar a senha através do telemóvel.

- Definiu-se a integração das linhas de atendimento telefónico dos serviços do Estado na Linha do Cidadão

- Resultado de um trabalho conjunto com todos os municípios do continente e com as entidades da administração central, foi implementado, no Balcão do Empreendedor, o licenciamento de todas as atividades de comércio e serviços, em todos os municípios do continente, com as regras próprias de cada um deles

- Foi amplamente revisto e melhorado o licenciamento industrial online, com a criação e implementação do SIR – Sistema da Indústria Responsável no Balcão do Empreendedor, com cálculo automático de taxas e processo completamente desmaterializado.

- Promoveu-se uma melhor governação das políticas de modernização administrativa e de utilização das TIC, sendo que no total conseguiram-se poupanças, estimadas em cerca de 331 milhões de € até ao final de 2016, tendo já sido efetivamente atingidas até abril de 2015, poupanças da ordem dos 147 milhões de euros. Os resultados podem ser consultados em www.tic.gov.pt/pgetic

- Foram ainda negociados os principais contratos de licenciamento de software da AP, procedeu-se à regulamentação de normas abertas a usar na Administração Pública, fomentou-se a utilização de software de código aberto sempre que resulte economicamente como a opção mais vantajosa.

Reforma do Serviço Nacional de Saúde

Em 2010, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) registou um défice de 626 milhões € na conta da Administração Central e um EBITDA negativo nos hospitais EPE de 207 milhões €. Em dezembro de 2011, o SNS apresentava um stock de pagamentos em atraso de 1,8 mil milhões € e uma dívida total de 3,2 mil milhões €, valores que levaram algumas empresas farmacêuticas a cortar fornecimentos ao SNS.

Quatro anos depois, o SNS apresenta na conta da Administração Central um excedente de 64 milhões de euros e os hospitais um EBITDA positivo de 26 milhões de euros.

- Avançámos com um programa de regularização de dívidas. Foram saldadas dívidas junto dos vários operadores no valor total de 1.923 milhões €, sem o qual o sistema poderia paralisar.

- Recapitalizámos as unidades hospitalares no montante global de 970 milhões de euros através da conversão de dívidas em capital estatutário e em numerário.

- Iniciámos a Reforma Hospitalar. Esta reforma garante hospitais mais eficientes, com uma gestão mais transparente e uma governação mais equilibrada. Introduz as tecnologias de informação como investimento e fator de sustentabilidade, reforçando assim o papel de cidadão, como utente e como escrutinador do sistema – por exemplo, com o desenvolvimento da Plataforma de Dados de Saúde e com o lançamento do projeto-piloto para a disponibilização aos utentes de nota informativa nos cuidados de saúde prestados, para sensibilização do utente relativamente aos custos incorridos pelo SNS em cada episódio clínico. Ainda no contexto desta reforma, reorganizámos a Rede Hospitalar, através de uma política de financiamento mais sustentável e uma expansão do acesso e maior integração dos cuidados de saúde, desenvolvemos Planos Estratégicos pelas unidades hospitalares e um benchmarking Hospitalar e dos ACES e monitorização mensal de indicadores de desempenho. De igual modo, elaborámos a Carta de Equipamentos Pesados da Saúde.

- Estabelecemos os critérios de criação e revisão de Redes Nacionais de Especialidades Hospitalares e de Referência e determinámos os responsáveis pela elaboração ou revisão das mesmas.

- Definimos o conceito, o processo de identificação, aprovação e reconhecimento dos Centros de Referência Nacionais para a prestação de cuidados de saúde, designadamente para diagnóstico e tratamento de doenças raras.

- Designámos os membros da Comissão Nacional para os Centros de Referência.

- Definimos as áreas de intervenção prioritária em que devem ser reconhecidos Centros de Referência em 2015.

- Reestruturámos os Agrupamentos de Centros de Saúde, com redução do seu número de 65 para 46 e regulamentámos a nomeação dos respetivos Diretores Executivos através da CRESAP.

- Implementámos medidas de sustentabilidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

- Publicámos a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, determinando que deve ser assegurada uma equipa intra-hospitalar de suporte em cuidados paliativos nos estabelecimentos hospitalares, independentemente da sua designação e nas unidades locais de saúde, integrados no SNS.

- Introduzimos alterações ao regime jurídico aplicável às unidades de saúde com a natureza de EPE, concentrando num único diploma tal regime, reforçando as suas especificidades face ao regime jurídico do sector público empresarial.

- Revimos a estratégia de gestão de recursos humanos em saúde e fizemos um acordo com o Sindicato dos Médicos com novo sistema remuneratório para as 40 horas, no sentido de afetar 18 horas semanais ao Serviço de Urgência e atribuir 1.900 utentes por médico de família.

- Introduzimos, pela primeira vez, um sistema de avaliação de desempenho dos médicos.

- Propusemos ao Parlamento, para aprovação, a Lei que cria o Inventário Nacional dos Profissionais de Saúde, contribuindo para melhorar a eficiência no planeamento e gestão dos recursos humanos.

- Aprovámos um novo regime jurídico do Internato Médico.

- Incentivámos a permanência dos profissionais médicos ao serviço do SNS, criando condições para a manutenção em funções dos médicos aposentados, bem como a atribuição de incentivos pecuniários e não pecuniários à fixação de médicos em zonas carenciadas e facilitando a mobilidade geográfica.

- Definimos a estrutura física, logística e de recursos humanos dos Serviços de Urgência.

- Criámos o Grupo Hospitalar Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil, integrando os IPO de Lisboa, Coimbra e Porto.

- Aprovámos os Estatutos da Entidade Reguladora da Saúde.

- Criámos um novo regime de Licenciamento e de funcionamento dos estabelecimentos privados prestadores de cuidados de saúde, disciplinando a tramitação, simplificando procedimentos e uniformizando as regras de fiscalização e regulação.

Melhoria da eficiência: combate às rendas excessivas na saúde, ao desperdício e à fraude

Adotámos medidas que conduziram a reduções de margens excessivas, no caso do mercado da indústria e distribuição farmacêutica:

- Alterámos as margens de comercialização com introdução de remuneração regressiva diferenciada por escalões de preço, no último dos quais a margem é um valor fixo independentemente do preço do medicamento.

- Revimos o regime jurídico das farmácias de oficina.

- Estabelecemos acordos com a indústria farmacêutica para controlo da despesa pública com medicamentos.

- Introduzimos uma taxa sobre o valor das vendas de medicamentos para as empresas farmacêuticas não aderentes ao acordo de 2015.

- Iniciámos a codificação de dispositivos médicos, determinando-se que os estabelecimentos do SNS apenas podem adquirir os dispositivos médicos que estão codificados, abrangendo 243 mil dispositivos.

- Viabilizámos o reprocessamento de dispositivos médicos de uso único.

- Também o novo modelo de centralização de compras e serviços partilhados representou poupanças relevantes para o SNS:

- Na área clínica, com a aquisição centralizada de i) medicamentos e dispositivos médicos, onde obtivemos poupanças de 58 milhões €; ii) contraceptivos, onde obtivemos poupanças de 1,3 milhões €; iii) vacinas, onde obtivemos poupanças de 2,2 milhões €; iv) vacinas contra o papiloma humano, onde obtivemos poupanças de 1,6 milhões €.

- Na área não clínica, com a aquisição de i) eletricidade no valor de 3,5 milhões €, representando uma redução de custos de 13%; ii) comunicações fixas no valor de meio milhão de euros, representando uma redução de 79%; iii) consumíveis de impressão no valor de 5,4 milhões €, representando uma redução de 67%; iv) licenças de software no valor de 5,7 milhões €, representando uma redução de 31%; v) gás no valor de 2,5 milhões €, representando uma redução de 10%.

- Implementámos e estamos a desenvolver e monitorizar a prescrição electrónica de medicamentos e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

- Revimos as tabelas de preços pagas pelo Estado dos cuidados de saúde, introduzindo mecanismos de adequação do preço ao custo da prestação de cuidados.

- Combatemos a fraude e reforçámos a capacidade de detecção e tratamento de casos anómalos no SNS, através da criação do Sistema de Controlo Interno Integrado do Ministério da Saúde, o que permitiu detetar e comunicar às entidades competentes 275 casos suspeitos, que resultaram da monitorização de um montante de despesa suportado pelo Estado na ordem dos 352 milhões €.

- Rentabilizámos a capacidade hospitalar existente no SNS.

- Alterámos o regime das convenções, abrindo à concorrência regulada um sector fechado há mais de 20 anos.

- Definimos as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do SNS com as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

- Fizemos um acordo para a devolução às Misericórdias das unidades de saúde que ainda se mantêm na esfera pública, mas cuja gestão e propriedade pertenciam às Misericórdias.

- Implementámos um programa de melhoria da eficiência energética das entidades do Ministério da Saúde, através do desenvolvimento, divulgação e implementação de um Guia de Boas Práticas e do desenvolvimento de um Ranking de Eficiência das unidades hospitalares.

Melhoria da transparência
no Serviço Nacional de Saúde

- Definimos e divulgámos publicamente na Internet, pela primeira vez, a informação dos relatórios de cada um dos nove programas de saúde prioritários do Plano Nacional de Saúde e disponibilizámos publicamente indicadores mensais de monitorização do desempenho assistencial e de um grupo de patologias e desempenho económico-financeiro das instituições do SNS.
- Implementámos o Plano de Racionalização da Ocupação do Espaço, com o objetivo de rentabilizar a ocupação dos edifícios património do Estado e reduzir a ocupação dos edifícios arrendados, o que conduziu, entre 2011 e 2015, à libertação de 153 edifícios e obtenção de poupanças anuais de 3,9 milhões €.
- Aprovámos o regime jurídico das incompatibilidades.
- Tornámos as declarações de conflito de interesse dos profissionais de saúde obrigatórias e públicas.
- Propusemos ao Parlamento para aprovação os projetos de Estatutos das Ordens dos Médicos, Médicos Dentistas, Farmacêuticos, Enfermeiros, Psicólogos e Nutricionistas, adequando-os à lei-quadro das associações públicas profissionais.
- Estabelecemos o regime de acesso e de exercício da profissão de podologista, com ou sem fins lucrativos, bem como da emissão do respetivo título profissional.
- Regulámos o exercício profissional das atividades de aplicação de terapêuticas não convencionais, praticadas por acupunctura, homeopatia, osteopatia, naturopatia, fitoterapia e quiropraxis, preenchendo uma lacuna com dez anos.



MAIOR EQUIDADE SÓCIAL

Desde a tomada de posse que o Governo agiu para proteger os membros mais vulneráveis da sociedade. A equidade e proteção social foram desde início prioridades perante as dificuldades que já se faziam sentir e teríamos de atravessar. Conferir maior proteção social, minorar os efeitos da crise aos que a ela se encontravam mais expostos, foi alcançado por várias medidas assentes em duas estratégias: por um lado, saber responder à situação de emergência social. Por outro criar uma resposta social estruturalmente melhorada e sustentável. Assim, nas áreas da saúde e da solidariedade social desenvolveram-se diversas iniciativas para, sem colocar em causa o esforço de ajustamento do Estado Português e os seus compromissos internacionais, permitir que o sacrifício fosse custeado essencialmente por aqueles com maior capacidade financeira. Já no mês de Maio de 2015, a OCDE referiu que as desigualdades em Portugal haviam diminuído: o índice de Gini que mede a desigualdade está hoje a níveis de 2011. Em toda a Europa essas desigualdades aumentaram. Mas Portugal não só desceu em 2013 (rendimentos de 2012), como não aumentou em 2014 (rendimentos 2013) quando comparado com 2011. Tal deve-se às escolhas do Governo que reconheceu a necessidade de pedir aos que têm maiores rendimentos uma contribuição maior. Aliás, é um relatório do Fundo Monetário Internacional que vem salientar que os 20% mais favorecidos na população portuguesa foram muito menos afectados pela crise do que os 20% menos favorecidos. Exemplo desta preocupação está espelhado na Contribuição Extraordinária de Solidariedade. No contexto da sustentabilidade da Segurança Social, o Governo assegura a recuperação dos rendimentos da larguíssima maioria dos pensionistas, ficando sujeitas a uma contribuição extraordinária apenas as pensões acima de 4.611,42 euros, isto é, um esforço de consolidação apenas por parte de quem mais pode.

Reformas do Emprego e mercado laboral

É fundamental destacar que as reformas foram feitas em profundo diálogo social e com um acordo de concertação social. Nunca tinha sido celebrado um acordo tão estrutural, extenso e profundo com os parceiros sociais. O anterior Governo, apesar de ter celebrado um acordo muito mais superficial, nem o honrou.

Este acordo foi celebrado num momento difícil para gerar equilíbrios (sob assistência externa) e ainda assim este governo conseguiu-o e avançou num conjunto profundo de reformas para:

- Alcançar um mercado de trabalho mais pródigo na criação de emprego
- Mais capaz de se ajustar aos ritmos de mudança da economia global
- Mais amigo da inovação, do investimento e do empreendedorismo

Estas reformas permitiram:

- Alargar a proteção de um conjunto de trabalhadores que anteriormente não tinham acesso a qualquer proteção, por exemplo o caso do subsídio de desemprego para os trabalhadores independentes economicamente dependentes, ou os pequenos empresários, comerciantes e empresários em nome individual;
- Um funcionamento mais eficiente do mercado, contribuindo a prazo para o aumento da produtividade e para a redução do tempo que os desempregados levem a encontrar novo trabalho
- Rever o regime do banco de horas individual e criámos o banco de horas grupal.
- Em concertação social foi ampliada a possibilidade de recurso à comissão de serviço; foram aligeiradas as comunicações impostas às empresas, no relacionamento com a ACT; e ajustado o regime do lay-off, adequando o seu regime ao contexto actual.

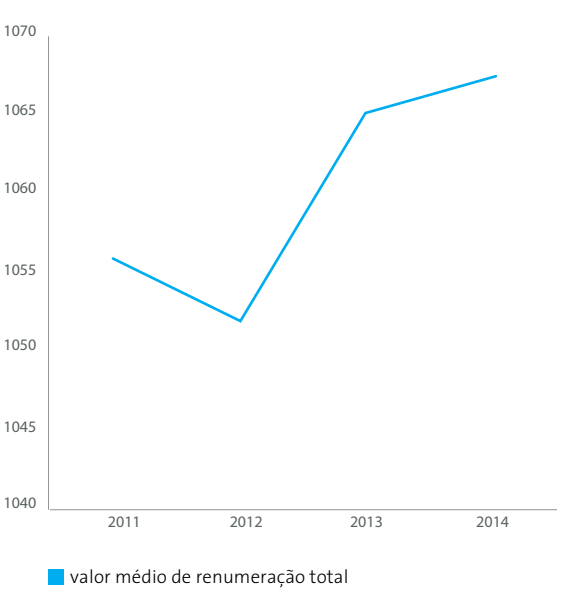
Definimos critérios mais justos no caso de extinção de posto de trabalho:

- No regime do despedimento por extinção do posto de trabalho, Governo e parceiros acordaram que a rigidez imposta pelo critério da antiguidade era indesejável e por isso foram introduzidos critérios ligados ao mérito, ao desempenho, à qualificação e reduzindo a segmentação.
- No despedimento por inadaptação, importantes modificações foram introduzidas, possibilitando aos empregadores o recurso efetivo a esta modalidade extintiva.
- Avançámos com o ajustamento do valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, convergindo com os padrões vigentes nos nossos congéneres europeus;
- Promovemos e estimulámos a contratação colectiva para dar mais condições a empregadores e trabalhadores para negociarem diretamente as melhores condições de trabalho.
- Revimos a emissão de portarias de extensão.
- Introduzimos medidas que aproximaram as regras de

trabalho em funções públicas com as regras de trabalho no sector privado.

- Assim, as empresas têm flexibilidade adicional através das contratações a 50% do salário das saídas, nos contratos a termo certo e a tempo parcial e no Lay-Off (de 550 empresas e 8700 trabalhadores em 2012 que recorreram a esta possibilidade, passámos para 344 empresas e 4460 trabalhadores em 2014, o que também dá sinal da retoma da economia).
- Apesar de ainda estarmos na fase de adaptação da economia a esta nova legislação, os dados mais recentes do mercado começam a ser encorajadores, com Portugal a subir 43 posições no indicador “eficiência do mercado de trabalho”, no Global Competitiveness Report (do Fórum Económico Mundial).
- Estas reformas e revisão do código laboral estão já hoje a contribuir para a diminuição do desemprego em Portugal:
- Segundo os mais recentes dados do INE (1T2015), face ao primeiro trimestre de 2013 foram criados mais 123 mil postos de trabalho. A população empregada a tempo completo desde o primeiro trimestre de 2013 aumentou em 170 mil.
- Em 2014, o emprego com contrato de trabalho sem termo (ou seja, estável e não precário) aumentou em mais de 180 mil
- Salário médio também regista um aumento, que segundo os mais recentes dados é cerca de 224 euros anuais superior a 2012;
- Em simultâneo, a remuneração média total (TCO + MOE) tem vindo a evoluir de forma positiva

Valor médio de renumeração total



Temos, pois, mais e melhor emprego.. Ignorar tal facto é pôr em causa a concertação social: os representantes dos empregadores, dos trabalhadores que, em conjunto com o Governo, chegaram a um frutífero equilíbrio; é ignorar o esforço dos portugueses.

Ainda graças a um intenso diálogo com os parceiros sociais conseguimos introduzir um aumento no salário mínimo que, para cerca de meio milhão de portugueses, representa mais 280 euros anuais e que havia sido congelado pelo governo anterior.

Maior inclusão e cobertura no desemprego

Se o emprego é promovido por estas reformas que agora mostram os seus frutos, o efeito do desemprego foi sendo mitigado nas medidas que se apresentam e constituíram o apoio a quem dele precisa.

- Desde 2012, houve aumentos anuais sucessivos do número de abrangidos em medidas de emprego, formação profissional e reabilitação profissional, sendo de destacar que em 2014 abrangemos cerca de 207 mil pessoas em medidas de emprego, cerca de 535 mil em formação profissional e 24 mil em reabilitação profissional, num total de 765 mil abrangidos, o que representa valores recorde de execução física e financeira em cerca de 312 milhões € superior à de 2011. (dados IEP2014)
- Avançámos com a Garantia Jovem e fomos dos primeiros países da Europa a fazê-lo. Neste momento, cerca 300 mil jovens já estão inseridos no Garantia Jovem (Abr2015). Destes, e a título de exemplo, 60 mil foram colocados no mercado de trabalho e a mais de 68 mil foi dada uma oportunidade através de um estágio profissional, sendo que cerca de 70% dos estagiários encontrou emprego ou ficou colocado na empresa onde estagiou. Também por esta via foi possível, no espaço de 2 anos, diminuir o número de jovens NEET (jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação) em cerca de 67 mil.
- Foram criadas medidas específicas de combate ao desemprego e à inatividade dos jovens, nomeadamente, a medida Emprego Jovem Ativo e o Programa Investe Jovem, para apoiar o autoemprego e a criação do próprio emprego por parte dos jovens através da concessão de apoios financeiros e técnicos.
- Até ao final de 2015 pretendemos desenvolver o programa Garantia Jovem abrangendo cerca de 378 mil em respostas de educação, formação, inserção e emprego para os jovens portugueses, num investimento global de 1.300 milhões €.
- Como antecessor do programa europeu, lançámos o Impulso Jovem que até ao final de 2013 englobou mais de 105 mil jovens com idade até aos 30 anos.
- Em 2012, foi lançado o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego.
- Criaram-se uma nova geração de medidas ativas de emprego, bem como procedeu-se à reforma da política de emprego, sendo de relevar o processo de racionalização, agregação e sistematização das medidas realizadas.
- Lançámos novas medidas de apoio à contratação, nomeadamente, a medida Estímulo em 2012 para apoiar financeiramente o empregador na contratação de desempregados, bem como o apoio à Contratação via Reembolso da TSU. Nos últimos dois anos, estas medidas permitiram apoiar a criação de 54 mil pessoas no mercado de trabalho.

- Mediante o processo de racionalização das medidas, a partir de 2013, foi criada a medida Estágios Emprego, que agregaram um conjunto de medidas que existiam, respetivamente, no âmbito do desenvolvimento de estágios profissionais. Em 2014 foram abrangidos na medida cerca de 70 mil desempregados.
- Avançámos com a criação do Reativar uma medida traduzida em estágios profissionais, com uma duração de 6 meses para pessoas com mais de 30 anos e que visa criar uma nova oportunidade para desempregados de longa duração.
- Igualmente com o objetivo de combater o desemprego de longa duração, foi criado o módulo de formação transversal – ativação e técnicas de procura de emprego.
- Avançámos com a criação de apoios à mobilidade geográfica a desempregados cuja reintegração no mercado de trabalho obrigue a deslocação.
- Como resposta promotora da igualdade de género, criámos majorações ao apoio do estímulo emprego para empresas que contratem desempregados cujo género esteja sub-representado, muitas vezes mulheres.
- Alterámos o Programa Nacional de Microcrédito, que apoia o empreendedorismo e a criação do próprio emprego, alargando-o às cooperativas e aumentando os valores dos apoios técnicos.
- Assumimos com os parceiros sociais, o objetivo de abranger 30 mil jovens nos cursos do Sistema de Aprendizagem. Ultrapassámos este objetivo, com 36 mil abrangidos em 2013 e 35 mil em 2014.
- No âmbito das Políticas Ativas do Mercado de Trabalho, ao longo dos 3 últimos anos foi possível chegar a mais de 2 milhões e 300 mil abrangidos, sendo que em 2014 foram mais de 760 mil as pessoas abrangidas. São mais 68% de pessoas abrangidas que ano de 2011, quando tomámos posse.
- Relativamente ao programa Vida Ativa foram abrangidos 250 mil desempregados em 2013 e 270 mil pessoas em 2014 aos quais foi proporcionada uma resposta rápida de ativação desenvolvida através de formação modular certificada de curta duração a tempo parcial e de formação em contexto de trabalho.
- Foi criado o Programa Formação-Algarve em 2013, que visa combater a sazonalidade do desemprego na região do Algarve e reforçar a competitividade e a produtividade dos sectores de atividade mais afetados
- O Governo lançou os programas Passaporte Emprego e foram ainda criados, em 2013 e 2014, mais de 26 mil postos de trabalho através da medida de apoio à contratação via reembolso da TSU.
- Alterámos o modelo de funcionamento dos gabinetes de inserção profissional e iremos investir mais de 3 milhões € para criar novos gabinetes um pouco por todo o país.
- Isentámos de contribuições para a Segurança Social durante 6 meses os trabalhadores agrícolas.
- Avançámos com um programa específico de promoção das artes e ofícios para que se possam capacitar os ativos deste sector, promover a comercialização dos seus

produtos e ajudar à criação de emprego local.

- Criámos também mecanismos de apoio à criação do próprio emprego, como a Rede de Percepção e Gestão de Negócios, a COOPJOVEM, inseridos no Impulso Jovem e muito recentemente criámos a ATCP – uma medida de Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos num investimento superior a 2 M€ para fomentar empreendedorismo de base local.

- Criámos sistemas de apoio aos trabalhadores que até aqui não existiam, como por exemplo, o fundo de compensação do trabalho e fundo de garantia e compensação do trabalho.

Maior proteção social

- Lançámos o Programa de Emergência Social (PES), que desde 2012 tem tido um montante superior a 230 milhões €, perfazendo já um investimento no combate à pobreza e exclusão social de cerca de mil milhões €.

- Aumentámos as pensões mínimas, sociais e rurais em 6,2% no total dos Orçamentos de Estado deste Governo, ou seja, um aumento médio superior a 220 euros anuais, beneficiando mais de um milhão e cem mil portugueses. Recorde-se que estas pensões tinham sido congeladas pelo Governo anterior. Este Governo não só protegeu todos estes pensionistas de qualquer suspensão nos subsídios de férias e de Natal, como os aumentou nestes quatro anos, acima do valor da inflação.

- Criámos o Programa de Emergência Alimentar, com a expansão da Rede Solidária das Cantinas Sociais das anteriores 62 para as atuais 842. De um orçamento de cerca de 2 milhões € no anterior executivo passámos para os atuais 50 milhões €.

- Criámos o Mercado Social de Arrendamento, que gera arrendamento de imóveis a preços inferiores aos do mercado, sendo especialmente dirigido a famílias expostas aos fenómenos de sobre-endividamento e desemprego. Já foram disponibilizados mais de 3600 imóveis por todo o país, ultrapassando expressivamente as expectativas iniciais de 2000 fogos. Foram já celebrados contratos com mais de 2200 famílias.

- Definimos as Tarifas Sociais de Transportes, evitando os cortes indiscriminados que estavam previstos pelo anterior Governo. Criámos o Passe Social +, com um desconto até 50% sobre o preço em vigor (para famílias de menores recursos, idosos e desempregados) e reformulámos o regime dos passes escolares, com um desconto até 60% para alunos com famílias de menores recursos e beneficiários da ação social escolar

- Apesar de herdarmos uma dívida tarifária do sistema elétrico nacional que atingiu os 2,85 mil milhões € no final de 2013, definimos também Tarifas Sociais de Energia no preço da eletricidade e gás natural, abrangendo dezenas de milhares de famílias. Mais de 90 mil famílias foram ainda apoiadas no âmbito do Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia nos dois primeiros anos da medida. E no Orçamento de Estado para 2015 foi possível estender as tarifas sociais para que abrangessem mais de 500 mil pessoas. Os dois programas de tarifas sociais proporcionaram uma

redução superior a 20 por cento na fatura energética dos seus consumidores beneficiários.

- Reformámos o regime do Rendimento Social de Inserção para combater o abuso e a fraude, e dirigir a ajuda pública a quem efetivamente precisa dela.

Muito recentemente, depois de introduzido maior rigor na prestação, quisemos conferir maior atenção aos que nela foram votados ao abandono. Durante anos, aos beneficiários do RSI pouco foi oferecido além própria prestação. Oportunidade de reingresso no mercado de trabalho: quase nenhuma. Por isso queremos que o Instituto de Emprego possa desenvolver um plano de formação para a inclusão. Serão 625 ações de formação, envolvendo cerca de 13.000 pessoas adultas desempregadas, com baixos níveis de escolaridade e qualificação.

- Aumentámos para 13,8 milhões € os recursos disponíveis para as ajudas técnicas e equipamentos de apoio aos cidadãos portadores de deficiência quando em 2011 tinham sido apenas executados cerca de 9 milhões €.

- Apostámos na participação de manuais escolares em cursos intermédios de elevado índice de empregabilidade.

- Reforçámos a dotação orçamental disponível para escolas em territórios educativos de intervenção prioritária (105 agrupamentos escolares), intervindo diretamente sobre fenómenos promotores de exclusão social.

- Introduzimos a Formação para a Inclusão com o objetivo de reforçar as competências e aumentar a empregabilidade de populações excluídas ou socialmente desfavorecidas.

- Lançámos o Programa Escolar de Reforço Alimentar para dar resposta às situações de carência alimentar entre os alunos.

- Criámos uma Bolsa de Manuais Escolares para apoiar alunos carenciados.

- Lançámos um Banco de Medicamentos, que reúne e distribui medicamentos que não estão no circuito comercial por impedimento legal. Até ao momento foram já disponibilizadas às instituições de solidariedade social mais de 250 mil embalagens num valor estimado de 2 milhões e 150 mil €.

- Avançámos com o alojamento social de emergência que permitiu substituir uma resposta para aqueles que eram apoiados pela segurança social em alojamento precário e sem apoio técnico.

- Na área apoio a pessoas com deficiência, que elegemos como sendo uma prioridade, avançámos com um vasto conjunto de iniciativas, entre as quais:

- Na criação de todas as medidas ativas de emprego, descriminámos positivamente os casos de pessoas com deficiência.

- Damos hoje formação profissional a 5 mil e cem pessoas com deficiência e abrangemos mais de 18 mil pessoas na reabilitação profissional, o que corresponde a um acompanhamento superior a 49% face a 2011.

- Melhorámos a prestação de produtos de apoio às pessoas com deficiência, reforçámos todos os anos a dotação

financeira para a atribuição destes produtos, estando em 2015 previsto um orçamento de cerca de 13,5 milhões €, isto, 3,5 milhões € superior à execução de 2011.

- Desenvolvemos um sistema informático que centralizará procedimentos e trará maiores adequação à atribuição destes produtos fundamentais para as pessoas com deficiência.

- Avançámos com a criação de uma rede de cuidados para cuidadores, a criação da reabilitação de proximidade e estabelecemos as bases de um modelo de intervenção integrada para situações de diagnóstico duplo.

Minorar o efeito do desemprego

- Atribuímos uma majoração de 10 por cento do montante do subsídio de desemprego para casais com filhos a cargo em que ambos os cônjuges estejam desempregados. Esta medida é igualmente válida para famílias monoparentais.

- Criámos o subsídio de desemprego para os trabalhadores independentes que descontem 80% dos seus rendimentos para uma mesma entidade, bem como para os empresários em nome individual, comerciantes e pequenos empresários, levando a proteção social a uma enorme faixa da população que, neste aspeto, estava completamente desprotegida.

- Reduzimos de 540 para 360 o número de dias de trabalho remunerado para ter direito ao subsídio de desemprego (o chamado prazo de garantia). Isto é particularmente importante para os mais jovens acederem a esta prestação social.

- Melhorámos a medida de pagamento do montante único das prestações de desemprego para criação do próprio emprego. Em certas condições, foi permitida a acumulação do subsídio de desemprego com a aceitação de emprego e novo salário.

- Aumentámos para o dobro o período de concessão do subsídio social de desemprego, para beneficiários com mais de 40 anos.

- Salvaguardámos o período de concessão do subsídio de desemprego dos trabalhadores com carreiras contributivas mais longas (acréscimos de 60 dias por cada 5 anos com registo de remuneração nos últimos 20 anos), contrariamente ao que a Troika impunha.

- Foi possível assegurar em concertação com os parceiros sociais a criação de um novo regime de renovação extraordinária dos contratos a prazo.

- O Fundo de Garantia Salarial em 2014 deu resposta a 44.317 processos, sendo o valor pago de mais de 176,2 milhões €.

Mais apoio às instituições sociais

Hoje sabemos que o Estado se deve reformar para preservar o Estado Social. Que o Modelo Social Europeu e a proteção que este presta aos cidadãos deve ser preservado e melhorado.

Daí se ter estabelecido como prioridade a construção de um novo paradigma de resposta social que nunca antes existiu em Portugal. Uma resposta social de parceria com as

instituições da Economia Social e Solidária. Nesse sentido:

- Reforçámos os acordos de cooperação: 1,2 mil milhões € anuais investidos na comparticipação de respostas sociais e que tiveram.

- Um aumento em valor de 5.1% no triénio, ou seja, mais 61 milhões €.

- Um aumento do número: em 2014 chegámos aos 13 mil acordos de cooperação, um nível nunca antes atingido e que se traduz no apoio a 460 mil portugueses.

- Reforçámos em 440 milhões € a verba de Ação Social, face a 2011 e que desde 2009 estava a cair. Desde o primeiro orçamento, em que aumentámos em 16%, que desde sempre se incrementou a verba para um total de 1.989 milhões €, considerando o PES.

- Criámos duas linhas de crédito específicas para Instituições Sociais num total de 187,5 milhões €.

- Para apoiar as instituições sociais, isentámos estas de IRC, bem como do IMI e garantimos a devolução de 50% do IVA de obras e investimentos. No total esta salvaguarda fiscal representa cerca de 170 milhões €, desonerando em média cerca de 35 mil € por ano cada instituição social, o que é um importante contributo à sua sustentabilidade.

- Liquidámos a dívida que a Segurança Social tinha acumulado desde 2008 para com as instituições sociais na ordem de 5,7 milhões €.

- Criámos o fundo de reestruturação do sector solidário, destinado à reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das instituições com uma dotação de 33,5 milhões €.

- Celebrámos três protocolos com parceiros do Sector Solidário, com uma vigência plurianual, permitindo às instituições assumir compromisso a médio prazo.

- Procedemos à revisão do Licenciamento de Equipamentos Sociais, passando a existir diferimento tácito em caso de inexistência de resposta no prazo de 30 dias.

- Procedemos ao reforço financeiro do Programa Operacional de Potencial Humano para projetos de apoio a idosos e pessoas com deficiência. A taxa de contribuição privada a aplicar aos projetos relativos à área de idosos passou a ser de 25% quando no passado era de 40%, e a comparticipação pelo Estado nos projetos de respostas para pessoas com deficiência é hoje de 100%.

- Estipulámos um novo valor de comparticipação mínima para lares de infância e juventude (LIJ) e centros de acolhimento temporário (CAT) para um mínimo de 700,00€ mensais, um aumento de 48%.

- Avançámos com a alteração legislativa das respostas sociais Lar Residencial e Residência Autónoma.

- Acautelámos a transferência das consignações em sede de IRS para as instituições sociais até Março do ano seguinte à declaração fiscal, antecipando, praticamente, por dois anos aquela que era a prática corrente na transferência das doações fiscais a instituições sociais.

- Isentámos de certificação legal de contas a grande maioria das instituições sociais.

- Com a reprogramação do QREN mobilizámos recursos para projetos do sector social, permitindo um aumento para a inclusão social de mais 80 milhões € para um total de 193 milhões €.Temos vindo a realizar a transferência de equipamentos que estavam na esfera da Segurança Social para instituições sociais que apresentaram candidatura à sua gestão.
- Criámos ainda o Trabalho Ativo e Solidário, em colaboração com as instituições sociais dirigido a desempregados de longa duração, a pessoas com deficiência e a trabalhadores mais velhos.
- Revimos o Fundo de Socorro Social – foi recuperada a sua génese para apoio ao desequilíbrio financeiro e aquisição de equipamentos. Desde 2011 foi possível, estritamente com este objectivo, apoiar as instituições sociais com mais de 33 milhões €.
- Avançámos com a Lei de Bases da Economia Social que foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República.
- Estabelecemos as regras gerais da cooperação e o seu enquadramento por sector na Segurança Social, na Saúde e Educação com a aprovação do decreto-lei da Cooperação.

Maior apoio às famílias e melhor serviço social

- Numa lógica totalmente inovadora, aprofundámos o modelo de resposta social em parceria criando a rede local de intervenção social (RLIS). Está já implementada em 17 territórios e contamos que até ao final de 2015 se possa estender a mais 50 e no ano seguinte a mais 100 territórios.
- Aumentámos as vagas nas creches em mais de 19 mil vagas face a 2011, o que já permitiu a Portugal a cumprir uma das “metas de Barcelona” para 2020.
- Revimos a legislação da Estrutura Residencial para Idosos, com o objetivo de ser maximizada a sua capacidade, mantendo os parâmetros de qualidade e segurança. Desde 2011 foram criadas mais de 15 mil novas vagas.
- Promovemos alterações ao Serviço de Apoio Domiciliário, passando a existir uma maior oferta de serviços.
- Houve um impulso de novos Centros de Noite, com novas respostas de apoio adequadas as necessidades efetivas das comunidades.
- Em 2011 existiam 5.595 camas na Rede Nacional de Cuidados Continuados, em 2014 chegámos a 7.160, ou seja um aumento de 1.565 novas camas, mais 27,9%.
- Estamos a ultimar o Espaço Sénior que irá dinamizar a resposta atual de Centro de Dia para um envelhecimento ativo.
- Melhoria do apoio a prestar no acompanhamento das famílias em situação mais vulnerável através do CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) que foi reforçado ao longo de todo o território permitindo abranger 700 famílias.
- Pela primeira vez, o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) tem cobertura de Norte a Sul do país, por via de um reforço nos acordos de cooperação no final de 2014.

- Implementámos uma nova geração de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS+) de combate à pobreza infantil e promoção à empregabilidade e inclusão social, com a definição de novos 100 territórios nacionais elegíveis para a criação de contratos entre a Segurança Social, autarquias e instituições sociais. Podem igualmente beneficiar os territórios mais envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades, para o qual foram alocados cerca de 29 milhões €. No Portugal 2020 voltamos a eleger esta medida como uma das mais prioritárias no combate à pobreza e ao desemprego. Serão cerca de 200 contratos que pretendemos que avancem até 2020, num montante global de cerca de 70 milhões €.
- Permitimos que no abono de família fosse possível ajustar trimestralmente o escalão de rendimentos, quando no passado existia um desfasamento de 2 anos face à situação presente das famílias. Mais de 53 mil famílias reviram já a sua situação até à data.
- Relativamente a deduções fiscais em sede de IRS para os filhos foram discriminadas positivamente as famílias com filhos: fora dos cortes das deduções com saúde, educação e habitação ficam os filhos que mantêm as deduções consagradas no código do IRS. Medida que procura discriminar positivamente as famílias numerosas. Atualmente, cada filho com mais de três anos representa uma dedução de 190 euros no IRS, e cada dependente com menos de três anos de 380 euros.
- Garantimos, contrariando o que o anterior Governo tinha previsto no Memorando com a Troika, a isenção de IRS para prestações sociais, que iria retirar mais de 10% do valor de qualquer prestação.
- Introduzimos uma majoração no Subsídio de Doença para pessoas com rendimento médio inferior a 500 €, se viverem no seu agregado com mais de 3 filhos ou se algum deles estiver a receber bonificação por deficiência do abono de família a criança e jovens.
- Criámos um Regime contributivo mais favorável para Pescadores.
- Criámos o Plano Nacional do Voluntariado que visa estimular esta atividade em diversos sectores.
- Revimos as políticas de proteção e adopção de crianças em Portugal, nomeadamente revendo a lei de proteção de crianças, a organização tutelar de menores e o regime jurídico da adopção; diminuindo prazos dos processos, de forma considerável, para que no caso da adopção – que hoje em média demora 3 anos – não ultrapasse os 12 meses.
- A par com um reforço de horas nas CPCJ, com um reforço de meios técnicos, com uma maior periodicidade na elaboração dos seus relatórios, uma maior aposta na interdisciplinaridade, desenvolvemos um programa de prevenção e capacitação das famílias em situação de vulnerabilidade, de modo a acautelar eventuais situações de risco para as crianças e jovens a que chamámos Parentalidade positiva.
- Implementámos projetos-piloto para a criação de redes de cuidados especializados para as demências e cuidados para recém-nascidos, constituindo uma rede de apoio nos primeiros anos de vida.

- Simplificámos os mecanismos de distribuição de géneros alimentares excedentários e isento de IVA.
- Criámos e regulamentámos a actividade de Amas enquanto complemento à rede de apoio às famílias
- Criámos pela primeira vez um Programa Operacional nos Fundos Europeus exclusivo para a Inclusão Social e Emprego.
- Avançámos no Portugal 2020 com a criação da medida do trabalho a tempo parcial.
- Iremos ainda criar este ano, para pessoas com deficiência e idosos, modelos de apoio à vida independente (MAVI) que lhes permita uma maior autonomia e adiar a institucionalização.
- Criámos o fundo “Portugal inovação social”, no âmbito do Portugal 2020, no qual teremos 150 milhões € para financiar iniciativas de inovação e empreendedorismo social.
- A par com o aumento da rede de apoio às famílias – com mais creches, mais vagas em pré-escolar, mais amas, melhor cuidados neonatais – quisemos avançar com uma outra medida muito significativa para responder ao desafio demográfico que se nos coloca. Para isso incluímos no Portugal 2020 um programa de incentivo à empregabilidade parcial de pais.

Aumento do acesso à saúde

- Revimos a política de taxas moderadoras fazendo com que um total de 6 milhões de portugueses ficasse isento no final de 2014, um acréscimo de 1,7 milhões face a dezembro de 2011. Já em 2015, alargámos a isenção de taxas moderadoras até aos 18 anos, o que correspondeu um aumento de 400 mil isentos e uma poupança estimada para as famílias de 11 milhões €/ano.
- Nos anos de 2011 a 2014, o acréscimo de custos com taxas moderadoras para os Portugueses foi mais que compensado com o decréscimo de custos com medicamentos, já que a despesa dos portugueses com medicamentos, em virtude da redução dos preços, baixou cerca de 310 milhões €.
 - Na atividade assistencial, no período de 2011 a 2014, aumentámos o acesso e a adequação da prestação de serviços do SNS às necessidades dos utentes com:
 - Crescimento de 5% nos utilizadores de consultas médicas de cuidados de saúde primários e aumento de 6% nas primeiras consultas hospitalares.
 - Redução do número de consultas presenciais.
 - Reforço dos cuidados de proximidade.
 - Reforço dos cuidados primários como primeiro contacto com o doente.
 - Reforço da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados com a contratualização de 2.000 camas adicionais.
 - Reforço da cirurgia de ambulatório – aumento de 20% em 2014, face a 2011.

Este esforço de equidade não pode esmorecer. Foi por isso que nos Orçamento de Estado para 2013 e para 2015

- não se alteraram os valores das taxas moderadoras nos Cuidados de Saúde Primários e nas urgências, em 2015, estabelecemos valores idênticos.
- Aumentámos o acesso dos portugueses a medicamentos inovadores:
 - Introduzimos, em 2012, o Tafamidis no tratamento da paramiloidose.
 - Aprovámos 23 novas substâncias ativas para utilização hospitalar face às 11 de 2011.
 - Comparticipámos 22 novas moléculas face às 12 de 2011.
 - Disponibilizámos um medicamento hospitalar inovador para o tratamento da Hepatite C.
 - Disponibilizámos gratuitamente nos hospitais públicos um medicamento inovador para tratar a hiperfnilalaninémia em crianças e 2 novos medicamentos para a doença de Crohn.
 - Aprovámos a Estratégia Integrada para as Doenças Raras 2015-2020.
 - Reforçámos os mecanismos de acompanhamento e monitorização de doentes oncológicos, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia.
 - Promovemos, desde 2012, um programa de vacinação contra a gripe gratuito para a população com idade superior a 65 anos.
 - Incluímos no Plano Nacional de Saúde a vacina anti-pneumocócica conjugada, contra a pneumonia, meningite e septicemia, gratuita para crianças nascidas após 1 de janeiro de 2015 – o que permite uma poupança de cerca de 200 euros às famílias e poderá evitar até 650 mortes e mais de 3.000 internamentos por ano.
 - Implementámos o programa de cheques-dentista do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral, alargando-o às crianças e jovens de 15 anos completos, permitindo o rastreio do cancro oral. Ultrapassámos as metas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde para 2020 ao nível da melhoria do estado geral da saúde oral dos jovens.
 - Reforçámos a oferta dos cuidados de saúde primários. Desde 2011, abrimos 88 novas Unidades de Cuidados na Comunidade, 117 novas Unidades de Saúde Familiar (USF) de modelo A e passámos de 61 USF de modelo para modelo B.
 - Reforçámos a oferta dos Cuidados de Saúde Hospitalares – entre junho de 2011 e final de 2014 abrimos uma nova unidade hospitalar a cada 6 meses (Loures, Lamego, Amarante, Vila Franca de Xira, Centro de Reabilitação do Norte e Hospital da Guarda, Centro Materno Infantil do Norte).
 - Concluímos a Rede Nacional de Centros de Reabilitação com a abertura do Centro de Reabilitação do Norte em 2014.
 - Reforçámos o número de profissionais de saúde do SNS, abrindo cerca de 20 concursos para médicos e enfermeiros (contratámos 7.000 médicos e 4.500 enfermeiros) e ainda 8 concursos nacionais para contratar 1.082 médicos de família.

- Reforçámos a capacidade formativa nos cuidados de saúde primários. Neste momento encontram-se em formação 1.753 Internos de Medicina Geral e Familiar que deverão cobrir as necessidades de médicos de família para a toda a população nos próximos quatro anos.
- Temos vindo a tomar uma série de medidas que contribuirão para uma aceleração deste processo:
 - Implementação de processos periódicos de qualidade no Registo Nacional de Utentes.
 - Otimização dos recursos existentes.
 - Recrutamento de médicos estrangeiros.
 - Recrutamento de médicos aposentados.
 - Incentivos à fixação nas zonas mais carenciadas.
 - Incentivos à mobilidade geográfica.
- Estudo e preparação de acordos com IPSS para dar cobertura e acesso a utentes sem médico de família.
- Estabelecemos o Regime de Garantia de Qualidade e Segurança dos Órgãos de origem humana destinados a transplantação no corpo humano.
- Regulamentámos os termos em que devem ser autorizadas as unidades de colheita e transplantação de órgãos.
- Legislámos sobre a colheita de órgãos em doadores falecidos com paragem cardiocirculatória, tendo sido constituída uma comissão de acompanhamento do programa de colheita de órgãos.
- Publicámos o Estatuto do Dador de Sangue e estabelecemos o seguro do dador de sangue.
- Implementámos Planos de Contingência de Temperaturas Extremas Adversas.
- Definimos os critérios e procedimentos de organização das listas de utentes nos Agrupamentos de Centros de Saúde, de forma a garantir que não há eliminação das listas ou perda do direito a médico de família para quem opte não frequentar os serviços.
- Demos prioridade na atribuição de médico de família às utentes grávidas a aguardar inclusão em lista de utentes com vista à proteção das grávidas e dos nascituros.
- Regulamentámos a notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública.
- Implementámos o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito.
- Regulamentámos o Testamento Vital e aprovámos um modelo de diretiva antecipada de vontade.
- Definimos os princípios e o enquadramento da atividade do enfermeiro de família no âmbito das unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, implementando experiências-piloto em 35 centros de saúde.
- Demos passos importantes para o objetivo de generalização da Telemedicina a todo o país.
- Estamos a promover a atualização do sistema informático de triagem de Manchester dos hospitais para a versão mais recente em uso.

- Introduzimos nos hospitais a prática de existirem enfermeiros triadores nos serviços de urgências, com possibilidade de poderem pedir eletrocardiografias e radiografias.
- Regulamentámos a proteção e confidencialidade da informação genética.
- Garantimos a existência de Comissões da Qualidade e Segurança em todos os hospitais, unidades locais de saúde e agrupamentos de centros de saúde.
- Criámos, pela primeira vez, um Plano Nacional de Segurança dos Doentes.

Medicamentos mais baratos para todos

- Com a Política do Medicamento, os portugueses continuaram a comprar os medicamentos de que necessitam, mas a melhor preço:
 - Medidas que permitiram uma redução da despesa do SNS em 469 milhões € entre 2010 e 2014.
 - Aumento de 572 milhões € nas unidades dispensadas – crescimento de 11%.
 - Redução do preço médio de venda ao público em 27%, sendo a diminuição de preço dos genéricos de 53%.
- Instituímos o regime de prescrição por substância ativa e não por marca, bem como a prescrição por denominação comum internacional.
- Removemos as barreiras à entrada de genéricos, com o desbloqueio judicial relacionado com patentes.
- Adotámos a norma de que o preço máximo de venda ao público do medicamento genérico a introduzirno mercado tem de ser igual ou inferior a 50% do preço do medicamento de referência.
- Adotámos um sistema de preços de referência mensal.
- Estabelecemos um limite mínimo para o preço dos medicamentos genéricos aquando da avaliação da participação.
- Criámos um sistema de incentivos às farmácias, estimulando a dispensa de medicamentos genéricos.
- Monitorizámos a quota de medicamentos genéricos no mercado do SNS por região e por farmácia.
- Os medicamentos genéricos atingiram uma quota de mercado em 2014 de 46,5%, quando em 2010 era de 31%.
- Introduzimos a revisão internacional do preço dos medicamentos utilizados nos hospitais.
- Alterámos os países de referência para comparação de preços de medicamentos de marca participados em ambulatório.
- Criámos o Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde.
- Criámos a Via Verde para agilizar o processo de avaliação e participação.

Melhores indicadores de Saúde

- Investimos na prevenção da doença e definimos 9 programas de saúde prioritários do Plano Nacional de Saúde.
- Aprovámos medidas na prevenção do consumo inadecuado de álcool.
- Aprovámos condições mais restritivas ao consumo de tabaco em espaços fechados, bem como alterações ao nível do consumo de cigarros electrónicos e proibição de consumo do tabaco com aroma a mentol.
- Proibimos a comercialização de substâncias psicoativas (smartshops).
- Mantivemos a tendência positiva verificada nos últimos anos em termos de melhoria da esperança média de vida, mortalidade, mortalidade infantil, tuberculose e VIH.
- Cerca de dois terços das medidas adotadas no contexto do programa de ajustamento incidiram sobre o lado dos stakeholders mais fortes do SNS: empresas farmacêuticas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, farmácias e grossistas de medicamento de ambulatório.
- A investigação portuguesa em saúde tem tido sucessivas distinções neste período sem paralelo de publicações, com reconhecimento nacional e internacional através das atribuições de prémios e bolsas.
- Regulámos a Investigação Clínica, adotando-se um quadro de referência global para a investigação com seres humanos em Portugal e criámos ainda o Registo Nacional de Estudos Clínicos e a Rede Nacional das Comissões de Ética para a Saúde.

Criámos o Programa Integrado de Promoção da Excelência em Investigação Médica. Criámos o Fundo para a Investigação em Saúde, o qual visa o financiamento de atividades e projetos de investigação dirigido para a proteção, promoção e melhoria da saúde das pessoas. Alterámos as regras de pontuação dos concursos da carreira médica de forma a valorizar a atividade de investigação.

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (Maior Longevidade)	Evolução último ano disponível
Anos potenciais de vida perdidos por todas as causas de morte antes 70 anos (x10000)	387,1	383,3	366,8	355,1	342,9	n.d.	n.d.	-12,2
Taxa de Mortalidade Infantil (/1000 nados vivos)	3,25	3,64	2,53	3,12	3,37	2,95	2,80	-0,15
Mortalidade Prematura (antes dos 70) (% de óbitos)	24,40	25,00	24,40	24,50	23,20	23,30	22,60	-0,70
Casos de ifecção por VIH por ano de diagnóstico po VIH por ano de diagnóstico	2.090	1,901	1,931	1,088	1,640	1,416	n.d.	-224
Taxa de incidência de tuberculose (novos casos /100000 habitantes)	26,0	25,3	24,0	23,1	22,9	21,1	18,7	-2,4
Taxa de mortalidade por suicídio	9,7	9,5	10,3	9,6	10,2	10,1	n.d.	-0,1
Esperança média de vida à nascença (H+M) (em anos) (ver nota 1)	78,74	76,94	79,29	79,55	79,78	80,00	n.d.	0,22

Notas: A esperança de vida é derivada de tábuas completas de mortalidade com período de referência de três anos consecutivos: 2006-2008,2007-2009,... 2011-2013
Fonte: INE e DGS - Programas Prioritários

- 2014:
- menor taxa de tuberculose registada desde sempre
 - 2ª melhor taxa de mortalidade infantil registada desde sempre



DEMOCRATIZAR E DINAMIZAR A ECONOMIA

Este Governo trabalhou para uma sociedade que eleve o crescimento e a prosperidade a valores políticos de primeira ordem, como foi sinalizado pelo Primeiro-Ministro em junho de 2011 na Assembleia da República aquando da apresentação do Programa do Governo.

Começámos a preparar o crescimento económico e a criação de emprego desde o início, através de um amplo programa de reformas estruturais. A orientação geral dessas reformas foi, e é, a formação de uma economia mais aberta. Mais aberta por ser geradora de mais oportunidades para todos, e não por representar um instrumento de manutenção de privilégios injustificados. Mais aberta por estar mais virada para as exportações e para a atração de investimento estrangeiro. Mudámos também a filosofia dos fundos europeus, e o Portugal 2020 foi preparado para apostar na internacionalização das empresas portuguesas e no aumento da competitividade do nosso país. Para termos uma economia mais produtiva, equitativa e geradora de emprego.

Em vez de ter um conjunto de mudanças desgarradas, garantimos uma reforma profunda e articulada da economia e das instituições que possa perdurar. Quisemos que as nossas instituições políticas, económicas, jurídicas e sociais evoluíssem umas com as outras, e não que fizessem um percurso de costas voltadas.

Sabíamos que os frutos destas reformas demorariam o seu tempo, mas a prosperidade do País não podia continuar a ser adiada.

Financiamento da economia

De modo a aliviar os efeitos negativos provocados pela ruptura súbita de financiamento à nossa economia, avançamos um conjunto de medidas que procurou responder às muitas necessidades que surgiram no tecido empresarial português e pôr em marcha um processo de recapitalização das nossas empresas:

- Disponibilizámos várias linhas de crédito a PME. Parte dos recursos foram afetos à atividade exportadora, aos sectores agrícola e das pescas. Ao todo mais de 2.000 milhões € estão a ser disponibilizados em linhas crédito este ano. No total, foram disponibilizados quase 8,5 mil milhões € nos últimos 4 anos
- Reprogramámos e agilizámos os fundos QREN para direccionar os fundos europeus para áreas verdadeiramente estratégicas e aumentar a baixa taxa de execução dos fundos nos últimos anos, num período da nossa história económica em que aproveitar estes recursos para o investimento é crucial.
- Adicionalmente foram lançados, em 2013, os Fundos Revitalizar com 110 milhões € de fundos comunitários e 110 milhões € de fundos dos bancos (Total: 220 milhões € disponíveis para investimento em PMEs). No final do 1º trimestre de 2015 estavam comprometidos 150 milhões € que ajudaram a manutenção de postos de trabalho e potenciaram o investimento da atividade produtiva de muitas empresas.
- Para diversificar as fontes de financiamento das nossas empresas e dos novos investimentos, reestruturámos o capital de risco público, com a criação de Portugal Ventures. Desde que foi lançado o programa ignição em 2012, foram investidos cerca de 25 milhões € em start-ups.
- Incentivámos o investimento em “Start-Ups” para estimular o aparecimento de novas empresas, o empreendedorismo e a inovação, através do Programa +E+I, Plano Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação. Em 2014 foi lançada uma nova linha de business angels no valor de 15 milhões € disponíveis para start ups (10 milhões € de fundos públicos e 5 milhões de privados).
- Entregámos à Caixa Geral de Depósitos uma Carta de Missão, para que o banco público oriente a sua ação para concessão de crédito às empresas portuguesas, em particular pequenas e médias empresas, para apoio à sua internacionalização e aumento das exportações.
- Lançamos a Linha Comércio Investe – Fase I e II, no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio (FMC), exclusivamente dirigidos a empresas de Micro ou Pequena dimensão do sector do comércio a retalho, que garantiu 50 milhões € na primeira fase e 40 milhões € na segunda fase.
- Criámos a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD).
- Efetuámos uma revisão do enquadramento legal dos instrumentos de financiamento previstos no Código das Sociedades Comerciais por forma permitir às empresas, em particular PME, maior flexibilidade e mais fácil acesso na emissão de instrumentos alternativos ao financiamento bancário, designadamente ações preferenciais sem voto, obrigações e outros instrumentos

híbridos de financiamento.

- Criámos a Linha de Apoio à Qualificação da Oferta, com uma dotação de 120 milhões €.
- Criámos uma Linha de Apoio à Consolidação Financeira, com uma dotação de 150 milhões €, tendo em vista apoiar as PME turísticas.

Os Fundos Europeus como motor do desenvolvimento

O novo ciclo de programação de fundos europeus, o Portugal 2020, foi encarado como fundamental para o futuro do País, pois as políticas públicas cofinanciadas pelos fundos comunitários devem alavancar o crescimento e o emprego, num esforço de redução da pobreza e de correção do desequilíbrio externo. Ao todo são mais de 25,8 mil M€, e que o País tem o dever de aplicar da melhor maneira.

O Governo operou uma mudança estrutural na programação dos fundos, seja nos processos, nos objetivos e nos alvos do financiamento. Criou mecanismos de transparência na gestão dos fundos, aumentou a celeridade nos processos e responsabilizou todos os agentes envolvidos, desde os gestores operacionais aos beneficiários dos fundos.

O Portugal 2020 está orientado para os resultados. Não contratualizámos projetos, contratualizámos resultados. O financiamento dependerá dos resultados obtidos.

Da mesma forma foram introduzidas mudanças significativas no sentido de reforçar a transparência, simplificação e capacitação.

O Portugal 2020 privilegia de forma decisiva o apoio ao investimento por parte das PME. O ciclo do apoio à construção de infraestruturas está concluído e chegou o tempo de investir na criação de emprego e de riqueza. Essa é a principal prioridade do ciclo de programação que agora se inicia. O domínio da Competitividade e Internacionalização representa mais de 40% do Portugal 2020. Bens e serviços transacionáveis, com preferência pelos que sejam exportáveis ou evitem as importações, estarão no centro da nossa atenção. Não haverá sectores ou atividades produtivas privilegiadas. Serão os empresários a detectar as melhores oportunidades de criação ou de crescimento das empresas.

Cerca de 93% dos fundos destinam-se às zonas mais pobres do país, ou seja, o Norte, o Centro, o Alentejo e os Açores. Por outro lado, criaram-se mecanismos de incentivo às regiões de baixa densidade e promoveu-se a coesão territorial e social.

O Portugal 2020 engloba os cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e Pescas (FEAMP). Está estruturado em quatro domínios temáticos e dois domínios transversais (reforma da Administração Pública e territorialização das intervenções), refletindo uma forte sintonia com as prioridades da Estratégia Europa 2020:

- Competitividade e internacionalização da economia, onde se privilegiará o apoio à mudança do perfil de especialização produtiva, ao reforço das competências e estratégias das PME e à melhoria das condições de contexto à atividade empresarial;

- Inclusão social e emprego. Portugal continuará a empenhar-se na redução do número de pessoas em risco ou em situação de pobreza/ exclusão social e no combate ao desemprego, executando também o Plano Nacional de Implementação da Garantia Jovem (entregue à Comissão Europeia no final do ano passado) para aumentar o emprego jovem, fazendo uso dos recursos disponíveis no âmbito do Fundo Social Europeu e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens;

- Capital humano, através da redução do abandono escolar precoce, do aumento da população com diploma do ensino superior, aposta na qualidade da formação e na empregabilidade;

- Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, destinado a apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono, a adaptação às alterações climáticas e a proteção do ambiente.

O Portugal 2020 conta com uma dotação total de 25,8 mil milhões € para quatro Programas Operacionais (PO) temáticos para o Continente referidos anteriormente, cinco PO para as regiões do Continente, dois PO para as Regiões Autónomas, um PO para a Assistência Técnica, um para os Assuntos Marítimos e Pescas e três Programas para o Desenvolvimento Rural - PDR (um para o Continente e dois para as RA).

De referir que Portugal foi um dos primeiros países a ter o Acordo de Parceria aprovado pela Comissão Europeia, bem como todos os Programas Operacionais aprovados e em funcionamento. Toda a regulamentação específica foi aprovada em menos de 4 meses a contar da aprovação dos Programas Operacionais. No ciclo anterior, a regulamentação específica foi sendo publicada ao longo de 5 anos. O número de regulamentos específicos foi reduzido de cerca de 100 para apenas 5, num grande esforço de simplificação.

Até ao momento, já foram abertos dezenas de concursos e está aprovado um calendário de concursos até março de 2016, contemplando 260 avisos. No domínio da competitividade, as candidaturas já apresentadas no Portugal 2020 envolvem cerca 5.000 empresas, sendo de salientar que cerca de 60% nunca se tinham candidatado a fundos europeus.

Por fim, foi nomeado em maio de 2015 o Curador do Beneficiário, ficando, assim, concluído todo o processo de designação dos órgãos previstos no modelo de governo do Portugal 2020.

Somando o valor final do QREN a executar e as primeiras transferências do Portugal 2020, o ano de 2015 será o maior ano de sempre no montante de fundos europeus investidos, com mais de 4 mil milhões €.

Em relação ao quadro anterior, o QREN, Portugal é o país com taxa de execução de fundos mais elevada de toda a União Europeia, sendo considerado a nível europeu um exemplo a seguir.

Melhorar o ambiente competitivo e reforçar a regulação

- Alterámos a Lei do Arrendamento, revimos o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e o Regime Jurídico dos Prédios Arrendados, encontrando-se em fase final a preparação de um regime excecional e transitório de reabilitação de edifícios.

- No seguimento da reforma do arrendamento, foi criada uma Comissão para a respetiva monitorização e foi preparada a revisão dos diplomas centrais relacionados com o arrendamento social: renda apoiada e renda condicionada.

- Elaborámos uma nova Lei da Concorrência, reforçando os poderes da Autoridade da Concorrência, a sua independência, bem como as suas obrigações.

- Finalmente foi instalado o Tribunal especializado da Concorrência, Regulação e Supervisão com vista à criação de uma “cultura judicial” de concorrência e assegurar melhores decisões e maior celeridade em matéria de Direito da Concorrência e de Regulação.

- Com vista à criação de um ambiente regulatório que salvaguarda o interesse público e promove a eficiência do mercado, aprovámos uma nova Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, e adaptámos em conformidade todos os respectivos estatutos.

- Para abrir as profissões à entrada dos novos talentos e de novos investimentos, e impedir protecionismos injustificados, liberalizámos o acesso e o exercício das chamadas “profissões regulamentadas”, através da nova Lei-quadro das Associações Públicas Profissionais.

- Implementámos sectorialmente a Diretiva dos Serviços, que corresponde ao enquadramento legal europeu em matéria de serviços para abrir e tornar mais concorrencial o mercado do produto e finalmente criar um Mercado Único Europeu no sector.

- Transpusemos a Diretiva das Qualificações, que simplifica e desburocratiza o processo de reconhecimento das qualificações obtidas noutro Estado-membro da União Europeia.

- Avançámos com uma ambiciosa reforma do Licenciamento Industrial denominado por Sistema de Industria Responsável (SIR), com vista a reduzir o fardo administrativo das empresas.

- Reestruturámos a Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projetos de Interesse Nacional, cujas competências alargámos a outros projetos de investimento na nova Comissão Permanente de Apoio ao Investidor.

- Na área do licenciamento, lançámos ainda o Licenciamento Zero online, que recentemente foi premiado como um dos vencedores do Prémio Europeu para a Inovação da Administração Pública.

- Aprovámos dois documentos estratégicos para os principais sectores económicos do país:

1. Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020 definida por 105 medidas em 9 eixos.
2. Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020 definida por 36 medidas em 5 eixos.

Estes documentos têm como objetivo: o crescimento sustentável do PIB superior a a uma taxa de 2,2%/ano em 2020, através de:

1. Facilitação do investimento no país.
2. Aumento do investimento em I&D&I e na estabilização da procura interna.
3. Promoção da expansão das empresas Portuguesas para mercados exteriores e reforço da sua presença no mundo digital.

- Criámos o Conselho da Indústria e o Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração para realizar uma monitorização isenta e imparcial da implementação das estratégias e propor ajustes ou novas medidas.

- Foi publicado o novo Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, para simplificar o peso do licenciamento, reduzir os encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, eliminando custos de contexto.

- No âmbito da PARCA, foi publicado o Decreto-lei dos prazos de pagamento e procedeu-se à revisão do regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio (PIRC), reforçando o ambiente competitivo.

- Reforçámos os mecanismos de defesa do consumidor com o Alargamento da Rede de Apoio ao Consumidor Endividado que conta, à data, com 23 entidades entre as quais municípios, universidades, associações, e outras. Até à data e desde 2012, €557.500,00 foram disponibilizados para o financiamento das atividades das entidades que integram a RACE.

- Lançámos o programa “Portugal Sou Eu” com o objetivo de estimular a produção de bens com elevada incorporação de valor acrescentado em Portugal, apoiar a competitividade das empresas nacionais e projetar uma imagem para Portugal em mercados internacionais como estímulo à exportação. Até abril deste ano já foram atribuídos selos a 2960 produtos e 1 serviço num total de 358 empresas de produtos e 1 empresa de serviços aderentes, este universo de empresas representa um volume de negócios de cerca de 3.1 mil milhões €. Existem ainda 1373 empresas de produtos e serviços com processos de adesão em curso.

- A próxima fase do programa “Portugal Sou Eu” irá juntar novas empresas e relançar a iniciativa, sendo o objetivo para o biénio 2015-2016 aumentar em mais de 3.000 produtos e serviços Portugal Sou Eu.

- No turismo, o Governo reviu o regime legal das Agências de Viagens e Turismo simplificando os regimes de licenciamento, reduzindo as taxas de inscrição a contribuição inicial para o Fundo de Garantia de Viagens e Turismo, adequando a legislação às necessidades das empresas e dos consumidores.

- Foi aprovado o novo regime jurídico das Entidades Regionais de Turismo, que reduziu o seu número de 11 para 5.

- O Governo liberalizou o acesso à atividade de animação turística passando o registo a depender unicamente de comunicação prévia e a fazer-se de forma desmaterializada. Reduziu ainda em 80% as taxas de registo e foram eliminados seguros obrigatórios injustificados ou duplicados.

- Procedemos à revisão do Regime de Licenciamento de Empreendimentos Turísticos, reduzindo obrigações, cortando taxas, introduzindo o deferimento tácito em todos os passos do licenciamento, liberalizando a atividade de diretor de hotel e flexibilizando a classificação de empreendimentos.

- Criámos o regulamento das embarcações utilizadas na atividade marítimo-turística, definindo as regras aplicáveis às empresas de animação turística e aos operadores marítimo-turísticos e às embarcações por eles utilizadas.

- Flexibilizámos e simplificámos a definição da época balnear, considerando a possibilidade de abertura de concessões balneares antes e depois do período oficial da época balnear. As empresas ficam isentas de taxas e emolumentos no processo de concessões balneares fora do período oficial.

- Criámos o novo regime jurídico do Alojamento Local, permitindo que qualquer privado preste serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração, sem qualquer restrição em relação ao tempo de estadia ou ao número de hóspedes, através de uma comunicação prévia.

- Lançámos o Regime Jurídico do Jogo Online, estabelecendo um novo enquadramento legal, aberto, para uma atividade que não estava abrangida pela regulamentação existente.

- Alterámos o regime jurídico dos empreendimentos turísticos e o regime jurídico das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, eliminando as taxas exigidas pelo reconhecimento de atividades de animação turística ou de empreendimentos turísticos como sendo de Turismo de Natureza e procedendo à simplificação do processo de reconhecimento.

- Implementámos várias medidas em matéria de Insolvência e Recuperação de Empresas, como os Princípios Orientadores de Recuperação Extrajudicial de Devedores, o novo Código de Insolvência e Recuperação de Empresas ou o Programa Revitalizar.

- No sector das telecomunicações, realizámos o concurso para a 4ª geração móvel (4G), permitindo a entrada de novos operadores no mercado e o reforço da competitividade dos operadores existentes.

- Foram também realizados os concursos respeitantes ao serviço universal de telecomunicações, sendo agora uma realidade a prestação deste serviço por mais de um operador e a um custo mais baixo do que o praticado anteriormente.

- Completámos a liberalização do sector postal, permitindo que o mercado funcione em regime de plena concorrência, reforçando a independência do regulador (ANACOM) e privilegiando a prestação de um serviço postal de qualidade aos cidadãos.

- Eliminámos as chamadas “Golden Shares”, as participações minoritárias do Estado em grandes empresas privadas que lhe conferiam privilégios de administração e de gestão que não correspondiam aos respeitantes à participação.

- Nesse âmbito, reestruturou-se, em particular, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, ao qual sucede a nova Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, bem como o Instituto Nacional de Aviação Civil, ao qual sucede a nova Autoridade Nacional de Aviação Civil, quanto às respetivas atribuições em matéria de regulação, de promoção e defesa da concorrência nestes setores.

- Liberalizámos as rotas aéreas para os Açores (Ponta Delgada e Terceira) e com isso promovemos o crescimento económico, a criação de emprego e o desenvolvimento regional.

- Liberalizámos o acesso aos terminais ferroviários de mercadorias, através da passagem da sua gestão para a REFER. Deste modo elimina-se uma importante barreira que existia à entrada de novos operadores ferroviários de mercadorias no mercado Português, possibilitando às empresas exportadoras vir a beneficiar de uma oferta de transportes mais concorrencial e competitiva.

- Atualizámos a regulamentação técnica no sector ferroviário com vista à simplificação do sistema regulatório e redução dos custos de contexto no acesso à atividade de operação ferroviária, aumento do comprimento de comboios de mercadorias e utilização do regime de agente único, reduzindo os custos de operação do transporte ferroviário de mercadorias.

- Aprovámos o novo regime jurídico aplicável ao Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, revogando e simplificando legislação com mais de 60 anos e dispersa por mais de 15 diplomas, que regula, atualiza e clarifica um conjunto de matérias importantes para a gestão da infraestrutura rodoviária.

- Aprovámos o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, descentralizando competências para os municípios e associações de municípios e acabando com o regime do RTA de 1948, que atribuía quasi-monopólios aos operadores de transporte de passageiros históricos. Aprovámos o novo Regime Jurídico das Plataformas Públicas Electrónicas, facilitando o acesso de PME às compras públicas electrónicas e promovendo uma maior concorrência no sector, reduzindo assim custos com aquisição de bens e serviços para o sector público.

- Reformámos o regime de acesso e de permanência na atividade de inspeção técnica de veículos.

- Reformámos o sistema de emissão e renovação de cartas de condução, permitindo uma redução dos prazos médios de emissão de cartas de condução de mais de 50 dias para apenas 5 dias.

Maior competitividade fiscal

- A Reforma do IRC, que foi aprovada no final de 2013 por mais de 85% dos deputados do Parlamento, veio dar um novo fôlego à economia portuguesa no panorama

Europeu: reforçou a competitividade fiscal, simplificou o imposto e criou melhores condições para promover o investimento e a criação de emprego. Esta foi a reforma da competitividade fiscal, da simplificação e da promoção do investimento.

- No seguimento da reforma do IRC, o novo Código Fiscal do Investimento reforçou os diversos incentivos fiscais ao investimento produtivo, com as empresas que realizem investimentos produtivos a passar a ter um crédito fiscal em IRC até 25%. Há ainda uma majoração especial de 10% para investimentos em regiões do interior menos favorecidas e uma majoração especial até 8% para investimentos que proporcionem a criação ou manutenção de postos de trabalho.

- A Reforma do IRS entrou em vigor em 2015 e representa um marco histórico para Portugal, sendo a reforma mais importante deste imposto desde a respetiva criação em 1989. A reforma do IRS contribui ativamente para Portugal ter hoje um imposto mais coerente, mais justo e mais equitativo.

- Entre outras medidas, o novo IRS criou o quociente familiar, a medida mais importante para proteger as famílias nos 25 anos de existência do IRS, torna este imposto mais simples, reforçando a mobilidade geográfica dos portugueses e é mais amigo do empreendedorismo individual e da iniciativa privada.

- O Governo promoveu, em 2014, um conjunto de medidas para incentivar atitudes mais amigas do ambiente na nossa sociedade. É a Fiscalidade Verde, que pretende promover comportamentos mais sustentáveis e amigos do ambiente, e que permite o alívio fiscal em sede de IRS para as famílias portuguesas. A reforma está enquadrada numa visão alargada e estratégica para o futuro do País, plasmada no Compromisso para o Crescimento Verde e, por isso, contém medidas que vão além do ano de 2015.

Esta reforma pretende reduzir a dependência energética do exterior, induzir padrões de consumo de produção mais sustentáveis, reforçando a liberdade e responsabilidade dos cidadãos e das empresas. Ao mesmo tempo, promove a eficiência na utilização dos recursos, fomenta o empreendedorismo e a criação de emprego e diversifica as fontes de energia. O País só tem a ganhar com este caminho.

Assente numa neutralidade fiscal, a receita líquida gerada foi compensada através de um desagravamento no IRS para as famílias portuguesas.

- De forma a reforçar de forma estrutural a competitividade do sistema fiscal em Portugal, o Governo concretizou ao longo do seu mandato um conjunto de medidas adicionais que se revelaram eficazes no seu propósito e das quais se salientam as seguintes:

- Aprovámos o Pacote Fiscal ao Investimento 2013 para estimular, de forma imediata e significativa, os níveis de investimento das empresas nesse ano. Este pacote de investimento incluiu o crédito fiscal extraordinário ao investimento, uma medida sem precedentes em Portugal.

- O regime simplificado de prova de exportação entrou em vigor em janeiro de 2013, o que representa um contributo decisivo para a agilização das exportações nacionais e para o crescimento sustentado deste sector fundamental da economia portuguesa, através da agilização do processo de reembolso do IVA às empresas e da simplificação administrativa dos processos de exportação.
- Entrou em vigor em outubro de 2013 o Regime de IVA de Caixa, que constitui uma reforma muito importante para a economia real e que vem facilitar a vida das empresas. Esta medida alivia a pressão de tesouraria das empresas, permitindo-lhes pagar o IVA apenas após o ter recebido dos seus clientes. Com a adoção deste regime, Portugal é um dos primeiros países da União Europeia a ter um regime de IVA de caixa.
- Em complemento do Regime de IVA de Caixa, concretizámos um novo regime do IVA associado a créditos incobráveis, permitindo-se às empresas a regularização do IVA referente a créditos em mora há mais de 24 meses, sem necessidade de recurso aos tribunais.
- Temos vindo a proceder a um alargamento significativo da rede de Convenções para evitar a Dupla Tributação, em particular, com países que representem “mercados prioritários” para as empresas portuguesas.
- Finalmente, operacionalizámos o regime das informações vinculativas urgentes, de forma a reforçar a segurança jurídica das empresas que investem em Portugal, e reduzimos o prazo de prestação destas informações de 120 para 90 dias.

Promover o investimento, a competitividade e coesão

- Aprovámos o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+), que estabelece 59 projetos de investimento prioritários a realizar até 2020 - decididos através de um amplo debate e consensualização com os agentes económicos, os restantes partidos políticos e os municípios - com um volume de investimento global de 6.067 milhões €, mobilizando recursos públicos, comunitários e privados. O PETI3+ dá prioridade aos investimentos nos sectores ferroviários e portuários, críticos para as exportações nacionais, e à concretização das Redes Transeuropeias de Transportes, em articulação com os nossos parceiros Espanhóis e Franceses.
- Implementámos o Plano “5+1” de reforma do sector portuário, o qual permite uma redução da fatura portuária em 25%. Trata-se de um sector vital para as indústrias exportadoras e para uma economia mais aberta. Neste âmbito destaca-se a reforma do regime de trabalho portuário, aproximando-o do regime geral e tornando a operação portuária mais flexível, o congelamento e eliminação da taxa portuárias, designadamente a TUP Carga, permitindo uma poupança de 25 milhões € para os utilizadores portuários, bem como a renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários, assegurando assim a transferência dos benefícios destas reformas para as empresas exportadoras. O resultado destas reformas permitiu um aumento global de 33% na quantidade de mercadorias movimen-

tadas nos portos Portugueses em 2015, face a 2011.

- Ainda no sector portuário, acordámos a expansão do terminal de contentores de Sines para 2,5 milhões TEU por ano. Este projeto, que envolve um investimento de 40 milhões €, integralmente a cargo do concessionário, permite assim ao porto de Sines passar a vigorar no TOP 10 dos portos Europeus de contentores.
- Lançámos as bases para preparar os concursos para a construção dos novos terminais de contentores de Lisboa e Leixões, que irão permitir fazer face ao aumento da movimentação de mercadorias já verificada e prevista para os próximos anos, em benefício das empresas exportadoras.
- Realizámos o concurso público do novo terminal de cruzeiros de Santa Apolónia, que irá permitir colocar o Porto de Lisboa na 1ª liga dos portos de cruzeiro Europeus e atrair novas rotas e novos turistas de cruzeiro para Lisboa, em benefício da economia, em especial nos sectores do turismo e restauração.
- Realizámos o concurso público para o terminal multipurpose de Lisboa, aumentando a concorrência no porto de Lisboa.
- Reduzimos em 15% as taxas de utilização da infraestrutura ferroviária para comboios de mercadorias.
- Criámos o comboio internacional Celta, que realiza a ligação ferroviária entre Porto e Vigo, aproximando as regiões Norte e a Galiza e promovendo o turismo.
- Aprovámos o Plano de Proximidade Rodoviária de Médio Prazo 2015-2019 que promove a realização de investimentos de proximidade em ligações do tipo last mile, em benefício do desenvolvimento económico local.
- Reformulámos o regime de portagens nas ex-SCUT com introdução de um desconto permanente de 15% para todos os utilizadores, e um regime de descontos especiais para veículos pesados de transporte de mercadorias, promovendo assim o desenvolvimento das regiões do interior do país.
- Implementámos um novo regime de interoperabilidade na cobrança de portagens entre Portugal e Espanha, eliminando assim a maior parte das dificuldades sentidas pelos turistas Espanhóis na utilização das nossas autoestradas, quando visitavam Portugal.
- Introduzimos benefícios fiscais para o transporte rodoviário de mercadorias, apoiando assim as empresas exportadoras nacionais.
- Aprovámos o Plano Estratégico da ANA 2013-2017 que promove o investimento e o aumento da capacidade e competitividade da rede de aeroportos nacionais.
- Promovemos a atração de novas companhias de aviação do tipo “Low Cost” para Portugal, contribuindo assim para o crescimento do número de passageiros nos aeroportos nacionais.
- Criámos a nova ligação aérea Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão, encurtando distâncias e aproximando os Portugueses das regiões do interior norte, do centro e sul do país.
- Estudámos e mostrámos a viabilidade da utilização da

base aérea do Montijo para o tráfego aéreo low cost, complementarmente ao aeroporto da Portela, por forma a atrair mais rotas e mais passageiros

- Criámos o Regime Extraordinário de Reabilitação Urbana, permitindo assim um regime simplificado de licenciamento de prédios antigos, contribuindo para a reabilitação do parque edificado e para um aumento significativo da atividade no sector da construção neste domínio.
- Reformámos os passes de estudantes, aumentando a taxa de bonificação para 60% para as famílias mais carenciadas, ao mesmo tempo que liquidámos a dívida de mais de 50 milhões € que o Estado tinha em 2011 para com os operadores de transportes relativamente a estes passes.
- Criámos o passe Navegante, permitindo aos passageiros viajar na Carris, Metro de Lisboa e CP com um significativo desconto face ao preço dos títulos anteriormente em vigor e promovendo a intermodalidade e a atração de novos passageiros para os transportes públicos.
- Aprovámos o regime de transportes flexíveis, permitindo a criação do Portugal Porta-a-Porta que irá alargar a oferta de transportes públicos às zonas de baixa densidade populacional que não tinham acesso a transportes.
- A preocupação com os territórios de baixa densidade levou o Governo a introduzir, em várias políticas públicas, uma diferenciação positiva desses territórios. É o caso dos fundos europeus (com majorações positivas e concursos específicos para os territórios de baixa densidade), do regime de autorização de residência (facilitando-o quando os investimentos forem em territórios de baixa densidade), do código fiscal de investimento e dos apoios à comunicação social local e regional.

A justiça ao serviço da modernização do país

Reformar o sistema de justiça, corrigindo as suas disfuncionalidades, foi o objetivo a que o XIX Governo Constitucional se dedicou para que Portugal se torne um país mais competitivo e para que os portugueses possam vir a viver melhor.

Para melhorar o funcionamento do sistema de Justiça, dando também cumprimento aos compromissos internacionalmente assumidos, o Governo assumiu como medidas prioritárias o combate à pendência processual, em particular no domínio da ação executiva, o reforço e reestruturação do papel dos agentes de execução, o reforço dos poderes de supervisão da entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina destes profissionais, a reforma do regime da insolvência e da recuperação de empresas, a reestruturação do mapa judiciário, a operacionalização dos meios de resolução alternativa de litígios, com especial enfoque na arbitragem e nos julgados de paz, o combate à pendência processual nos processos tributários de valor superior a um milhão de euros, a padronização das custas judiciais e a criação de um processo civil mais ágil e dirigido a resolver a questão material controvertida, sem deixar os operadores judiciários presos a formalismos tantas vezes inúteis.

Perante tão extenso leque de compromissos, tem sido muito intensa a atividade desenvolvida, quer no plano normativo, quer no domínio institucional, transformando profundamente o tecido judiciário vigente em Portugal.

No que respeita à reforma do Regime da Recuperação de Empresas e da Insolvência, por iniciativa do MJ, procedeu-se à aprovação de:

- Alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas reorientou o regime insolvencial português para a recuperação de empresas em detrimento da sua liquidação.
- Foi, neste contexto, criado o processo especial de revitalização (PER), processo completamente novo, gizado para permitir às empresas em especial, e à generalidade dos devedores, a sua recuperação, cuja adesão muito expressiva vem demonstrando que este é um instrumento que faltava na ordem jurídica interna e que tem permitido a salvaguarda de muitos postos de trabalho e a continuação do funcionamento de muitas empresas que, de outro modo, já teriam conhecido o seu fim.
- Aprovámos o novo estatuto dos administradores judiciais, que veio clarificar um conjunto de aspetos atinentes à atividade destes auxiliares da justiça e ao seu estatuto que até à sua entrada em vigor não se encontravam suficientemente regulados na lei.
- Foram aprovados os princípios Orientadores das Reestruturações Voluntárias Extrajudiciais, tendo como paradigma os princípios da INSOL.
- Outra das prioridades assumida foi a ação executiva, já que se impunha reduzir, significativamente, as pendências cíveis em atraso e criar as condições para que os processos se concluam em tempo útil e razoável, dando adequada resposta às expectativas, não só sociais, como económicas.
- As estatísticas da Justiça estão aí, para o comprovar: Nos tribunais judiciais de 1.ª instância, depois de seis trimestres de relativa estabilidade, registou-se um decréscimo acentuado de cerca de 19,0% no número de ações executivas cíveis pendentes, entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2014.
- Outra das reformas efetuadas neste período com profundos efeitos na economia foi a aprovação do novo Código de Processo Civil, diploma já em vigor desde setembro de 2013.
- O novo Código veio possibilitar a conformação do processo aos ritmos da modernidade, instituindo-se ao nível da ação declarativa, uma única forma processual comum, definiram-se mais claramente os prazos a observar durante o processo e impuseram-se novos deveres aos intervenientes na marcha processual, procurando afastar-se expedientes dilatórios, que nenhum efeito útil carream para o processo, minando a confiança no sistema de justiça, o que se julgou absolutamente necessário evitar, posto que a atratividade da economia pressupõe a existência de regras claras para os agentes económicos poderem fazer valer os seus direitos, de forma célere e eficaz.

Com esta reforma do processo civil veio também modernizar-se e agilizar-se substancialmente o sistema de cobrança de dívidas em Portugal, elemento chave para termos um sistema judicial competitivo. Com efeito, e a título de exemplo, basta referir que foi a reforma do processo civil operada em 2013 que possibilitou que as penhoras de saldos bancários possa hoje fazer-se por via eletrónica, o que já tornou possível a cobrança de dezenas de milhões de euros em benefício de credores que, de outra forma, não teriam sido pagos tão rapidamente quanto o foram.

- Outro pilar em que assenta a reforma da Justiça é a nova organização judiciária, em vigor desde 1 de setembro de 2014.
- A nova organização judiciária outorga os objetivos estratégicos fixados, nesta matéria, assente em três pilares fundamentais:
 - o alargamento da base territorial das circunscrições judiciais, que passa a coincidir, em regra, com as centralidades sociais,
 - a instalação de jurisdições especializadas a nível nacional e
 - a implementação de um novo modelo de gestão das comarcas.

Sem perder de vista a premissa essencial da reorganização judiciária, centrada no cidadão e nas empresas a presente reforma visa melhorar o funcionamento do sistema judicial e alcançar uma prestação de justiça de qualidade, apostando-se, para isso, fortemente na especialização, dotando todo o território nacional de jurisdições especializadas, pretendendo-se, assim, proporcionar uma resposta judicial ainda mais flexível e mais próxima das populações.

Tendo em vista reforçar o número de oficiais de justiça nas secretarias judiciais, por forma a melhorar o funcionamento da justiça, foi aberto um procedimento concursal para ingresso de 600 novos oficiais de justiça, o qual se encontra a decorrer.

Verificou-se, igualmente, um significativo investimento na área da formação dos oficiais de justiça. A este propósito refira-se que se encontram a decorrer cursos de formação para acesso às categorias de escrivão de direito e de técnico de justiça principal, aos quais foram apresentadas 2700 candidaturas.

Relativamente às instalações dos Tribunais, para a Reforma da Organização Judiciária foram inicialmente previstas 105 obras, encontrando-se por concluir neste momento 10 obras em edifícios.

Foram ainda solicitadas mais 32 intervenções, as quais estão todas concluídas com exceção daquelas que integram obras inicialmente previstas e que estão ainda em curso por, em alguns casos, terem sido reformuladas.

Após 1 de setembro foram solicitadas 14 novas salas de audiência, cujos projetos foram concluídos e as respetivas obras contratadas até 31 de dezembro de 2014.

As consignações já foram efetuadas, estando as

respetivas obras concluídas, com exceção das salas do Palácio da Justiça do Porto cuja conclusão se prevê para o final do corrente mês de maio.

O valor inicialmente previsto para a Reforma da Organização Judiciária foi de 39.872 milhões €. Atualmente e já contemplando as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, e as novas salas de audiência estima-se que o valor seja de 35,501 milhões €.

O conhecimento real das necessidades relativamente às instalações dos Tribunais, decorrente quer das inúmeras deslocações efetuadas pela DGAJ e pelo IGFEJ, quer da informação transmitida pelos Órgãos de Gestão das Comarcas, motivou a elaboração de um documento global que corresponde a um levantamento do estado e condições dos edifícios onde funcionam as várias instâncias, que está em elaboração pelo IGFEJ com o contributo da DGAJ, e dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público, com um plano de intervenções que implicará um investimento de cerca de 75 milhões € até 2019, inclusive.

Muitas outras iniciativas foram levadas a cabo nestes cerca de quatro anos de intenso trabalho de reforma:

- Reforço dos meios de resolução alternativa de litígios.

- Entrou em vigor o novo regime jurídico da Arbitragem Voluntária, que em matéria de arbitragem, adere aos padrões internacionais de referência, de forma a tornar o sector mais competitivo e criar mais transparência e segurança junto dos agentes económicos.

- Alterámos também o regime jurídico dos Julgados de Paz.

- Ainda neste domínio importa referir o novo regime jurídico da Mediação, o qual vem estabelecer os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal, bem como os regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública.

- Foi ainda revisto o Regulamento das Custas Processuais, dada a necessidade de se proceder à padronização do regime de custas judiciais.

- Procedeu-se ainda à instituição dos tribunais da Propriedade Intelectual e da Concorrência, Regulação e Supervisão.

- Procedeu-se, ainda, à implementação de medidas excecionais na jurisdição fiscal, de forma a possibilitar a diminuição das pendências na área tributária, com prioridade para os processos de valor superior a um milhão de euros.

- Fizeram-se, ainda, reformas na área do direito penal e do direito processual penal com alterações nas seguintes matérias:

- Crimes contra o ambiente, nomeadamente, o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipificando um novo crime de atividades;

- Quanto à aplicação das medidas de coação e quanto à possibilidade de as declarações de arguidos, prestadas nas fases preliminares do processo serem utilizadas na fase de julgamento; sobre o regime de prescrição, efeitos dos recursos, medidas de coação e julgamento de flagrante delito em processo sumário; obrigatoriedade de constituição de assistente das pessoas coletivas em casos de furtos, no âmbito do Direito Penal.

- Relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção de vítimas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril;

- Qualificação como crimes de homicídio e de ofensas à integridade física cometidos contra solicitadores, agentes de execução e administradores de insolvência

- Foram ainda efetuadas alterações ao Código de Processo Penal, que inclui matérias como a harmonização do Código de Processo Civil e do Código de Processo penal em matéria de prazos para a prática de atos processuais ou a clarificação dos poderes do juiz no que tange à admissão da ultrapassagem do limite máximo do número de testemunhas

- Foi ainda aprovado o novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), que constitui um importante contributo legal para a reforma da Administração Pública, sobretudo no seu relacionamento com os cidadãos. Pretende-se, assim, tornar a Administração Pública mais eficiente na resposta a dar às solicitações que lhe são dirigidas pelos cidadãos.

- Outra área, na qual foram realizadas mudanças importantes, é a do reforço ao combate ao Crime Internacional, através da aprovação de Leis que introduzem alterações relativas ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros da União Europeia;

A reforma do sector da energia

As reformas na área da energia e das alterações climáticas permitiram atingir o valor de 62% de utilização de fontes energéticas renováveis na eletricidade e o nível mais baixo de dependência energética do exterior (71%) dos últimos 20 anos, colocando hoje o país na lista dos 10 países com melhor performance energética publicada pelo Fórum Económico Mundial.

- Além do combate às rendas excessivas (ver próximo ponto), concluímos a transposição do terceiro pacote energético. Dos principais objetivos da transposição das diretivas, destacamos os seguintes:

- Reforçámos o papel do regulador (ERSE) e do fiscalizador (DGEG) e aumentámos a concorrência no sector, quer através da liberalização do consumo (retalho), quer através do aprofundamento dos mercados ibéricos da eletricidade e do gás (MIBEL e do MIBGÁS).

- Extinguimos as tarifas reguladas de eletricidade e gás natural e estabelecemos tarifas transitórias, incentivando a passagem dos consumidores para o mercado.

- Reforçámos as exigências em matéria de independência e separação jurídica e patrimonial dos operadores do sistema elétrico nacional e do sistema nacional de gás natural.

- Com a nova Lei de Bases do Sector Energético tornámos todo o sector mais concorrencial e menos dependente dos subsídios do Estado.

- Demos os primeiros passos tendentes à eliminação do denominado pancaking, ou seja, a dupla tarifação paga no transporte de gás natural no mercado ibérico, e

liberalizámos os mercados do gás e da eletricidade.

- Avançámos com o programa Eco.Ap – Programa de eficiência energética na Administração Pública – para aumentar a eficiência energética dos serviços e organismos públicos e que permitirá ao Estado reduzir a despesa da fatura energética em 30% até 2020, bem como dinamizar a economia nesta área.

- Desenvolvemos o Instrumento Financeiro para a Eficiência Energética que, associado ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana e ao Programa Operacional POSEUR, vai permitir acelerar a redução de consumos energéticos na administração pública central e promover a eficiência energética ao nível dos edifícios residenciais, atingindo quase 1000 milhões €

- Assegurámos a transposição para a ordem jurídica nacional as matérias referentes à eficiência energética da Diretiva n.º 2012/27/UE. No âmbito desta transposição procedeu-se à revisão da disciplina da atividade de cogeração.

- Desenvolvem o programa Eco.Mob, Programa de mobilidade sustentável para a administração pública. Prevê-se a introdução de 1.225 veículos elétricos na Administração Pública, no horizonte 2015 – 2020, com uma poupança que assegura o retorno do investimento de 50 milhões €.

- Aprovámos o novo modelo da mobilidade elétrica, alargando, liberalizando e introduzindo maior concorrência na rede pública e privilegiando modos de carregamento nas habitações, locais de trabalho e locais privados de acesso público. A par, simplificou-se o modelo no que respeita aos licenciamentos e relações comerciais entre os agentes. Está em curso a expansão e reforço da rede nacional de postos de carregamento em todo o território.

- Reduzimos as barreiras no acesso à mobilidade elétrica, através dos incentivos via fiscalidade verde para a utilização de carros elétricos e híbridos plug-in.

- Lançámos o novo enquadramento legal da produção distribuída, que simplifica e melhora, por um lado, o regime da produção para entrega total da energia elétrica à rede – a pequena produção – e estabelece, por outro, o novo regime jurídico da produção em Autoconsumo, que permite às famílias produzir a sua própria eletricidade.

- Aprovámos o novo regime de remuneração garantida para a generalidade das tecnologias de produção de eletricidade, através de fontes de energia renovável, que aguarda apenas a conclusão do processo de notificação à Comissão Europeia, no âmbito das normas comunitárias relativas a auxílios de Estado, para ser publicado.

- Obtivemos a autorização da Comissão Europeia do regime remuneratório aplicável à produção de energia renovável de fonte ou localização oceânica, que permitirá promotores avaliarem e testarem na costa marítima Portuguesa as suas tecnologias renováveis em fase de experimentação ou pré-comercial.

- Concretizámos a transposição, para a ordem jurídica nacional, das matérias referentes às transferências estatísticas e projetos conjuntos entre Estados-membros da Diretiva 2009/28/CE. Esta legislação, juntamente com o desenvolvimento das interligações promovido e assegurado pelo Governo português, permitirá a que Portugal possa exportar eletricidade proveniente de fontes de Energia Renovável.
- Aprovámos o novo regime jurídico relativo ao desempenho energético dos edifícios, introduzindo simplificação de procedimentos e flexibilização de critérios, que vêm promover a eficiência energética no país sem criação de custos de contexto.
- Implementámos a obrigatoriedade dos postos de abastecimento para consumo público comercializarem combustíveis simples ou não aditivados e facultarem informação aos consumidores acerca da gasolina e gasóleo rodoviários disponibilizados.
- Implementámos a publicação diária dos preços de referência grossistas de gasolina, gasóleo rodoviário, GPL butano e GPL propano, conferindo maior transparência à formação dos preços destes combustíveis em Portugal.
- Promovemos o gás natural veicular (GNV), eliminando as barreiras à sua utilização, promovendo novos postos de abastecimento e incentivos via fiscalidade verde à utilização de veículos a GNV, através do IRS e do IRC.
- Promovemos a extensão da rede de gás natural, através do lançamento de concursos que permitem levar o gás natural a 26 municípios do interior com um universo de quase 300 mil pessoas beneficiadas.
- Concluímos o processo que conduz à liberalização do mercado do gás.
- Estamos a trabalhar na alteração às bases e regras de funcionamento do Sector Petrolífero Nacional, no sentido de tornar aquele instrumento legal, num instrumento efetivamente aplicável e ao serviço do mercado e da concorrência, ao contrário do que acontece atualmente.
- Reforçámos a transparência e a monitorização no mercado dos combustíveis, através da atuação da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E.
- Aprovámos e iniciámos a implementação da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais (ENRG-RM), instrumento de valorização dos recursos geológicos e minerais, onde o país tem um potencial elevado – que pode atingir 1% do PIB e representar 25.000 postos de trabalho – que se encontra ainda insuficientemente explorado.
- Aprovámos a nova Lei de Bases dos Recursos Geológicos e estamos a desenvolver os novos regimes jurídicos da revelação e aproveitamento de depósitos minerais e das águas minerais naturais, águas minero industriais, recursos geotérmicos águas de nascente.
- Procedemos a uma nova concessão de exploração de recursos minerais metálicos – a primeira em 32 anos –, com a assinatura da concessão da área mineira “Semblana”, que irá criar 220 postos de trabalho diretos, sub-contratação de 100 empresas e uma contribuição para a economia nacional superior a 35 milhões € em VAB.

Combate às rendas excessivas na energia

- As rendas excessivas têm sido apontadas como entraves ao nosso crescimento. São entraves ao crescimento porquanto impactam em toda a economia.
- Agimos de modo eficaz sobre o problema, diminuindo estes custos e as rendas excessivas a que estavam associados, garantindo a sustentabilidade do SEN. Em resultado dos pacotes de medidas implementados neste sector, as poupanças acumuladas para o SEN ascenderam cerca de 800 milhões € até 2015 e ultrapassarão os 350 milhões por ano perto de 2020.
 - Até à presente data, já implementámos quase todas as medidas a que nos propusemos nos dois primeiros pacotes. As medidas implementadas permitirão atingir uma redução significativa de custos do SEN, próxima dos 3500 milhões €, que se destina a assegurar uma trajetória de eliminação do défice tarifário até 2020 e a limitar entre 1,5% e 2% por ano (acrescido de inflação) o aumento médio das tarifas aos consumidores.
 - Se nada fosse feito, a sustentabilidade financeira do sistema seria posta em causa e fatura dos consumidores ultrapassaria aumentos anuais de 2 dígitos. Com a atuação do Governo, a partir de 2016, o SEN passará a ser superavitário, o que permitirá eliminar, até 2020, a dívida acumulada até 2015, sem aumentos das tarifas superiores a 2% (acrescido de inflação).
 - No quadro do esforço de cumprimento, justo e equitativo, das metas orçamentais para 2014, foi introduzida ainda uma contribuição extraordinária sobre o sector energético, com uma receita adicional de cerca de 150 milhões €. Esta medida é uma contribuição: as receitas respetivas visam apoiar diferentes matérias na área da energia do OE (ACESE, Gasóleo Verde, atividades de eficiência energética, entre outros) até um total de 100 milhões €. A receita remanescente é destinada à redução da dívida tarifária do sector elétrico e a medidas de eficiência energética. Esta medida foi prorrogada para o ano de 2015 e alargada a outros sub-setores.
 - Em Abril de 2014, o Governo anunciou o terceiro pacote de cortes no sector energético, colocando o enfoque nas questões sociais e na competitividade das empresas. Em primeiro lugar, envolvendo todo o sector energético (designadamente, gás de botija, gás natural e combustíveis líquidos) e não apenas eletricidade. Em segundo lugar, os cortes no sector energético têm como destino a limitação do aumento de preços aos consumidores e já não apenas a melhoria da sustentabilidade, nomeadamente através do alargamento da tarifa social na eletricidade, partilha dos contratos take or pay com os consumidores, combustíveis simples (low cost) e preços de referência no gás de botija.
 - Assim, além da inclusão do setor dos combustíveis na Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), a CESE foi alargada aos contratos take-or-pay, assegurando a partilha, com os consumidores, dos benefícios resultantes da revenda para o exterior, do gás oriundo dos contratos take or pay celebrados com a Argélia e a Nigéria, o que permitirá reduzir, já em 2015, os custos sobre as empresas e sobre as famílias.

Reforma do Ordenamento do Território, do Licenciamento, da Reabilitação Urbana e do Arrendamento

- Realizámos uma ampla reforma do ordenamento do território, traduzida na nova Lei de Bases da Política dos Solos do Ordenamento do Território e do Urbanismo e no Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- Simplificámos o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, assente no princípio da confiança e clarificação do âmbito da intervenção da Administração Pública.
- Procedemos à avaliação do Programa de Ação em vigor (2007-2013) do Programa Nacional das Políticas do Ordenamento do Território (PNPOT).
- Criámos o Regime excecional de regularização das atividades económicas, uma oportunidade calendarizada e limitada no tempo, para resolver, de forma sustentável, o problema de existência, há vários anos, de um conjunto expressivo de unidades produtivas em desconformidade com os instrumentos de ordenamento do território, assegurando a ponderação integrada dos interesses ambientais, sociais, económicos e territoriais.
- Cumprindo o princípio de uma Administração aberta, lançámos a Plataforma iGEO (<http://www.igeo.pt>) - que agrega a informação produzida pela Administração Pública nos diferentes domínios de Cartografia, Geodesia, Litoral, Natureza, Ordenamento e Património.
- No mesmo âmbito, desenvolvemos o sistema integrado de licenciamento ambiental (SiliAmb), o que veio viabilizar uma unificação das plataformas de licenciamento.
- Obedecendo a estes princípios de celeridade, de maior articulação e rigor, aprovámos o regime de Licenciamento Único Ambiental (LUA) um regime que incorpora, num único título e num único processo, os elementos e procedimentos que estão hoje dispersos por uma dezena de regimes de licenciamento no domínio do ambiente.
- Desenvolvemos a Estratégia das Cidades Sustentáveis 2020, que configura a agenda nacional para o futuro das cidades portuguesas, constituindo, em particular, a base estratégica de âmbito nacional para o apoio à aplicação dos fundos Portugal 2020.
- Garantimos a reabilitação e qualificação do parque habitacional das cidades, revitalizando os centros históricos das cidades que durante os últimos anos se foram desertificando, tendo aprovado o Regime Excepcional de Reabilitação Urbana (RERU).
- Desenvolvemos o Instrumento Financeiro de Reabilitação Urbana, ligado aos fundos comunitários do Portugal 2020, de apoio às intervenções de reabilitação e regeneração urbanas nas áreas carenciadas, nas áreas industriais abandonadas, na habitação social, nos edifícios públicos, que associado ao instrumento de eficiência energética na habitação atinge quase 1000 milhões €.
- Aprovámos a reforma do arrendamento urbano, em conjunto com medidas na área da reabilitação urbana, promovendo a criação de um mercado de arrendamento mais dinâmico.
- Monitorizámos e ajustámos a reforma do arrendamen-

- to urbano, conforme previsto, em função de uma avaliação intercalar, de modo a assegurar uma melhoria de alguns procedimentos, o reforço da informação disponibilizada aos arrendatários, assim como da proteção assegurada aos mais vulneráveis.
- Preparámos o modelo social de arrendamento que, apesar de apenas aplicável a partir de 2017, conferirá maior segurança e proteção aos mais vulneráveis.
 - Aprovámos o novo regime do arrendamento apoiado, garantindo a uniformidade das regras que presidem à atribuição de habitações com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam, fixando uma taxa de esforço máxima face ao rendimento do agregado familiar e ponderando, sempre, a composição do agregado familiar, incluindo uma ponderação positiva aos agregados com filhos, que vai aumentando consoante o número de descendentes, e o facto de o agregado familiar compreender pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.
 - Revimos o regime da renda Condicionada, calculada com base no valor patrimonial tributário definido no Código do IMI.
 - Definimos a Estratégia Nacional para a Habitação, assente em 3 pilares – reabilitação urbana, arrendamento habitacional e qualificação dos alojamentos.



VALORIZAR OS RECURSOS NATURAIS DO TERRITÓRIO

A valorização dos recursos naturais e do território constituiu uma prioridade Governo, tendo por isso apostado decisivamente nos sectores das florestas, da agricultura e do mar. Foram muitas as reformas e as iniciativas que foram tomadas ao longo da última legislatura, porque apostámos nos sectores tradicionais, contrariando os vaticínios de que estariam obsoletos. Hoje a resposta dos sectores tradicionais confirma a validade da nossa aposta. Não será por acaso que hoje fala-se no rejuvenescimento da agricultura, com o crescimento exponencial desta atividade económica. Ao mesmo tempo, nunca, como hoje, as políticas públicas estiveram tão direcionadas para o mar, como recurso prioritário para o desenvolvimento da nossa economia.

A valorização do meio ambiente e as políticas climáticas foram também prioridades, encaradas como áreas fundamentais para proteção dos nossos recursos. Portugal é um dos países que mais tem investido na luta contra as alterações climáticas, estando na linha da frente em toda a União Europeia.

A sociedade portuguesa ficou mais forte com a adoção destas políticas, que valorizaram o território, favoreceram a economia e melhoraram o bem-estar das pessoas.

Optimizar o uso do território

- Aprovámos a Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, destinada a clarificar competências e a facilitar o investimento no mar.
- Aprovámos a Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020 que estabelece como objetivo económico aumentar o contributo do Mar para a economia nacional em 50%.
- Lançámos novos concursos para a atribuição de duas áreas de produção aquícola offshore.
- Lançámos, pela primeira vez à escala mundial, um evento (ie Blue Week) que ambiciona centrar em Portugal um evento anual de discussão de alto nível sobre temas de mar.
- Integrámos os portos de pesca e as marinas de recreio na Docapesca, Portos e Lotas, S.A., criando assim uma entidade integrada que propicia uma gestão mais racional e dinâmica das infraestruturas portuárias.
- Iniciámos um programa de investimentos nos portos e lotas que ascende a 28 milhões € até 2017, tendo já sido investidos cerca de 14 milhões € em 2014 e 2015.
- Procedemos à aquisição de um novo navio de investigação de múltiplas funções, pesca e oceanografia, num montante de cerca de 15 milhões €.
- Equipámos o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) com a mais avançada tecnologia de detecção de cardumes.
- Iniciámos uma política de valorização do pescado dirigida às espécies para as quais não se aplicam quotas, como a cavala, o polvo e o carapau que permitiu um aumento das capturas e a valorização dos preços, com reflexos positivos para o rendimento gerado no sector.
- Criámos, em conjunto com os pescadores e industriais, um Plano de Gestão da Sardinha que visa a preservação e uma gestão sustentável deste recurso estratégico.
- Alterámos as regras de funcionamento do Fundo de Compensação Salarial para os Profissionais da Pesca com regras mais simplificadas para os beneficiários, diminuindo a carga de burocracia associada.
- Apresentámos, ainda em Dezembro de 2014, o Plano Operacional do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP) que deverá estar em execução até final do ano.
- Criámos a área marinha protegida à pesca de arrasto de fundo em toda a extensão da plataforma continental estendida, por forma a preservar os fundos marinhos e os seus recursos sensíveis dos impactos adversos dessa atividade.
- Aprovámos toda a legislação europeia relativa à segurança marítima, o que coloca as normas em vigor, em Portugal, ao nível das mais recentes exigências dum sector altamente competitivo.
- Aprovámos a Lei da Bolsa de Terras (BT), tendo-se procedido à sua regulamentação e criação da necessária plataforma informática.
- Aprovámos uma Proposta de Lei que estabelece o processo de reconhecimento da situação de prédio rústico

- e misto sem dono conhecido, que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris, para que sejam disponibilizados na BT, salvaguardando os direitos de propriedade que venham a ser reconhecidos.
- Aprovámos uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária.
- Iniciámos a revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, instrumento estruturante no sector, que consolidarão o rumo da nossa floresta e adequarão os meios disponíveis aos fins que prosseguimos.
- Atualizámos a Estratégia Nacional para as Florestas, aprovada em 2006, a qual assume como nova «Visão» a sustentabilidade da gestão florestal, procedendo à reformulação da matriz de operacionalização, com o objetivo de conferir uma maior aderência e coerência e este instrumento.
- Procedemos ao 6.º Inventário Florestal Nacional, por concurso público internacional, estando em curso os trabalhos da 2.ª fase relativos à recolha de dados biométricos de vegetação, que se prevê esteja concluída no 4.º trimestre de 2015.
- Concluímos a primeira revisão e atualização do PANCD - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, o qual foi alinhado com a estratégia 2008-2018 da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD), tendo como objetivo a sua aplicação ao território nacional, de acordo com os requisitos e diretrizes internacionais relevantes.
- Completámos o planeamento da rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e promovemos a sua execução em 1.887 km (17% do total nacional).
- Aprovámos o Programa Operacional de Sanidade Florestal, que organiza de forma estruturada e integrada a resposta nacional, concertada entre todos os intervenientes, aos problemas de sanidade florestal.
- Publicámos o Plano de Ação Nacional para um uso sustentável dos produtos fitofarmacêuticos.
- Definimos a estratégia, já em execução, para a valorização das pequenas produções locais, na sequência do trabalho do grupo GEVPAL, para permitir a disponibilização destes produtos, nomeadamente o abate para autoconsumo, as pequenas quantidades, as cozinhas domésticas e os mercados locais de produtores.
- Promovemos a produção endógena nacional, nomeadamente através da criação dos suportes legais que permitem a valorização da carne de Porco Preto, entre outros produtos, com benefícios significativos na valorização da especificidade destes produtos.
- Alterámos a regulamentação da lei de bases geral da caça, desburocratizando e simplificando o procedimento administrativo conducente à prática desta atividade, aumentando e flexibilizando as datas para os exames para obtenção de carta de caçador.
- Aprovámos, no âmbito da regulamentação das corridas de cavalos e das apostas hípicas mútuas de base territorial, os regimes de atribuição e exploração de hipódromos autorizados para aqueles fins e das corridas

de cavalos em que se praticam apostas hípicas

- Criámos a Comissão de Segurança Alimentar que visa acompanhar a segurança alimentar no País com a participação e o envolvimento dos parceiros institucionais.
 - Desenvolvemos o plano nacional de gestão de crises alimentares, que cria as bases e hierarquiza os protagonistas que irão avaliar, gerir e comunicar as situações de crise alimentar.
 - Melhorámos as condições de segurança e de trabalho das Equipas de Sapadores Florestais, com a atribuição de 21 viaturas novas às equipas mais antigas e de equipamento moto-manual e equipamento de proteção individual para todas as equipas, tendo procedido também à simplificação do regime de acesso aos apoios ao seu funcionamento.
 - Criámos a Iniciativa “Portugal pela Floresta” com o objetivo de promover e valorizar a floresta portuguesa através de iniciativas de sensibilização para comportamentos responsáveis.
 - Procedemos à avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o período 2006 – 2012 e a monitorização do biénio 2011/2012, que se encontram na fase final de conclusão.
 - Promovemos a colaboração entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.) e o Exército Português para desenvolver atividades conjuntas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (Programa Faunos).
 - Concretizámos o Protocolo de cooperação «Trabalho social pelas florestas», que visa a prevenção dos incêndios florestais, a realização de ações de arborização e de rearboração, a vigilância dos espaços florestais e a manutenção e recuperação de património florestal edificado, por desempregados subsidiados e por desempregados beneficiários de rendimento social de inserção.
 - Aprovámos o Regime Jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas de pinheiro-manso, que permite assegurar o controlo efetivo das atividades de colheita, do transporte e armazenamento de pinhas de pinheiro-manso destinadas ao comércio, e sua rastreabilidade ao longo do circuito económico.
 - Procedemos à revisão do parcelário (46% revisto), ou seja, a base de dados dos terrenos agrícolas que serve para a atribuição das ajudas diretas da PAC, evitando futuras correções financeiras e uma melhoria na eficácia do pagamento da comparticipação aos investimentos realizados. A ausência da sua revisão até 2011 implicou correções financeiras avultadas.
- Favorecer o investimento no território
- Assegurámos os meios financeiros para a conclusão de Alqueva em 2015, através dos fundos da Coesão, libertando verbas do FEADER para investimento produtivo por parte dos agricultores.
 - Executamos 100% do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) (2007-2013) em N+1,5 (junho 2015) enquanto o AGRO (2000-2006) só conseguiu fechar em

- N+2,5, beneficiando de um prolongamento excecional de 6 meses pedido à CE (2010).
- Atingimos nas negociações da PAC um feito histórico, o de usufruir de um regime de transição entre quadros comunitários, sem hiatos de execução, com um montante de 500 milhões €. Nesse regime de transição entraram cerca de 11.500 projetos que representaram cerca 1.550 milhões € de investimento total associado.
- As candidaturas ao novo programa comunitário foram abertas a 15 de novembro de 2014, mesmo antes da aprovação formal da CE, em articulação com esta. A aprovação formal do PDR2020 ocorreu a 12 de dezembro de 2014, permitindo que Portugal fosse, pela primeira vez, um dos primeiros países a ter o seu programa temático aprovado. Portugal foi ainda o primeiro Estado Membro a abrir a medida dos jovens agricultores, a 23 de fevereiro de 2015.
- No âmbito dos pagamentos diretos, e tendo em conta que 2015 é o primeiro ano de operacionalização da PAC, a campanha teve início a 2 de março com a legislação necessária previamente aprovada, garantindo a necessária previsibilidade aos beneficiários.
- Alterámos o circuito de pagamentos aos agricultores, estabelecendo datas fixas de desembolso, o que criou previsibilidade de pagamentos com reflexos positivos na tesouraria dos investidores, diminuindo o risco de investimento.
- Foram aprovados pela CE os pagamentos ligados à produção, para o período de 2015-2020, permitindo, desta forma, evitar a proposta inicial da CE que era particularmente gravosa para sectores importantes para a agricultura portuguesa, podendo implicar o abandono dos mesmos.
- A recente reforma da PAC de 2013 veio reforçar o objetivo de sustentabilidade da produção em todos os territórios da UE. Neste contexto encontra-se em fase final de revisão o regime jurídico nacional do reconhecimento das Organizações de Produtores (OPs) prosseguindo o objetivo de concentração da oferta e do reforço da posição dos produtores na cadeia de valor, aumentando a competitividade do sector agro-industrial nacional.
- Em novembro de 2014, procedemos à reabertura temporária do regime de transição PRODER para os apoios ao investimento florestal tendo sido viabilizados 1242 projetos que representam 168 milhões € de investimento florestal.
- Ficaram garantidos, na nova PAC, incentivos aos investimentos das OPs no caso de aumentos de escala, o que constitui um estímulo adicional ao aumento da dimensão/competitividade do sector.
- Triplicámos a execução do PROMAR, de 22% em 2011, para mais de 70% em Maio de 2015 tendo em vista a sua execução total.
- Alargámos a bonificação do gasóleo para a aquicultura que permite às empresas recuperar competitividade através dos fatores de produção, criando condições para a expansão de um sector com enorme potencial.

- Regulamentámos o seguro bonificado para as empresas de aquicultura, que permitirá a mitigação dos riscos da atividade e maior facilidade no acesso a financiamento e a consequente expansão do investimento e da atividade.
- Aprovámos o novo Regulamento das Embarcações Utilizadas na Atividade Marítimo-turística, onde se destaca a liberalização da atividade, contribuindo assim para o desenvolvimento da economia do mar e do turismo.
- Garantimos um aumento significativo da dotação orçamental do PDR2020 para as medidas específicas para o investimento florestal - 535 milhões € de despesa pública, o que representa a recuperação do valor que estava inicialmente programado no PRODER (442 milhões €) e um reforço adicional desse montante (+ 93 milhões €).
- Introduzimos novas elegibilidades para o investimento florestal, como a criação de Organizações Comerciais de Produtores Florestais, o apoio a Organizações Interprofissionais e o alargamento dos serviços de aconselhamento ao sector florestal, o que constituem aspirações do sector.
- Procedemos à revisão do regime de administração do Fundo Florestal Permanente (FFP), através da transferência das atribuições nesse domínio para o ICNF e simplificámos o seu modelo de gestão, sem prejuízo da transparência e do rigor dos procedimentos e das decisões.
- Implementámos o novo regime forfetário dos pequenos produtores agrícolas, silvícolas e aquícolas através da qual se permite que os pequenos produtores recuperem o IVA pago nos meios de produção através da aplicação de uma taxa de 6% sobre as vendas e prestações de serviços agrícolas, o que traduz uma simplificação significativa.
- Foi aprovada a estratégia de internacionalização do sector agroalimentar em articulação estreita com o sector, a qual tem como objetivo primordial atingir a autossuficiência agroalimentar, medida em valor, em 2020.
- A estratégia de internacionalização possibilitou a abertura de 71 novos mercados e consequente habilitação para a exportação de 180 produtos ou grupos de produtos, numa ação focalizada em 80 países terceiros.
- No que respeita aos seguros agrícolas estancámos o crescimento contínuo da dívida do Estado às seguradoras, que se tinha vindo a verificar até 2011, a qual foi reduzida em 50%, tendo sido disponibilizado aos agricultores a partir de 2014 um novo sistema de seguros de colheitas mais atrativo, com regras mais simples, acessíveis e adequadas às suas necessidades, e com financiamento garantido por fundos comunitários (PDR 2020).
- Liquidámos as dívidas às Organizações de Produtores Pecuários que, em 2012, ascendiam a cerca de 4,6 milhões € relativamente a serviços anteriormente prestados.
- Regularizámos os valores devidos aos laboratórios públicos e privados, que em 2011 ascendiam a 2,6 milhões €, cumprindo o pagamento dos valores relativos a análises solicitadas.
- No âmbito da PARCA, foi publicado o Decreto-lei dos prazos de pagamento e procedeu-se à revisão do regime aplicável às práticas individuais restritivas do

- comércio (PIRC), reforçando o ambiente competitivo nas várias fileiras sectoriais.
- Criámos a Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileira Florestais (PARF), cuja missão é acompanhar as relações dos agentes das fileiras florestais e que envolve a participação de representantes de diversas entidades públicas e privadas, num total de 26 representantes.
- Melhorámos a atratividade da exploração florestal com alterações no regime de depreciações e amortizações, em sede de IRC, que permite ajustar aquela dedutibilidade fiscal ao ciclo de proveitos da exploração florestal, tornando esta atividade economicamente muito mais atrativa.
- Introduzimos novas ações florestais sujeitas à taxa reduzida do IVA, relacionadas com a prevenção e controlo de agentes bióticos nocivos.
- Aprovámos um conjunto de 8 medidas de fiscalidade florestal que aumentam a atratividade do sector florestal, e que incidem:
 - IRS (redução da carga fiscal para a produção florestal e silvícola através da redução da taxa de incidência);
 - IMT (isenção para aquisições de prédios em ZIF e aquisições de prédios confinantes com prédios com Plano de Gestão Florestal -PGF-);
 - Imposto de Selo (isenção de aquisições de prédios em ZIF e aquisições de prédios confinantes com PGF);
 - IMI (isenção da propriedade florestal aderente a ZIF e para propriedades com PGF);
 - Majoração das contribuições para fundo comum da ZIF (consideradas em 130%) para sujeitos IRC e sujeitos IRS com contabilidade organizada.
 - Foram identificados e eliminados 12 custos de contexto florestal, que abrangem temas tão diversos como custos administrativos e taxas, transporte de matérias-primas florestais por ferrovia ou planeamento e certificação florestal.
- Aprovámos o novo regime jurídico de arborização e rearborização (RJAAR), simplificando e desburocratizando procedimentos, diminuindo os custos de contexto e adequando a alocação das atribuições e competências entre as entidades públicas responsáveis, desonerando o promotor interessado em investir na floresta.
- Aprovámos a Estratégia para a Investigação e Inovação Agroalimentar e Florestal no período 2014-20, um documento que prevê e promove o aumento da I&DT+I nestas áreas, o aumento de parcerias entre empresas e o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, valoriza as estruturas laboratoriais do MAM e alinha as mesmas com as necessidades dos agentes económicos, e cria e dinamiza Centros de Competência para o sector agroalimentar e florestal para a resolução de problemas concretos nestas fileiras.
- Reestruturámos a rede de Laboratórios do MAM, um processo que permitiu ganhos de eficiência, eficácia e rapidez no serviço que é prestado aos agricultores nacionais.
- Criámos 8 Centros de Competência que agregam a indústria, produtores e a capacidade científica do Mi-

- nistério na promoção do desenvolvimento das fileiras por via do reforço da investigação, da promoção da inovação e da transferência e divulgação do conhecimento, na resolução de problemas sectoriais concretos.
 - Definimos uma Estratégia para o Regadio Público 2014/2020, que define um quadro de orientação estratégica para a gestão do regadio público e acordo com referenciais de eficiência e rentabilidade económica;
 - Concretizámos o reforço do investimento público em infraestruturas hidroagrícolas, potenciando o aumento da produção e garantindo melhor adaptação às alterações climáticas. Foram concluídas ou estão em fase final de execução, várias obras (algumas iniciadas há décadas) como sejam Cova da Beira, Vale do Mondego Veiros, Alfândega da Fé, Óbidos e Lezíria de Vila Franca-Norte. O financiamento em regadio coletivo de iniciativa do Estado (excluindo Alqueva) ascendeu a mais de 166 milhões €.
 - Concluímos o processo de seleção da associação de direito privado, que sucede à associação pública da Casa do Douro, permite solucionar a falta de representatividade dos viticultores da Região Demarcada do Douro (RDD) que constitui um problema de décadas.
 - Em 2014, conseguimos uma taxa de execução de 100% no Programa VITIS tal como nos dois anos anteriores, tendo decorrido de forma desmaterializada.
 - Promovemos um projeto-piloto EMER “Empreendedorismo em Meio Rural”, que tem como principal objetivo apoiar e alavancar ideias e projetos de negócio que se pretendam estabelecer em áreas rurais. Este projeto-piloto, que deverá ser replicado em todo o território nacional, possibilitou a criação de 10 empresas.
- Liderança no combate às alterações climáticas**
- Portugal viu reconhecida a sua liderança no crescimento verde e no combate às alterações climáticas, sendo considerado como o 4.º país com melhor desempenho em matéria de ação climática, de acordo com Climate Change Performance Index (CCPI).
 - Liderámos o processo de discussão do novo pacote europeu clima e energia para 2030, com a formulação da proposta Portuguesa de 4 metas ambiciosas a quatro níveis para o Pacote Clima-Energia 2030, que defendemos para a Europa e assumimos para o país:
 - Meta 1 – 40% Redução de Gases com Efeito de Estufa
 - Meta 2 – 40% Renováveis
 - Meta 3 – 30% Eficiência Energética
 - Meta 4 – 25% Interconexões Elétricas (pressupõe atingir a meta de 12% até 2020 e, no curtíssimo prazo, 10% para todos os Estados-Membros)
 - O Desafio da 4.ª Meta – Interligações - Acesso ao mercado Europeu e segurança de abastecimento, aprovado no último Conselho de Ministros em Bruxelas, resgatando, por proposta de Portugal, a meta de 10% de interligações até 2020 e fixando, pela primeira vez, a meta de 15% de interligações em 2030, tem um forte carácter emblemático e estratégico e permitirá que

- Portugal se possa afirmar como exportador de energia renovável para a Europa, escoando produção renovável para o restante mercado europeu, onde é necessária mas onde não existem as mesmas condições naturais de que dispomos no nosso país. Portugal beneficiará finalmente do mercado europeu da energia para reduzir custos aos consumidores, para exportar energias renováveis, e posicionar Portugal como porta de entrada de gás natural na UE.
 - Impulsionámos a política climática com a aprovação do Roteiro Nacional de Baixo Carbono, prosseguindo com a implementação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Aprovámos a revisão da diretiva comunitária relativa à operacionalização do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Promovemos o início dos trabalhos com vista à elaboração do novo Programa Nacional para as Alterações Climáticas, que incluirá a identificação de um conjunto de opções de baixo carbono no horizonte temporal 2020-2030.
 - Aprovámos a taxa de carbono sobre os sectores não-ETS, ie, sectores não incluídos no sistema europeu de comércio de emissões (CELE) que, além da promoção da redução de emissões de CO2, permitirá, num quadro de neutralidade fiscal, incentivar a mobilidade sustentável, reduzir a dependência energética do exterior e contribuir para o desagravamento do IRS das famílias.
- Crescimento verde e investimento verde**
- Constituímos a Coligação para o Crescimento Verde, onde participam quase 100 entidades nacionais que incluem as dimensões empresarial, financeira, científica, da administração e da cidadania, com a missão de contribuir para o crescimento verde da economia e aprovámos, após uma ampla discussão pública, o Compromisso para o Crescimento Verde (www.crescimentoverde.gov.pt), um plano estratégico que procura estabelecer as bases para um compromisso duradouro em torno de 14 objetivos quantificados para 2020 e 2030.
 - Este Compromisso foi subscrito pelo Governo e por 82 organizações nacionais das áreas empresarial, científica, financeira, organismos públicos, fundações e ONG, tornando-o verdadeiramente num contrato para o desenvolvimento sustentável – que, com esta ambição e amplitude, não tem paralelo à escala internacional.
 - O Compromisso para o Crescimento Verde tem como objetivos, nomeadamente: aumentar o VAB verde em 5%/ano; aumentar as exportações nos sectores verdes em 5%/ano; duplicar o emprego verde até 2030 (com um aumento anual de 4%); atingir 40% de renováveis no consumo final de energia em 2030; reduzir o consumo de energia no PIB em 1,4%/ano; reduzir as perdas de água de 40% para 20%; aumentar a reabilitação urbana de 10% para 23% do volume de negócios da construção civil; reduzir as emissões de CO2 em 30-40% em 2030, face aos níveis de 2005; aumentar a utilização de transportes públicos em 2%/ano; atingir, na UE, 10% de interligações elétricas em 2020 e 15% em 2030.
 - Promovemos a revisão da fiscalidade ambiental e energética, acompanhado de um novo enquadramento fiscal e para-fiscal, através do desenvolvimento

de mecanismos que permitam a internalização das externalidades ambientais. A reforma foi recentemente elogiada e considerada um exemplo internacional pelas Nações Unidas e Banco Mundial.

- Além dos incentivos a atribuir, através da fiscalidade verde, aos veículos elétricos, híbridos plug-in e GNV, aos projetos de conservação da natureza e às atividades de gestão florestal sustentáveis, a receita líquida gerada de 150 milhões € é totalmente alocada ao financiamento do desagravamento do IRS, no âmbito do quociente familiar em 2015, traduzindo uma verdadeira mudança de paradigma, penalizando mais o que se polui e degrada, para se poder desagravar o trabalho e as famílias.

- Preparámos o quadro de financiamento e assegurámos o investimento verde associado às medidas e metas definidas no Compromisso para o Crescimento Verde e Planos sectoriais, através do Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (no valor de 2,3 mil milhões €); da identificação de potenciais projetos a financiar no âmbito do Pacote Juncker/ investimento seletivo, de 8 mil milhões € até 2017 e 15 mil milhões € até 2020; e ainda através do desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e alavancagem dos Fundos Ambientais para o Crescimento.

Proteção e gestão ambiental

- Aprovámos a nova Estratégia Nacional para o Ar 2020, para que Portugal cumpra objetivos e metas exigentes em matéria de emissões e de qualidade do ar.

- Aprovámos o novo Regime das Emissões Industriais, que veio harmonizar um conjunto alargado de regimes jurídicos.

- Atualizámos e aprovámos o Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) que aposta na transição para uma economia mais circular.

- Delineámos e aprovámos o Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos (PERSU 2020) que privilegia a eficiência e a visão dos resíduos como recursos renováveis, definindo metas ambientais e de eficiência que permitirão atingir níveis ambiciosos de reciclagem e reutilização de resíduos até 2020.

- Ainda em matéria de resíduos, incentivámos uma nova lógica de funcionamento das entidades gestoras de fluxos de resíduos específicos.

- Implementámos uma taxa sobre os sacos de plástico leves, no âmbito da fiscalidade verde, com o objetivo – já atingido – de reduzir o consumo deste tipo de sacos.

- Definimos e aprovámos o PENSAAR 2020 – Uma nova Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas.

- Lançámos e viabilizámos novas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs), determinantes para o cumprimento do normativo comunitário na área dos recursos hídricos.

- Reforçámos a monitorização das massas de água, investindo na reabilitação e operacionalização das estações automáticas das redes de monitorização hidrometeorológica.

- Promovemos a reformulação do Plano Nacional da Água (PNA), que irá apresentar as linhas orientadoras para a revisão intercalar dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) e delinear os objetivos estratégicos para 2015 e 2021.

- Promovemos a publicação e implementação da primeira geração de Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica, na vigência da Diretiva-quadro da Água, e lançámos a elaboração dos planos de bacia de segunda geração.

- Temos em plena implementação o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015 e em curso a atualização e revisão da Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras.

- Relançámos o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral, que se encontra em plena concretização, com um investimento de 300 milhões € na proteção do litoral entre 2014 e 2015.

- Neste âmbito, concretizámos o programa de demolições prioritárias no litoral, previstas em sucessivas estratégias há quase 20 anos, e em planos de ordenamento há 10 anos, com o objetivo proteger e defender a zona costeira e de reordenar e valorizar as frentes marítimas.

- Na sequência das tempestades de inverno 2013/2014, aprovámos um programa de contingência, com atribuição de 17 milhões €.

- Elaborámos uma proposta de Lei de Bases do Ambiente, atualizando as bases da política de ambiente, publicadas há 27 anos, bem como o novo regime de avaliação de impacte ambiental, orientado pelos princípios de simplificação e agilização processual, garantindo a salvaguarda dos valores naturais em presença e a integração dos aspetos ambientais no processo de tomada de decisão.

- Procedemos à revisão da lei-quadro das contraordenações ambientais, que se pretende mais coerente e adequado à realidade, para uma maior eficácia e justiça na sua aplicação, alargando o regime contraordenacional ao ordenamento do território.

- Agimos, com resultados determinantes, na remediação e recuperação dos passivos ambientais históricos, bem como de áreas mineiras desativadas.

Reestruturação dos sectores das águas e resíduos

Reformámos os Sectores das Águas e Resíduos, cujo principal objetivo incide no aumento da eficiência dos sistemas e serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos

- Neste sentido, no sector dos resíduos:

- Publicámos os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que asseguram uma maior independência e autonomia da Entidade Reguladora, e a Lei da “Fatura Detalhada.

- Promovemos o novo Regulamento Tarifário para o sector dos resíduos que, ao substituir o modelo regulatório de “cost plus” para “revenue cap”, permitirá uma maior eficiência do sistema, criando incentivos aos operadores para otimizar a gestão, com reflexo

direto na evolução mais favorável das tarifas.

- No cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, lançámos o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF), no quadro das medidas a adotar com vista à promoção do ajustamento macroeconómico nacional, com a publicação do diploma de privatização.

- Publicámos o diploma das bases da concessão, que reforça os objetivos de serviço público.

- No sector das águas:

- De modo a assegurar a coesão social e territorial, a sustentabilidade económico-financeira e a proteção ambiental nos serviços de água e saneamento, realizámos uma ampla Reforma do Setor das Águas, traduzida:

- Na definição de um novo quadro estratégico e de ação previsto no PENSAAR2020;

- No reforço da independência e das competências da entidade reguladora;

- Na agregação de sistemas multimunicipais em alta, através da constituição de cinco sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, que permitirá a harmonização tarifária para um intervalo de valores equilibrados, tendo em conta critérios socioeconómicos e o respeito pelo princípio do serviço público universal, bem como a recuperação do défice tarifário acumulado ao longo do tempo;

- Num novo modelo de financiamento, a partir dos novos fundos europeus previstos no Portugal 2020;

- Na promoção de estratégias de gestão mais integradas, incluindo a verticalização dos serviços de abastecimento de água e de saneamento em alta e baixa, e a agregação dos sistemas em baixa;

- Na reorganização corporativa do grupo Águas de Portugal, através da definição de serviços partilhados.

- Através desta reforma, assegura-se:

- A harmonização tarifária;

- A recuperação do défice tarifário histórico num prazo de 25 anos;

- Extinção, para o futuro, dos “caudais mínimos”;

- A redução da tarifa média em 10% no abastecimento de água e em 16% no saneamento;

- E uma redução significativa de custos, permitindo, até ao final do período da concessão (2045), a redução de 4,1 mil milhões € no valor das tarifas a cobrar aos municípios e de 2,7 mil milhões € nos custos operacionais.

Mais valor à biodiversidade e à conservação da natureza

Iniciámos a revisão da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, há muito tempo esperada, garantindo a valorização dos recursos naturais de Portugal e das suas áreas classificadas, reconhecendo-as como fator de diferenciação positiva e identificando as ações prioritárias.

- Lançámos a marca Natural.PT (www.natural.pt), uma marca de excelência, qualificadora dos recursos endógenos reais e potenciais dos territórios mais representativos da singularidade natural do nosso território, da sua biodiversidade e cultura, que funciona como alavanca privilegiada para a manutenção daquele capital natural.

- Valorizámos as nossas áreas classificadas, alargando o Programa Nacional de Turismo de Natureza, que apenas abrangia as áreas protegidas, a todo o território nacional, redefinindo o seu âmbito, os seus objetivos e as ações a desenvolver.

- A política nacional de conservação da natureza e da biodiversidade voltou a ter um emblema – o lince ibérico – que foi reintroduzido no seu território.

- Lançámos o Plano de Ação para as Aves Nectófagas e o Plano de Ação para a Conservação do Lobo Ibérico, reconhecendo a necessidade de um enquadramento específico para estas espécies.

- Reforçámos a Rede Natura 2000 com a designação do SIC Ria de Aveiro contribuindo para a conservação de peixes migradores e dos habitats ribeirinhos bem como se promoveu o alargamento da Rede Natura 2000 ao meio marinho com a classificação do Banco Gorringe e ZPE Marinhas.

- Assegurámos a inclusão da biodiversidade e serviços dos ecossistemas nos programas dos fundos europeus do Portugal 2020.



MAIS SEGURANÇA E MAIS SOBERANIA

Durante estes quatro anos, o Governo implementou uma série de políticas coerentes para manter Portugal como um dos países mais seguros do mundo. Ao mesmo tempo, reformámos o sector das Forças Armadas, o que é fundamental para manter Portugal como um país preparado para os desafios do presente e do futuro.

As forças de segurança viram a sua capacidade operacional reforçada, ao mesmo tempo que foram reformadas importantes leis no sector. As forças de segurança mantiveram o seu papel primordial no bem-estar das populações e foram encaradas como pilares da estrutura que assegura a todos as condições de segurança adequadas.

Ao mesmo tempo, o Governo efetuou importantes reformas na área da defesa nacional com vista a manter a importância das Forças Armadas, modernizando-as e preparando-as para os desafios do século XXI. Nunca, como neste Governo, foram efetuadas tantas reformas no sector da Defesa, mantendo, ao mesmo tempo, toda a capacidade operacional que se tem manifestado em diversas operações em todo o mundo.

Uma defesa para o Século XXI

- Aprovámos o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional que, partindo de um estudo aprofundado da situação estratégica do ambiente internacional, definiu de modo credível e coerente os aspetos e tarefas fundamentais da estratégia nacional, delineando o modelo, as capacidades e os quadros de empenhamento das Forças Armadas necessários para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional.
- Aprovámos e executámos a reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, Reforma “Defesa 2020”, que definiu um novo modelo para a Defesa Nacional e que estabeleceu umas Forças Armadas mais modernas, mais operacionais e sustentáveis, integradas num edifício conceptual e legislativo coerente e organizado, com os seus recursos otimizados e com um claro aumento de eficiência das estruturas.
- Revimos as leis enquadradoras de todo o edifício legal da defesa nacional, designadamente a Lei de Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, as Leis orgânicas do Ministério da Defesa Nacional, do Estado-Maior-General das Força Armadas, da Marinha, do Exército, da Força Aérea e o Estatuto dos Militares das Forças Armadas.
- Reorganizámos e racionalizámos o Ministério da Defesa Nacional e a estrutura superior das Forças Armadas, garantindo uma maior eficiência e sinergia entre as diferentes estruturas, resultando numa significativa redução nas estruturas.
- Solucionámos a crónica descapitalização de mais de 250 milhões € do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, salvaguardando a manutenção dos pagamentos àqueles que dele beneficiavam com valor anual superior a 30 milhões €.
- Elaborámos os novos documentos estruturantes do planeamento estratégico, especificamente o Conceito Estratégico Militar 2014, Missões Específicas das Forças Armadas 2014, Sistema de Forças 2014 e o Dispositivo de Forças 2014. Esta revisão permitiu o redimensionamento do dispositivo territorial com uma redução efetiva de 30%, ao nível dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos das Forças Armadas.
- Revimos a Lei da Programação Militar, adaptando-a aos constrangimentos da atual situação financeira pela reavaliação dos programas em curso e pela denúncia e rescisão de contratos. Esta revisão permitiu libertar o erário público de encargos superiores a 1.300 milhões €, ao mesmo tempo em que se investe em equipamentos mais adequados às necessidades atuais das Forças Armadas, durante os próximos 12 anos.
- Revimos também a Lei de Programação de Infraestruturas Militares que permitirá canalizar verbas para a área operacional das Forças Armadas pela rentabilização das infraestruturas decorrentes da redução do dispositivo de forças.
- Aprovámos o diploma que fixa os efetivos das Forças Armadas, em 2015, dentro do intervalo previsto na Reforma “Defesa 2020” de 30 a 32 mil militares, mais especificamente em 31.563 militares, o que significa uma

- redução de 3.310 militares face à legislação anterior. Desde dezembro de 2010, o efetivo das Forças Armadas foi reduzido em 6.559 militares, o que consubstancia uma redução de 217 milhões € na despesa com pessoal e uma diminuição de 15,7% dos efetivos militares.
- Regularizámos todas as situações decorrentes da transição dos Militares para a nova tabela remuneratória que se arrastavam desde 2009.
 - Descongelámos as promoções de Militares, sem que tal acarretasse aumento da despesa global com pessoal.
 - Racionalizámos a despesa militar, através da centralização de compras na Unidade Ministerial de Compras do MDN, permitindo poupanças anuais superiores a 5 milhões €.
 - Reestruturámos os Estabelecimentos Fabris do Exército, tendo extinguido as OGFE, integrado as OGME no Exército, e criado a MM - Gestão Partilhada, E.P.E., por integração do estabelecimento fabril do Exército denominado Manutenção, com poupanças anuais superiores a 2,5 milhões €.
 - Estamos a reestruturar as indústrias de defesa, conferindo-lhes sustentabilidade. Especial destaque tiveram, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, onde foi possível encontrar uma solução que garante a construção e reparação naval em Viana do Castelo e mantém a empregabilidade na região.
 - Reformulámos a empresa IDD, transformando-a na IdD - Plataforma para as Indústrias de Defesa, vocacionado para promover e divulgar, nacional e internacionalmente a atividade das empresas do sector da defesa, reforçando o papel da economia de Defesa.
 - Na consecução da optimização dos recursos e da adequabilidade dos sistemas de armas aos cenários estratégicos previstos, alienámos sistemas de armas não essenciais às missões das Forças Armadas em valor superior a 180 milhões de euros.
 - Após a aprovação da nova Lei da Programação Militar, estamos, de forma sustentada, a reequipar as Forças Armadas.
 - Reorganizámos o Ensino Superior Militar pela implementação de um modelo de governação comum que encaminha o atual sistema, ainda em 2015, para a criação de um Instituto Universitário Militar que agregará todos os estabelecimentos de ensino superior das Forças Armadas com a consequente redução de custos e racionalização de recursos.
- Políticas Sociais na Defesa Nacional**
- Criação do polo do Lisboa do Hospital das Forças Armadas, com a decisão de instalar um hospital único das Forças Armadas (HFAR) em Lisboa. Este é um contraste enorme com o que existia até este Governo: três hospitais militares em Lisboa.
 - Reforço da Ação Social Complementar através do aumento da capacidade de oferta dos Centros de Apoio Social de Oeiras e do Porto.
 - Implementámos a reforma dos Estabelecimentos Militares de Ensino, com a integração, progressiva de todo o ensino regular no Colégio Militar, encerrando o

- Instituto de Odivelas, enquanto o projeto educativo dos Pupilos do Exército será reconfigurado, privilegiando a vertente do ensino profissional, com poupanças anuais de mais de 5,5 milhões €.
- Pagamento de 30 milhões € à CP, para saldar dívida acumulada desde 2001, relativa a viagens de militares.
 - Abrimos a ADM a mais de 12.000 cônjuges de militares que trabalham no sector privado, possibilitando assim que toda a família militar possa estar abrangida pelo mesmo subsistema de saúde público.
 - Reforçámos o apoio aos ex-combatentes, nomeadamente, entre outras, através da manutenção das subvenções indemnizatórias dos Deficientes das Forças Armadas nos subsídios de Natal e de Férias, em 2011 e 2012, da manutenção das isenções de pagamento de taxas moderadoras no SNS, consagrámos o carácter indemnizatório nas pensões do DFAs e as suas pensões foram atualizadas, com retroativos a 2009, e foram regularizados os processos pendentes de ex-combatentes.
 - Implementámos o Balcão Único da Defesa Nacional, facilitando o atendimento aos antigos combatentes e aos candidatos às Forças Armadas.
- As Forças Armadas no Mundo**
- Aprofundámos a participação ativa do nosso país em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz, com participações em Missões da NATO, EU e ONU em países como o Afeganistão, Kosovo, Somália, Líbano, Mali, República Centro-Africana e no Mediterrâneo.
 - Participação na missão de formação e treino das Forças Armadas iraquianas, no quadro da coligação internacional contra o ISIS/DAESH.
 - Participação nas medidas de tranquilização e adaptação da NATO, designadamente nas operações de policiamento aéreo nos Bálticos e na Roménia, bem como com forças terrestres na Lituânia.
 - Comando da SNMG I (forças navais NATO) durante o segundo semestre de 2015.
 - Comando da Operação Atalanta entre Abril e Agosto de 2013;
 - Organização de uma Missão de recolha de feridos na Líbia para tratamento em Portugal.
 - Operação Manatim, em 2012, para eventual resgate de cidadãos portugueses na Guiné Bissau.
 - Operação de apoio a Cabo Verde em resposta a uma catástrofe natural (vulcão), com meios aeronavais.
 - Transporte de material para a Guiné Conacry, no âmbito da luta contra o ébola, a partir do Mali.
 - Presidência da Iniciativa 5+5 Defesa em 2013 no âmbito da qual organizou o exercício SEABORDER 2013, ao largo de Portimão. Em 2015, Portugal acolherá novamente o exercício SEABORDER.
 - Organização do exercício europeu HotBlade em 2012, 2013 e 2014.
 - Participação nos exercícios Obangame e Saharan Express,

- nas edições de 2014 e 2015, com meios aéreos e navais.
- Acolhimento, em conjunto com Espanha e Itália, o primeiro exercício de grande visibilidade da NATO, TRIDENT JUNCTURE, em outubro de 2015.
 - Acolhimento do exercício FELINO, no âmbito da CPLP, em setembro de 2015.
 - Reforçámos o relacionamento com a NATO e com as estruturas europeias com responsabilidade de implementação da Política Europeia de Segurança e Defesa. Instalação em Portugal a STRIKEFORNATO. Está a ser instalada a Escola de Comunicações NATO (NCISS), que estará em pleno funcionamento em 2016.
 - Aprofundámos o relacionamento bilateral na área da Defesa com alguns países, nomeadamente com a assinatura de diferentes instrumentos jurídicos de cooperação na área da Defesa, designadamente com Moçambique, Tunísia, Turquia, Noruega, Emirados Árabes Unidos.
 - Assinatura de Acordos na área da vigilância marítima com Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.
 - Valorizámos vários projetos de cooperação técnico-militar com os Países de Língua Oficial Portuguesa.
 - Ações de cooperação com meios aeronavais em Angola, S. Tomé e Cabo Verde, em 2014 e 2015.
 - Integração de militares de Moçambique, em navio português, no âmbito da Operação Atalanta.
 - Integração de militares de Timor-Leste no contingente português da UNIFIL.
 - Assinatura de acordos na área da Saúde, Ensino, Formação e Segurança Balnear (Projecto “Banhista Seguro”).
- Um país mais seguro**
- Aprovámos uma nova Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo e procedemos a diversos ajustamentos legislativos.
 - Racionalizámos a política de recrutamento para as forças de segurança, permitindo uma maior previsibilidade e estabilidade na gestão dos efetivos e dos centros de formação.
 - Encontram-se a decorrer os cursos de formação de 440 novos guardas na GNR e 300 novos agentes na PSP.
 - Conjugando uma política de incorporação de novos elementos todos os anos com a racionalidade no número de entradas, será alcançado o objetivo de melhor utilização dos centros de formação e renovação contínua do capital humano nas forças de segurança. Será também assegurada a entrada de oficiais na GNR e na PSP.
 - Atualizámos já as situações remuneratórias de 7501 militares da GNR e de 1955 polícias da PSP, pondo fim a uma situação em que, no mesmo posto, elementos mais recentes auferiam vencimentos mais elevados.
 - Estamos a proceder à revisão do Estatuto do Militar da GNR e do Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da PSP.
 - Atualizámos para 20% o suplemento por serviço nas

- forças de segurança, bem como os valores a auferir prestação de serviços remunerados pela PSP e GNR.
- Atualizámos para 600 euros anuais a comparticipação de fardamento.
- Procedemos à devolução aos elementos da PSP dos montantes em dívida pelo extinto Fundo de Fardamento no montante de 1,4 milhões €.
- Promovemos as promoções na GNR e PSP necessárias à manutenção da operacionalidade e funcionalidade destas forças de segurança.
- Aprovámos o regime do Policiamento Desportivo, alargando o âmbito da comparticipação dos custos com o policiamento por parte do Estado às competições que decorrem na via pública onde é obrigatório e vincando o caráter voluntário da requisição do policiamento nos espetáculos desportivos em recinto.
- Criámos a Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), visando o reforço do mecanismo de prevenção e investigação.
- Alterámos a Lei da Videoproteção, alargando também a sua aplicação ao meio florestal.
- Implementámos um novo instrumento de avaliação de risco para situações de violência doméstica pelas Forças de Segurança: a Ficha de Avaliação de Risco em situações de Violência Doméstica (RVD).
- Elaborámos o Plano Sectorial para a Racionalização das Tecnologias de Informação e de Comunicação do Ministério da Administração Interna (com uma redução de custos informáticos de cerca de 8 milhões €).
- Está em curso a otimização da utilização pelos organismos do MAI do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança (SIRESP).
- Publicámos a nova Lei de Segurança Privada e respetiva regulamentação, que criou regras mais apertadas e intensificou a ação fiscalizadora da PSP.
- Está em fase de conclusão, a Revisão Intercalar da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, e reequipámos as Forças de Segurança no âmbito da valorização da segurança rodoviária e diminuição da sinistralidade.
- Colocámos em funcionamento o projeto SIVICC (Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa), que constitui uma importante ferramenta de vigilância costeira.
- Procedemos à renovação da frota automóvel das forças de segurança.
- Em implementação, o Centro Operacional do Norte do 112, o upgrade ao Centro Operacional do Sul, a comutação entre os dois Centros e manutenção de todo o sistema.
- Desenvolvido o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, que se propõe garantir a segurança de pessoas idosas através de ações de policiamento especificamente destinadas a este segmento etário e da sua sensibilização para a adoção de comportamentos que previnam a ocorrência de crimes.

- ### Eficiência, modernização e redução de despesa nas forças de segurança
- Procedemos à introdução de transparência e concorrência através da abertura de concursos públicos para serviços até agora prestados através de ajuste direto (p.e. Rede Nacional de Segurança Interna), garantindo o nível de segurança exigido e obtendo reduções de despesa.
 - Revisão orgânica do das estruturas das forças de segurança, tendo sido extintos os Governos Cívís, reduzido o número de direções gerais (de 6 para 3) e de cargos dirigentes (40%).
 - Desenvolvimento da Unidade Ministerial de Compras na área do MAI, através de uma estrutura legislativa que lhe permita funcionar como órgão agregador e centralizador da contratação pública no âmbito do Ministério
 - Processo em curso de reorganização do dispositivo da PSP nos Comandos Metropolitanos de Lisboa e do Porto, libertando quase 400 efetivos anteriormente afetos a tarefas administrativas.
 - Renegociámos aproximadamente 50 contratos, com um ganho de 750 mil € por ano. Instruções e despacho da tutela para obtenção de um ganho mínimo de 20% na renegociação de qualquer contrato de arrendamento.
 - Reorganizámos as instalações dos serviços centrais do MAI,, com a poupança em rendas a superar um milhão € por ano.
 - Renegociámos o contrato de PPP relativo ao Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), o qual prevê uma poupança superior a 30 milhões € para o sector público ao longo da vida remanescente da parceria.
 - Diminuímos a comparticipação aos membros de mesa eleitorais, o que permitiu uma poupança de cerca de 1,6 milhões € nas últimas eleições europeias.
 - Extinguimos a EMA – Empresa de Meios Aéreos, SA.
- ### Proteção Civil mais eficaz
- Implementámos um novo modelo de organização operacional do Sistema Integrado de Operações e Socorro.
 - Procedemos à reorganização funcional da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC), através da absorção das atribuições do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.
 - Afetámos meios financeiros do QREN a aplicar na área de Prevenção de Riscos e Proteção Civil – a comparticipação passou de 70 para 85%.
 - Homologámos 20 contratos de financiamento do QREN para a Proteção Civil, o que acresce aos 127 homologados anteriormente pelo MAI desde 2011.
 - Promovemos a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate a incêndios florestais de modo a equipar 100% do quadro ativo e de comando dos bombeiros nacionais, no valor total de 12 milhões €.
 - A aprovação do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) foi antecipada em um mês quer em 2012, quer em 2013 face a 2011. Houve ainda um reforço nos meios disponíveis.

- Alterámos a legislação referente ao regime jurídico dos Bombeiros Portugueses e dos Corpos de Bombeiros, tendo em vista incentivar o voluntariado e reforçar o estatuto social do Bombeiro. Comparticipação até ao montante do salário mínimo nacional, ou metade deste valor, para pagamento de propinas no ensino superior nos casos, respetivamente, de ser o próprio bombeiro ou seus descendentes. Sistema de vigilância médica para os bombeiros.
- Aprovámos um novo modelo de financiamento das Associações Humanitárias detentoras de Corpos de Bombeiros.
- Alterámos o código de IRS, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios referentes à atividade voluntária dos bombeiros.
- Abrimos um Concurso Público com publicidade internacional para a operação e manutenção das aeronaves próprias do Ministério da Administração Interna, bem como a locação de aeronaves para integração no DECIF, por um período de cinco anos, reduzindo os encargos financeiros com os meios aéreos próprios e locados.
- Aprovámos a alteração à Lei de Bases da Proteção Civil.
- Aprovámos um regime excecional de dispensa de serviço público dos trabalhadores da administração direta e indireta do Estado, incluindo da administração autónoma, que cumulativamente detenham a qualidade de bombeiro voluntário, quando sejam chamados pelo respetivo corpo de bombeiros para combater um incêndio florestal;
- Alargámos o programa de vigilância médico-sanitária da saúde dos bombeiros, abrangendo, dessa forma, os bombeiros das regiões autónomas.
- Foi estabelecido o desenvolvimento das carreiras de bombeiro voluntário e de bombeiro especialista do quadro ativo dos corpos de bombeiros mistos ou voluntários e ainda da carreira de oficial bombeiro do quadro ativo dos corpos de bombeiros não pertencentes aos municípios.
- Aprovámos o Novo Regulamento do Transporte de Doentes.
- Aumentámos as comparticipações dos combustíveis para as AHBV.

Fronteiras mais seguras

- Transferimos as competências para concessão do passaporte dos Governadores Cívís para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. O passaporte passou a poder ser tirado em todos os concelhos e não apenas nas capitais de distrito.
- Procedemos à alteração da Lei dos Estrangeiros, transpondo um conjunto de Diretivas da União Europeia para tornar a lei mais eficaz contra os crimes associados à imigração ilegal, bem como para melhorar e consagrar os direitos dos imigrantes.
- Elaborámos um manual de procedimentos para concessão e renovação de autorização de residência.
- Revimos as condições para a aplicação do regime especial de concessão e renovação de autorização de residência

- para a atividade de investimento em território nacional.
- Depositámos junto do Secretário-Geral das Nações Unidas a 1 de outubro de 2012 o instrumento de adesão à Convenção Relativa ao Estatuto dos Apátridas.
- Foram inauguradas as Lojas do Passaporte nos Aeroportos de Lisboa e do Porto, visando facilitar a vida dos cidadãos.
- Procedemos à alteração da Lei do Asilo, transpondo três Diretivas da União Europeia.

Maior segurança Rodoviária

- Aprovámos Proposta de Lei para a alteração ao Código da Estrada que introduz a Carta por Pontos.
- Lançámos o Portal das Contraordenações, uma ferramenta para promover e melhorar a interação da ANSR com o cidadão, através de um serviço de proximidade, no âmbito das Contraordenações Rodoviárias.
- Procedemos à Revisão do Código da Estrada, reforçando o estatuto dos utilizadores mais vulneráveis, com particular destaque para os ciclistas.
- Lançámos concurso público internacional, com vista à implementação do Sistema Nacional de Controlo de Velocidade, constituído por 50 locais e 30 radares.
- Procedemos ao acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008-2015 e desenvolvemos o novo plano para 2016-2020.



INVESTIR NAS PRÓXIMAS GERAÇÕES

A educação, a formação e a ciência são essenciais para o desenvolvimento cultural, social e para o crescimento económico.

Desde de 2011 que estabelecemos uma prioridade: melhorar a qualidade da nossa educação e ciência. Para isso apostámos no conhecimento, na qualificação com competências reais, na equidade; na empregabilidade; na inovação, na competitividade e na coesão territorial.

Centrámo-nos na qualidade da educação: reforço dos conhecimentos essenciais dos alunos; valorização do papel do professor e reforço da qualidade da docência; crescente autonomia das escolas; mais transparência e melhor informação.

Melhorando a eficiência e aumentando a eficácia, cumprimos o programa do governo e temos hoje uma educação e formação mais exigente num sistema de ensino mais flexível, com mais ofertas, mais equitativo, mais autónomo e mais coordenado com as necessidades do mercado. Uma educação que aposta na formação superior e na inovação. E temos hoje mais e melhor Ciência.

Ensino Básico e Secundário

Educação Pré-Escolar:

- Regulação da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade.
- Alargamento da participação na educação pré-escolar através do aumento do número de turmas para este nível de ensino/educação.
- Revisão das orientações escolares dos 3 aos 6 anos e colaboração na elaboração de orientações curriculares para a educação dos 0 aos 3 anos, sob a tutela do MSES.
- O projeto piloto “Playgroups for Inclusion – Aprender, Brincar, Crescer” irá permitir que cerca de 500 crianças até aos 4 anos de idade, e que não frequentam qualquer resposta educativa formal, tenham acesso a serviços educativos de qualidade.

Ensino Básico e Secundário:

- Este Governo concretizou o alargamento pleno da escolaridade obrigatória até ao 12ºano.
- Foi efetuada uma revisão da estrutura curricular do ensino básico e secundário com vista à redução da dispersão curricular e ao reforço de disciplinas estruturantes.
- Consagração de inglês obrigatório no ensino básico ao longo de sete anos consecutivos, a partir de 2015.
- Introdução do Apoio ao Estudo Diário e de uma oferta complementar de iniciativa da escola na matriz curricular e do Inglês obrigatório no 1.º ciclo.
- Introdução de metas curriculares em várias disciplinas de todos os ciclos de ensino.
- Revisão de programas, tornando-os mais bem estruturados e mais exigentes, nomeadamente para Português, Matemática A, Física e Química A, do ensino secundário.
- Implementação de um plano de formação contínua de docentes referente a Metas Curriculares e Programas de todos os ciclos de ensino.
- Procedeu-se à criação de um novo grupo de recrutamento de professores de inglês para o 1.º ciclo.
- Estabelecimento de um novo ciclo de estudos de mestrado destinado à formação e qualificação de professores de inglês para lecionar a nova disciplina ao 1.º ciclo.
- Generalizámos a avaliação externa a todos os ciclos de ensino, com provas finais de ciclo no 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade a Português e Matemática.
- Implementação do Teste de diagnóstico de inglês Key for Schools, em 2014, promovendo a valorização da aprendizagem do Inglês e a possibilidade da sua certificação segundo parâmetros internacionais.
- Implementação do Teste de diagnóstico de inglês Preliminary English Test, em 2015.
- Adesão, na sua próxima edição, à avaliação internacional Timms Advanced.
- Criámos o Instituto de Avaliação Educativa, I.P (IAVE), que sucede ao GAVE, com um estatuto de plena independência técnica, pedagógica e científica.

- Instituímos o Estatuto do Aluno e Ética Escolar tendo em vista a promoção do mérito e da responsabilidade.

Investir no sucesso dos alunos:

- Para colmatar dificuldades de aprendizagem para que ninguém fique para trás, tomámos medidas de promoção do sucesso escolar e de combate ao abandono escolar, nomeadamente:
- Estabelecimento de uma estratégia nacional de Combate ao Abandono Escolar - Programa de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar (2012).
 - Estabelecimento de incentivos à autonomia pedagógica e organizativa das escolas na gestão do currículo, flexibilidade da gestão dos horários e adequação de medidas de apoio e acompanhamento a alunos.
 - Estabelecimento de um reforço de autonomia às escolas através da oferta de disciplinas de escola e pela possibilidade de criação de ofertas complementares, bem como por uma flexibilização da gestão das cargas.
 - Implementação de um sistema de Créditos Horários para escolas que reduzam anualmente em 50% o abandono escolar.
 - Criação de indicadores de eficácia e de eficiência escolar e de créditos horários às escolas.
 - Continuidade do Programa das escolas inseridas em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.
 - Implementação do Plano Casa, através do qual se possibilita dar respostas específicas às problemáticas inerentes às crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento nas IPSS.
- Investir no Ensino Profissional:**
- Reforçámos e valorizámos o ensino profissionalizante e sua ligação às empresas, através do carácter dual ensino profissionalizante de modo a adequar o tipo de formação às necessidades dos alunos e do mercado de trabalho e assim potenciar a empregabilidade dos jovens, promovendo-o como verdadeira alternativa às vias do ensino regular para os jovens que pretendam iniciar uma carreira profissional:
- Novas ofertas: Cursos Vocacionais - Ensino Secundário.
 - O reforço da formação em contexto de trabalho (FCT) nos cursos profissionais.
 - Redirecionámos as ofertas formativas para as áreas de formação consideradas prioritárias para a economia e criação de emprego.
 - Criação de Escolas Profissionais de Referência Empresarial.
 - Criação de uma rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional que apoiam os jovens e os adultos na identificação de respostas educativas e formativas adequadas ao respetivo perfil.
 - A atualização dos modelos de certificados e diplomas no âmbito das modalidades de educação e formação de jovens e adultos, que já incluem a referência ao nível do Quadro Nacional de Qualificações, por forma a incluir, também, o correspondente nível do Quadro Europeu de Qualificações.

- Atualização do Catálogo Nacional de Qualificações com a participação dos Conselhos Sectoriais para Qualificação.

- Referenciação ao CNQ dos cursos profissionais (em processo) em parceria com a Associação das Escolas Profissionais e outras partes interessadas relevantes.

- Está a ser desenhado um Sistema Nacional de Antecipação de Necessidades.

- Regulação anual da rede de ofertas de dupla certificação de jovens, através da definição de áreas e saídas profissionais prioritárias, com a participação das partes interessadas relevantes.

Uma Escola para todos:

- Reforço em 4,2% na Ação Social Escolar no OE 2015.
- Passámos também a pagar o transporte a todas as crianças com Programa Educativo Individual que frequentam as escolas de referência ou para as unidades de ensino estruturado e de apoio especializado.
- Aumentámos pelo 3.º ano consecutivo a comparticipação dos manuais e material escolar: De 2012 para 2015 os aumentos foram até 23%.
- Desenvolvimento e promoção das bolsas de manuais escolares nas escolas.
- Destacamento de docentes a tempo completo nas CPCJ, em hospitais e IPO, para casas de acolhimento de alunos institucionalizados, para casas de acolhimento de vítimas de violência doméstica.
- O programa PERA de apoio a cerca de 5.000 alunos com dificuldades económicas (fornecimento de pequenos almoços na escola). Este projeto é realizado em colaboração com um enorme número de empresas alimentares, distribuição e transporte.

- Foi dada mais atenção à Educação Especial: criação de 698 Unidades de Apoio Especializado (Multideficiência e Surdocegueira Congénitas) e 554 unidades de ensino estruturado, abrangendo num total 7.406 crianças.

- Foram investidos perto de 27 milhões € em Centros de Recursos para a Inclusão.

- Além disso, criaram-se redes virtuais de docentes na plataforma Moodle e foi implementado um plano de formação que inclui ações nos domínios do Braille e Orientação e Mobilidade; Língua Gestual Portuguesa, Português Língua Segunda para alunos Surdos, TIC e Necessidades Educativas Especiais; Intervenção Precoce na Infância; Orientações sobre adequações curriculares e currículos específicos individuais.

- Hoje todas as escolas têm serviços de orientação e psicologia. Em 2014 a percentagem de unidades orgânicas com 1 ou mais psicólogos é de 71% havendo assim um acréscimo aos 65,26% do ano letivo anterior.

Fortalecer o caráter formativo, cultural e inovador das Escolas:

- Dinamizámos o Desporto Escolar enquanto estratégia de promoção do sucesso educativo e de estilos de vida saudáveis, aprovando o Programa do Desporto Escolar para o quadriénio 2013-2017.

Criámos 32 Centros de Formação Desportiva e está prevista a criação de mais 18 até 2017.

Dinamizámos o programa “O Mundo na Escola” criado em 2012 teve por objetivo a dinamização de ações culturais nas Escolas. O programa foi dinamizado em 89 escolas, 3 centros de ciência, 5 museus e 7 locais cedidos por Câmaras Municipais, cobrindo Portugal continental a Madeira e os Açores. Fomos a Timor, a Cabo Verde e a Moçambique. Foram envolvidas mais de 130 mil crianças e jovens nas atividades.

Criámos o concurso “Ciência na Escola” em colaboração com a Fundação Ilídio Pinho”; Alargamento do âmbito do Projeto “Ciência na Escola” acrescentando, ao concurso de ideias de mérito científico e pedagógico, uma segunda fase através da criação da iniciativa “Passo em Frente”.

Criámos o “Prémio Escola”, já na sua 3.ª edição, nas suas duas dimensões: a institucional e a individual.

Criámos o Selo “Escola Voluntária”, um instrumento de atuação no âmbito do voluntariado que visa promover os valores de cidadania e da solidariedade em meio escolar.

Implementação da Estratégia Nacional para a Educação e Cultura.

O “Plano Nacional de Cinema”, que no ano letivo 2014-15 envolveu 68 Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas

Projeto-piloto «Iniciação à Programação no 1.º Ciclo do Ensino Básico»

Estão no terreno vários projetos de desmaterialização e utilização das novas tecnologias que estão a ser avaliados, como o projeto europeu sobre a utilização de tablets, “Creative Classroom Lab” e o “Tablets no Ensino e na Aprendizagem”.

Investir na valorização da qualidade da docência:

No final desta legislatura estarão vinculados ao Ministério mais de 4000 professores que se encontravam em situação laboral precária.

- Valorizámos o Professor e a Qualidade da Docência com um novo modelo de avaliação de desempenho de professores, menos burocrático, com uma componente de avaliação externa que devolveu a tranquilidade às escolas. E promovemos alterações ao Estatuto da Carreira Docente.
- Reforçámos a autonomia pedagógica dos professores em sala de aula com menos prescrições pedagógicas e mais liberdade para os professores organizarem as suas aulas.
- Estamos a melhorar a Formação Inicial e Contínua dos Professores, com condições mais rigorosas para o acesso aos cursos de formação de docentes de educação básica:
- Exigência de exames de ingresso nas escolas de formação de docentes a Português e a Matemática; revisão do DL das habilitações para a docência, reforçando as componentes científicas dos professores nas matérias que vão ensinar; implementação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades.

- Política de vinculação dos professores contratados para dar uma maior estabilidade do corpo docente e não docente.
- Instituímos a Norma travão - entrada semiautomática com 5 contratos anuais, completos e consecutivos.
- Estabelecemos a Equiparação salarial - contratados passaram a receber pelo escalão 1 da carreira, podendo atingir o nível 2 da tabela salarial correspondente ao 2.º escalão.
- Corrigimos injustiças: O reposicionamento remuneratório ocorrido na carreira docente, designadamente os docentes reposicionados para o índice 272 com efeitos retroativos a julho de 2010.
- Aprovámos o Diploma de Mobilidade dos Docentes por Condições Específicas.
- Estabelecimento de novas regras para os docentes das Regiões Autónomas terem oportunidade de poderem vir à mobilidade para as escolas do Continente em situação de igualdade com os docentes do MEC.
- Alteração da distribuição geográfica dos Quadros de Zona Pedagógica, permitindo um redimensionamento das áreas de modo a acrescentar as possibilidades de exercício efetivo.
- Consagrámos a mobilidade dos docentes através da permuta para docentes vinculados e docentes com contratos a termo anual.
- Consagrámos a mobilidade por interesse da Administração, promovendo melhor a distribuição de docentes de acordo com as necessidades das escolas.
- Promovemos a profissionalização de docentes que ainda não eram titulares de habilitação profissional.
- Contratação de Pessoal Não-docente - Recrutamos por tempo indeterminado mais de 632 trabalhadores não docentes, entre assistentes operacionais e assistentes técnicos. Após este concurso ficaram reforçados os vínculos e a estabilidade de funcionamento dos estabelecimentos de ensino.
- Maior autonomia das escolas e maior escolha para as famílias:**
 - Com o Diploma de Autonomia e Gestão das Escolas, reforçámos a autonomia das escolas.
 - Através do Despacho de Organização do Ano Letivo demos às escolas maior autonomia e flexibilidade na organização das atividades letivas.
 - Aprofundámos a autonomia das escolas, com o alargamento do número de contratos de autonomia, que passaram de 22 em 2012 para 212 em 2014.
 - Garantimos a Flexibilidade Curricular para escolas públicas com contrato de autonomia e escolas privadas que passarão a tomar mais decisões de gestão do currículo e da oferta formativa.
 - Novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.
 - Execução de um Reordenamento da Rede Escolar que reforçou a qualidade pedagógica pela articulação dos diversos níveis de ensino (do pré-escolar ao secundário).
 - Manutenção do Programa de Requalificação das Es-

colas Secundárias, com reestruturação, redimensionamento, e redução de custos de estrutura e de atividade da Parque Escolar, com redução 50% dos cargos de dirigentes, 45% do custo médio mensal de despesas de funcionamento e poupanças desde 2012 de 64 milhões €. Desde junho de 2011 foram concluídas 41 escolas e até ao final deste ano serão concluídas mais 21.

Mais monitorização, mais informação, mais informação:

- Maior acompanhamento dos resultados escolares e da gestão de recursos em cada escola, através do estabelecimento de indicadores e, em simultâneo, mais incentivos para as escolas que melhorem a sua eficácia e a sua eficiência.
- Processo de alargamento da validação de dados e de garantia da sua qualidade desenvolvido pela DGEEC.
- Implementação de um sistema de monitorização do sistema educativo.
- Alargamento da matrícula electrónica no próximo ano letivo a todos os alunos do ensino básico, em 2015/16 cobrirá todos os alunos do secundário.
- Foram criados o Portal de Estatísticas das Escolas do Ensino Secundário – Infoescolas, que permite à comunidade educativa o acesso a informação estatística relevante sobre o desempenho escolar dos alunos das escolas públicas e privadas, o Portal InfoCursos, que reúne informação sobre todos os cursos de licenciatura e mestrado integrado ministrados em Portugal e ainda o Portal das Qualificações, que agrega um conjunto de serviços e informações relacionados com qualificações.
- A matrícula electrónica foi alargada ao ensino secundário e a todos os operadores (setor solidário e escolas particulares).
- Disponibilizámos mais dados sobre provas finais, exames e escolas.

Ensino superior

Aumentar o acesso e melhorar o sucesso académico:

- Melhoria da ação social direta aos estudantes economicamente carenciados com aproveitamento académico, que permitiu não só aumentar o número de bolsas atribuídas, aumentar o valor médio de bolsa, tornar mais transparente o sistema, como reduzir para 32 dias o tempo médio de decisão, valor que se situava nos 106 dias em 2010.
- Consolidámos do sistema de empréstimos com garantia mútua a estudantes do Ensino Superior, no âmbito do contrato de concessão e dotação financeira celebrado com a SPGM.
- Criámos o Programa “Retomar” para permitir o regresso à educação e formação, em contexto de Ensino Superior, de estudantes que pretendam completar formações anteriormente iniciadas ou realizar uma formação diferente.
- Com vista a aumentar a participação no ensino superior criámos os Cursos de Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) em ambiente de ensino politécnico.

- Criámos o Programa +superior dirigido à atração de estudantes para as instituições de ensino superior em regiões de menor pressão demográfica.
- Preparação do Programa Study in Portugal dirigido à atração de estudantes estrangeiros, especialmente em cursos onde tenhamos capacidade educativa já instalada.
- Corrigimos uma injustiça que permitia aos alunos provenientes do ensino recorrente aceder ao ensino superior sem cumprir os requisitos exigidos aos alunos do regime geral.
- Apoiámos o Programa de Desenvolvimento Desportivo no Ensino Superior, através da assinatura de 4 contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Federação Académica do Desporto Universitário.

Consolidar e adequar a rede de instituições de ensino superior:

- Fusão da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica de Lisboa.
- Apresentação das linhas de orientação estratégica para o Ensino Superior, as quais fixavam as seguintes orientações: aumentar a participação no ensino superior; reforçar a garantia de qualidade dos ciclos de estudo e aumentar o sucesso escolar; consolidar a rede de instituições; racionalizar a oferta educativa do Ensino Superior; e promover a internacionalização do Ensino Superior.
- Para promover a coordenação da oferta formativa, foram estabelecidas as áreas de coordenação regional a fim de permitir uma maior cooperação e articulação entre as diversas instituições de ensino superior públicas.
- Criação de oferta educativa politécnica em unidades orgânicas das Universidades dos Açores e da Madeira.
- Reforçámos a autonomia das Instituições do Ensino Superior ajustando as regras de execução orçamental às suas especificidades. Nos Orçamentos do Estado de 2012 e 2013, ao contrário do que acontecera antes, foram eliminadas as cativações sobre as receitas próprias. Revimos os critérios para a fixação de vagas nas universidades e politécnicos públicos, para otimizar os recursos e ajustar a oferta às necessidades do País.
- Programa de Empreendedorismo e Incubação de Empresas para Promoção de processos de transferência de tecnologia entre Instituições do Ensino Superior, Unidades de I&D e o tecido produtivo regional.
- Reforçámos a política de Estágios para Diplomados;
- Divulgámos no portal do acesso informações sobre a empregabilidade dos cursos – portal inforcursos.edu.pt

Ciência e Inovação

Aumento do investimento:

- As dotações orçamentais públicas para I&D aumentaram cerca de 13% entre 2012 e 2015 (de 1.555 milhões € em 2012 para 1.756 milhões € em 2015).
- Parte desse aumento deveu-se ao reforço de verbas para a FCT, responsável por cerca de 1/3 da despesa pública nacional em I&D:

- Aumentámos o financiamento efetivo FCT para instituições de I&D durante o período da troika entre 2011 e 2013: + 54%.
- Aumentámos o financiamento FCT para projetos durante o período da troika, entre 2011 e 2013: + 72%.
- Reforçámos, no OE de 2015, em 8%, o orçamento de investimento da FCT para rubricas de financiamento competitivo, que beneficiam maioritariamente as IES, em linha com o Programa do Governo e os compromissos do Portugal 2020.
- Reequilibrámos o financiamento das diferentes componentes do sistema científico - recursos humanos, projetos, instituições e cooperação internacional, garantindo recursos para que os investigadores e as instituições desenvolvam o seu trabalho.
- Conseguimos no Acordo de Parceria com a União Europeia mais fundos para a ciência (1150 milhões €, quase o dobro do negociado em 2007 para o período 2007-2013).
- Cofinanciámos através da FCT os Programas Integrados de ICDT (Norte, Centro e Alentejo), apoiando o financiamento, até final de 2015, de cerca de 1.600 doutorados das unidades destas regiões.

Aposta no aumento da densidade qualitativa do Sistema de C&T:

- Criámos um programa Incentivo para estimular a competitividade dos centros de I&D a fundos internacionais, com um financiamento público de 9 milhões de euros.
- Apostámos na qualidade das pessoas, criando o Programa Investigador FCT, para reforçar as instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, recrutando doutorados internacionalmente.
- Apoiámos a formação pós-graduada de qualidade, através de concursos competitivos para Programas de Doutoramento-FCT, com um financiamento público de cerca de 90 milhões €.
- Criámos novas tipologias de projetos de I&D nos Cursos FCT, tendo em vista uma melhor adequação às necessidades da comunidade de Ciência e Tecnologia.
- Desenvolvemos a avaliação internacional competitiva das Unidades de investigação, em colaboração com a European Science Foundation, em que todos foram avaliados em igualdade de circunstâncias e com total liberdade para os seus planos estratégicos. Concluído o exercício de avaliação, 257 unidades (80% das 322 unidades avaliadas) são elegíveis para financiamento público. A FCT disponibiliza para estas unidades um total de 77 milhões €/ano, o que compara com uma média de 52 milhões € de financiamento pago entre 2011 e 2014.
- Elaborámos o primeiro Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação, com uso combinado e plurianual de diversas fontes de financiamento.
- Criámos um Programa Integrado de Promoção da Excelência em Investigação Médica com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de uma nova geração de

- investigadores médicos clínicos, com um financiamento público de 33 M€, cerca de 3 M€ por ano.
- Realizámos, pela primeira vez um exercício de avaliação do impacto das políticas públicas de I&D através do Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação e respectiva análise SWOT elaborada pela FCT.
 - Elaborámos a Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente.
 - Criámos o Conselho Nacional de Ciência e da Tecnologia, presidido pelo Primeiro-Ministro.

COMPETITIVIDADE EUROPEIA

2012, 2013, 2014

OS MELHORES ANOS PARA O SISTEMA DE C&T

FP 7 - 2012 e 2013, os melhores anos de Portugal (42% dos fundos obtidos no total FP7)

Horizonte 2020 (2014)

O melhor ano de sempre em fundos obtidos por Portugal em concursos europeus -140 M€ (71% por Universidades e Centros de I&D)

O melhor ano de sempre em bolsas do European Research Council: 17 (31 M€)

Taxa de retorno (estimada) do H2020 para Portugal, em 2014: 117%, o primeiro ano em que Portugal deixou de ser um contribuinte líquido para os programas europeus de apoio à investigação (80% no FP7).

Inovação pela Ciência – transferência de conhecimento para o tecido empresarial:

- Apoiámos a formação de uma nova geração de Doutores preparados para o mercado não académico
- Apoiámos Ecossistemas empreendedores próprios, como aceleradores de negócios e incubadoras - várias iniciativas apoiadas financeiramente pela FCT
- Introduzimos novos incentivos fiscais para emprego de doutorados em empresas.
- Reestruturámos, em 2014, em parceria com o Ministério da Economia, a Agência de Inovação, agora designada por Agência Nacional de Inovação, recuperando-se o modelo de tutela partilhada pelos ministérios da Ciência e da Economia, em parceria com a COTEC, Associação Empresarial para a Inovação.
- Renovámos as parcerias com Universidades Americanas na área das engenharias para uma nova fase com maior enfoque no empreendedorismo e inovação após avaliação externa das mesmas por uma entidade independente, a Academia da Finlândia. Esta renovação traduziu-se numa poupança de 20 milhões € por ano.



PORTUGAL NO MUNDO

Portugal continuou nestes últimos quatro anos a desempenhar o seu papel relevante no seio da Comunidade Internacional. A diplomacia portuguesa desenvolveu um papel ativo, nomeadamente na ativação da diplomacia económica em prol das empresas portuguesas, reforçando o seu papel exportador e dinamizador das relações com outros países. Nestes anos de crise, foi fundamental o seu papel na União Europeia, sendo motor de muitas das reformas efetuadas nas suas instituições e defendendo intransigentemente os seus interesses.

Destaque também para as políticas de promoção da cultura e ciência Portuguesa no estrangeiro, com a língua a ocupar lugar de destaque na promoção de Portugal no mundo. O apoio às comunidades portuguesas no estrangeiro foi uma componente importante da política externa do país, criando condições para reforçar os laços entre todos os Portugueses, independentemente do local onde vivam.

A diplomacia portuguesa

- Procedeu-se a uma reorganização da rede externa do MNE, com a desativação temporária de embaixadas e postos consulares, redimensionamento de postos, abertura de novas embaixadas, dinamização de uma política ativa de colocação de ‘antenas’ diplomáticas e promoção de uma maior coordenação e unificação das redes externas diplomática, cultural e comercial.

- Na vertente económica da diplomacia foram introduzidos os planos de ação anuais a elaborar por toda a rede externa e atribuído um prémio anual ‘Mais diplomacia económica’.

- Foi divulgado e promovido pela rede diplomática e consular o novo regime especial de concessão e renovação de autorização de residência a estrangeiros para atividade de investimento em Portugal, que já contribuiu para a concretização de cerca de 1,5 mil milhões € de investimento em Portugal.

- No domínio consular, desenvolveu-se uma política ativa de realização de novas permanências consulares, com recurso a equipamentos móveis e foram criados pequenos serviços consulares com diversas tipologias, mas com fixação local de funcionários em várias cidades.

- Foi lançado o Programa de Estágios Profissionais na Administração Central específico para o MNE (PEPAC-MNE), com a duração de dois anos, que assegura a criação de estágios (130 por ano) na rede externa do MNE.

- Foi criada a plataforma www.carreirasinternacionais.eu, destinada a promover a participação e a presença de cidadãos nacionais nas instituições e organismos internacionais.

Política Europeia

Este mandato ficou marcado pelo reforço das instâncias europeias, nomeadamente do Conselho Europeu, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

Na composição da nova Comissão Europeia, foi atribuído ao Comissário português, Eng.º Carlos Moedas, o pelouro da Investigação, Inovação e Ciência, que representa o segundo maior orçamento da UE. Em termos de representatividade, Portugal manteve quatro elementos (um dos quais no próprio Gabinete do Presidente Juncker), a que se juntam mais dois porta-vozes da Comissão. Portugal tem hoje dois Diretores Gerais na Comissão Europeia (DG Mobilidade e Transportes e DG Cooperação e Desenvolvimento).

No quadro da União Bancária, concluiu-se o desenho institucional do primeiro e segundo pilares, com a adoção e entrada em vigor do Mecanismo Único de Supervisão e com a criação do Mecanismo Único de Resolução.

Portugal foi um dos países da União Europeia que mais contribuiu para o novo desenho da União Económica e Monetária, tendo recentemente o Primeiro-Ministro apresentado novas propostas, que incluem a criação de um Fundo Monetário Europeu que permita, nomeadamente, com um reforço da capacidade orçamental da zona euro, criar instrumentos mais eficazes de apoio às reformas na zona euro e de absorção de choques e correção dos impactos assimétricos como os da crise que vivemos.

Foi alcançado o acordo relativo ao Quadro Financeiro Plurianual, negociações que se desenrolaram ao longo de dois anos (2011-2014) e em que a participação de Portugal foi especialmente interventiva, nomeadamente na defesa das dotações da Política de Coesão e da Política Agrícola Comum.

Portugal garantiu um resultado acima da proposta inicial da Comissão, obtendo no conjunto da Coesão e da Agricultura um valor de 27,8 mil milhões €, o que representa mais 300 milhões € do que a Comissão havia proposto.

De destacar também a consagração da iniciativa ‘Emprego jovem’, estimando-se um apoio adicional para Portugal de 150 milhões €.

Na área do Mercado Interno, Portugal tem defendido o aprofundamento do Mercado Único em áreas prioritárias, tais como os setores da energia, redes de transportes, agenda digital, bens e serviços.

Neste contexto, apoiou a criação e implementação de mecanismos europeus - como a nova patente unitária e o novo tribunal unificado de patentes.

Portugal assumiu também um papel de liderança na defesa de um acordo ambicioso e abrangente relativamente ao Pacote Clima-Energia 2030, tendo conseguido que fosse recuperado o objetivo de 10% de interligações o mais tardar em 2020 e confirmada a meta de 15% em 2030. Ficou igualmente consagrado, por iniciativa portuguesa, um processo de seguimento que permitirá mobilizar os financiamentos necessários para o cumprimento das metas. Tratou-se de um acordo que irá permitir concretizar o Mercado Interno de Energia e acabar com o atual isolamento de alguns Estados-membros (como Portugal).

Portugal impulsionou a realização de uma Cimeira sobre Interligações entre Portugal, França, Espanha e a Comissão Europeia, que se realizou em março de 2015, em Madrid, da qual resultou a criação de um Grupo Regional de Alto Nível sobre Interligações.

Portugal tem também contribuído ativamente para a adoção de uma Estratégia para o Mercado Único Digital, um tema particularmente relevante para Portugal que registou progressos significativos ao nível da economia digital.

No âmbito da Política Comercial, destaca-se a criação de uma plataforma no Portal do Governo sobre negociações comerciais para divulgar informação sobre os Acordos de Comércio Livre atualmente em negociação pela União Europeia.

Neste capítulo, assinala-se a negociação da Parceria Transatlântica para o Comércio e o Investimento (TTIP), as negociações com o Mercosul para minimizar os efeitos das sucessivas alterações em alta da Tarifa Externa, a atualização e melhoria das regras de comércio internacional no quadro da Organização Mundial do Comércio.

Em 2014, foi criada a Divisão de Gestão do Centro SOLVIT Portugal, dotando o Centro de maior autonomia.

Foi elaborado um manual de boas práticas no quadro da transposição de diretivas e aplicação do direito da UE.

Acompanhando o crescimento exponencial que a

agenda externa em questões migratórias tem vindo a registar nos últimos anos, Portugal é um Estados-membros signatários das Parcerias para a Mobilidade que a UE celebrou com Marrocos (2013), a Tunísia (2014) e a Jordânia (2014), que enquadram o desenvolvimento de projetos concretos na área das migrações.

Foram negociados os regulamentos para a cooperação financeira da UE com países terceiros para o período de 2014 a 2020 que, tal como Portugal defendeu, incluem um envelope pan-africano para a parceria UE-África e, por outro lado, permitem à UE manter um nível de cooperação com o Sul consentâneo com a sua prioridade política.

Relações multilaterais

Portugal sempre assumiu como matriz essencial da sua estratégia de afirmação no contexto internacional, o reforço da sua participação em todas as organizações que privilegiam o diálogo, a cooperação e a paz.

- Aliança Atlântica (NATO):

- Garantimos, nas negociações concluídas em junho de 2011, a transferência para Oeiras da ‘Strike Force NATO’ e da Escola de Comunicações e Sistemas de Informação da NATO.

- Inserido na Iniciativa Forças Interligadas, Portugal acolherá, em 2015, como nação-hospedeira, juntamente com Espanha e Itália, o mais importante Exercício da NATO dos últimos anos - Trident Juncture.

- Organização para a Proibição das Armas Químicas

Portugal assumiu o papel de co-coordenador da universalização da Convenção sobre Munições de Dispersão (2011 a 2013) e foi membro do Conselho de Governadores da AIEA (2011 e 2012). Assinámos ainda, em 2013, conjuntamente com outros 60 países, o Tratado sobre o Comércio de Armamento.

Quanto aos compromissos decorrentes da Convenção para a Proibição das Armas, Portugal integrou o Conselho Executivo da Organização para a Proibição das Armas Químicas (2012-2014). Do mesmo modo, acompanha os trabalhos da Comissão Preparatória do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, de cujo Sistema Internacional de Verificação existem três estações em Portugal, localizadas nos Açores.

- Organização das Nações Unidas

- Portugal participou de forma ativa na 19ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Varsóvia, novembro de 2013), na qual alcançou os seus principais objetivos, tendo em vista a obtenção, em 2015, de um acordo climático pós-2020.

- Destaca-se, igualmente, a participação de Portugal na Conferência ‘Rio+20’ (Rio de Janeiro, junho de 2012), sendo de sublinhar os progressos registados no domínio dos Oceanos, matéria essencial para Portugal.

- No contexto da epidemia do Ébola, numa ação extraordinária de política externa, foi concedida uma ajuda de 550 mil €, destinada à instalação na Guiné-Bissau de um laboratório móvel para o diagnóstico de infeções, incluín-

do o envio de uma equipa multidisciplinar que procedeu também à formação de pessoal especializado local.

- Coligação Internacional de combate ao DAESH.

- Portugal integra a coligação internacional criada para combater o DAESH, que engloba mais de 60 países e organizações, tendo já contribuído globalmente com 230 mil € para o ACNUR destinados ao auxílio aos refugiados vítimas do DAESH. Por outro lado, decidiu, em sede do Conselho Superior de Defesa Nacional, participar, com outros países, nas ações de capacitação das forças armadas iraquianas.

- CPLP.

- Quanto à CPLP, cumpre assinalar a Inauguração da nova sede em Lisboa (fevereiro 2012), a adoção de novos Estatutos (julho 2012) e a adesão da Guiné Equatorial (julho 2014).

- Neste quadro, Portugal defende um aprofundamento da vertente económica da Organização e em áreas transversais, tais como a energia, as telecomunicações, os transportes marítimos e aéreos, o sector portuário, os mercados de capitais ou a economia do mar.

- Aliança do Pacífico.

- Portugal obteve o estatuto de observador junto da Aliança do Pacífico, bloco comercial criado em 2012, agrupando quatro das mais dinâmicas economias da região: Chile, Colômbia, México e Peru.

- Candidaturas a Organização Internacionais:

- Conselho de Segurança das Nações Unidas: Num espírito de neutralidade e promoção de consensos, presidimos a vários órgãos subsidiários do Conselho de Segurança: os Comitês das Sanções à Líbia e à Coreia do Norte, bem como os Grupos de Trabalho Informais sobre Tribunais Internacionais e sobre Documentação e outras Questões Processuais.

- Conselho de Direitos Humanos: em outubro de 2014 Portugal foi eleito pela Assembleia Geral das Nações Unidas para um mandato de três anos no Conselho de Direitos Humanos (2015-2017).

- Conselho Económico e Social das Nações Unidas: Portugal foi eleito para o ECOSOC.

- Assembleia Geral das Nações Unidas: Portugal foi eleito para uma das vice-presidências da 69.ª sessão da AGNU.

- Comité do Património Mundial da UNESCO: Portugal foi eleito para o CPM (2013-2017).

- Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional: em setembro de 2013, Portugal foi eleito, na qualidade de representante do grupo ABIS, membro do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO).

- Conselho da Europa: Portugal tem desenvolvido esforços com vista à promoção do Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa, e da sua valorização no quadro do Conselho da Europa, nomeadamente com vista à adesão de novos países ao Centro, tais como Croácia, Tunísia, Bósnia, Bulgária e Roménia.

- OCDE: Portugal assumiu, em novembro de 2014 e por um ano, a presidência do Comité das Relações Externas da OCDE. Trata-se da primeira vez que Portugal preside a este órgão.

Cooperação para o desenvolvimento

- Adoptámos do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-20.
 - Outras medidas estruturantes da Cooperação Portuguesa: novo contrato-programa com a plataforma portuguesa das ONGD; Plano de Ação da Guiné Bissau (Plano de Emergência); Nova Geração de Programas de Cooperação Estratégicos (PEC) bilaterais (já assinado com Timor Leste, e a assinar brevemente com Angola, Moçambique e Guiné Bissau); Operacionalização do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa em Moçambique; redinamização da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) e do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento; aprovação, em sede de CM, da Posição Nacional sobre a Agenda Pós-2015 – setembro de 2014; Portugal classificado com Excelente no reporte estatístico ao CAD/OCDE (2013, 14 e 15).
 - Aproximação da temática da ‘cooperação para o desenvolvimento’ à população portuguesa e às empresas nacionais, tornando-a tangível e explicando as razões que a tornam instrumental aos nossos interesses, através de iniciativas e eventos relacionados com o ‘2015 – Ano Europeu para o Desenvolvimento’.
 - Lançamento das ‘Parcerias para o Desenvolvimento’, uma plataforma online que identifica as oportunidades de negócio a que as empresas portuguesas se poderão candidatar no quadro das adjudicações dos fundos europeus de cooperação e dos bancos multilaterais (www.pdesenvolvimento.pt).
 - Lançamento do Programa Embaixadorias: assente na organização de visitas de embaixadores estrangeiros acreditados em Lisboa a diversas regiões nacionais, realçando a diversidade cultural e as potencialidades do tecido empresarial do nosso País.
- Comunidades portuguesas
- Foram lançadas medidas de reforma dos serviços e da ação consular, incluindo o desenvolvimento da missão dos postos consulares, integrando áreas como a diplomacia económica, a coordenação do ensino e promoção cultural, o acompanhamento social e a participação política:
- Iniciou-se uma profunda alteração da organização da rede consular na área dos vistos, com recurso ao apoio de empresas especializadas, tendo em vista um claro aumento da resposta dos serviços, designadamente através de centros de atendimento e de prestação de serviços nas diversas áreas da ação consular.
 - Elaborado um novo Manual de Prática Consular e alargada a rede de emissão de Cartões do Cidadão e de SIRC a 20 novos postos.
 - Criação do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora.
 - Lançamento da Plataforma 560 (www.560inbusi-

- ness.pt), destinada a reunir o máximo de informação possível sobre os principais agentes económicos das Comunidades Portuguesas no estrangeiro.
- O Governo lançou também o novo portal do Alto Comissariado para as Migrações, que reúne informação e presta apoio, quer a imigrantes em Portugal, quer a emigrantes que se encontrem expatriados e queiram regressar ao país (www.acm.gov.pt).
 - Aprovação da Lei que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, o qual passará a funcionar por conselhos regionais, mantendo três comissões temáticas.
 - Lançamento da campanha de informação e aconselhamento para novos emigrantes ‘Trabalhar no Estrangeiro’.
 - Ampliação da rede de Gabinetes Municipais de Apoio ao Emigrante com a celebração de novos acordos em diversos municípios.
 - Iniciado um amplo programa de formação de dirigentes associativos tendo em vista a mobilização de jovens capazes de garantir a renovação do movimento associativo na diáspora.
 - Aposta no aumento do recenseamento eleitoral, que passou a ser ato consular desde o início de 2012.
 - Aprovação da alteração à Lei da Nacionalidade Portuguesa, permitindo o processo de aquisição da nacionalidade originária por parte dos netos de cidadãos nacionais.
 - Alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, que veio possibilitar a concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas de origem portuguesa.
 - Ainda no domínio da ação política para as comunidades portuguesas, e em concreto no que respeita ao acompanhamento dos fluxos migratórios, foram lançadas campanhas de informação para novos emigrantes, ampliada a rede de Gabinetes Municipais de Apoio ao Emigrante e reformulado o Observatório da Emigração.
 - A política para o Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) foi profundamente reformada.
 - Revimos a lei para simplificar o processo de concurso para os lugares de professores no estrangeiro e a inscrição da propina associada à certificação das aprendizagens.
 - Redefinida a rede EPE por via do seu alargamento (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Venezuela e Zimbabué), da criação de novas coordenações de ensino (Venezuela e Austrália) e do apoio a diversas ações de ensino do Português (Argentina e Uruguai).
 - Promovemos uma maior integração do Português nos currículos dos sistemas educativos locais.
 - Lançado um ‘Plano de Incentivo à Leitura’ para crianças e jovens, que implicou a distribuição de mais de 600 minibibliotecas.
 - Alargada a rede de leitorados e de docentes do ensino universitário, com abertura de novos leitorados ou cursos (Luanda, Caracas, Pretória, Tóquio) e a celebração de Protocolos de Cooperação (Leipzig, Salzburg, Lille, Estocolmo, Londres, Leeds e Newcastle).

As Forças Armadas no Mundo

- Aprofundámos a participação ativa do nosso país em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz, com participações em Missões da NATO, EU e ONU em países como o Afeganistão, Kosovo, Somália, Líbano, Mali, República Centro-Africana e no Mediterrâneo;
- Participação na missão de formação e treino das Forças Armadas iraquianas, no quadro da coligação internacional contra o ISIS/DAESH.
- Participação nas medidas de tranquilização e adaptação da NATO, designadamente nas operações de policiamento aéreo nos Bálticos e na Roménia, bem como com forças terrestres na Lituânia.
- Comando da SNMG I (forças navais NATO) durante o segundo semestre de 2015.
- Comando da Operação Atalanta entre Abril e Agosto de 2013;
- Organização de uma Missão de recolha de feridos na Líbia para tratamento em Portugal.
- Operação Manatim, em 2012, para eventual resgate de cidadãos portugueses na Guiné Bissau.
- Operação de apoio a Cabo Verde em resposta a uma catástrofe natural (vulcão), com meios aeronavais.
- Transporte de material para a Guiné Conacry, no âmbito da luta contra o ébola, a partir do Mali.
- Presidência da Iniciativa 5+5 Defesa em 2013 no âmbito da qual organizou o exercício SEABORDER 2013, ao largo de Portimão. Em 2015, Portugal acolherá novamente o exercício SEABORDER.
- Organização do exercício europeu HotBlade em 2012, 2013 e 2014.
- Participação nos exercícios Obangame e Saharan Express, nas edições de 2014 e 2015, com meios aéreos e navais.
- Acolhimento, em conjunto com Espanha e Itália, o primeiro exercício de grande visibilidade da NATO, TRIDENT JUNCTURE, em outubro de 2015.
- Acolhimento do exercício FELINO, no âmbito da CPLP, em setembro de 2015.
- Reforçámos o relacionamento com a NATO e com as estruturas europeias com responsabilidade de implementação da Política Europeia de Segurança e Defesa. Instalação em Portugal a STRIKEFORNATO. Está a ser instalada a Escola de Comunicações NATO (NCISS), que estará em pleno funcionamento em 2016.
- Aprofundámos o relacionamento bilateral na área da Defesa com alguns países, nomeadamente com a assinatura de diferentes instrumentos jurídicos de cooperação na área da Defesa, designadamente com Moçambique, Tunísia, Turquia, Noruega, Emirados Árabes Unidos;
- Assinatura de Acordos na área da vigilância marítima com Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.
- Valorizámos vários projetos de cooperação técnico-militar com os Países de Língua Oficial Portuguesa

- Ações de cooperação com meios aeronavais em Angola, S. Tomé e Cabo Verde, em 2014 e 2015.
- Integração de militares de Moçambique, em navio português, no âmbito da Operação Atalanta.
- Integração de militares de Timor-Leste no contingente português da UNIFIL.
- Assinatura de acordos na área da Saúde, Ensino, Formação e Segurança Balnear (Projecto “Banhista Seguro”).

Investimos no reforço do ensino em português nos PALOP

- Estamos a duplicar o número de Escolas Portuguesas no Estrangeiro:
- Está em processo de criação a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe.
- Está em processo de criação a Escola Portuguesa de Cabo Verde.
- Está em processo de criação o polo da Matola da Escola Portuguesa de Moçambique.
- Está em processo de formação o acordo de criação da Escola Portuguesa de São Paulo.
- Estamos a trabalhar com a Guiné Bissau no sentido de reforçar o apoio à Escola Portuguesa – de iniciativa privada.
- Está em curso o processo de celebração de contratos de autonomia com todas as escolas existentes.
- Foram criados mecanismos de reconhecimento rápido de escolas portuguesas no estrangeiro de iniciativa privada.
- Promovemos dois processos de formação de professores timorenses nas escolas em Portugal - projeto “PARTILHA PEDAGÓGICA” no âmbito do aprofundamento das relações de cooperação na educação.

Internacionalização do Ensino Superior

- Definição de uma estratégia de internacionalização do ensino superior português, tendo através do relatório «Uma estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português», que propõe uma estratégia global de internacionalização do Ensino Superior português.
- No sentido de fomentar a captação de estudantes internacionais, criámos o Estatuto de Estudante Internacional.
- Procedeu-se à entrega ao Governo brasileiro da candidatura portuguesa ao programa de bolsas Ciência sem Fronteiras.
- Está em curso a criação do portal “Study in Portugal”.
- Cooperação com Cabo Verde, no âmbito da ministração de cursos de ensino superior conferentes de grau, da mobilidade de docentes doutorados e da formação pedagógica de docentes.

Reforço da participação de Portugal no Espaço internacional de Investigação

- Concurso FCT para participação de equipas portuguesas no European Institute of Technology.
- Concursos FCT para projetos transnacionais de esti-

mulo à internacionalização e atividades conjuntas no âmbito de ERA-Nets, Joint Programming Initiatives e Joint Technology Initiatives.

- Portugal aderiu ao projeto do maior telescópio do mundo, o E-ELT – European Extremely Large Telescope, criando importantes oportunidades para a nossa comunidade de astrofísica e as nossas empresas.
- Reforçada a cooperação internacional já existente e estabelecidas novas parcerias estratégicas no espaço da CPLP, com a China, com os EUA, com a Itália, a Noruega, a Croácia, Israel, Colômbia, Norte de África, África do Sul.
- Estamos a conduzir a criação do Centro Internacional de Formação Avançada em Ciências Fundamentais para estudantes da CPLP sob os auspícios da UNESCO.
- Os Governos de Portugal e de Espanha desenvolveram uma nova agenda estratégica para o Instituto Internacional Ibérico de Nanotecnologia, recrutando um novo Diretor de topo a nível internacional.

Internacionalização da Saúde

- Criámos um grupo de trabalho entre os Ministérios da Saúde e da Economia que produziu um relatório e plano de ação com o objetivo de contribuir para a estruturação do produto Turismo de Saúde.
- Definimos, em colaboração com a AICEP, os mercados estratégicos para o sector da saúde e a oferta para os mesmos que integra e reforça o desenvolvimento de dois eixos principais: exportações de bens e serviços e captação de investimento direto estrangeiro.
- Assinámos memorandos de entendimento sobre cooperação no domínio da saúde com os Emiratos Árabes Unidos, Arábia Saudita, Peru, México, Moçambique, Angola e Cabo Verde.
- Desenvolvemos missões empresariais no sector da saúde nos Emiratos Árabes Unidos, Arábia Saudita, Peru, Colômbia e Uzbequistão.
- Negociámos memorandos de entendimento sobre cooperação no domínio da saúde com o Iraque, Tunísia, Qatar, Azerbaijão, Colômbia e Timor.
- Apoiámos visitas de delegações estrangeiras ao mais alto nível a Portugal, designadamente da Arábia Saudita, Brasil, Angola, Moçambique, Timor e Guiné-Bissau.
- Transpusemos a Diretiva dos Cuidados de Saúde Transfronteiriços e respetiva regulamentação.
- Criámos um Portal da Diretiva.
- Assinámos em junho de 2014, um Memorando de Cooperação Técnica na área da saúde com Espanha com a finalidade de reforçar a cooperação no que respeita à implementação das legislações nacionais que transpõem a diretiva, relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços para os ordenamentos jurídicos internos.

Promover a cultura Portuguesa no mundo

- Desenvolvemos uma participação ativa no Conselho de Ministros da Cultura da União Europeia.
- Participámos ativamente em outros fóruns internacionais, nomeadamente a Conferência Iberoamericana de Ministros da Cultura, a OCDE e a CPLP.
- Reforçámos os intercâmbios internacionais, no âmbito de relações bilaterais com países como Alemanha, Austrália, Brasil, Cabo Verde, China, Espanha, Estados Unidos da América, França, Israel, Japão, Moçambique, República Islâmica do Irão.
- Criámos, em 2012 uma linha de financiamento, através da DGArtes, para apoio à internacionalização dos criadores e artistas portugueses, tendo sido atribuído um montante total de cerca de 2,05 mil milhões de euros.
- Colaborámos com o Kennedy Center for the Performing Arts, em Washington, EUA, na realização do Iberian Suite: global arts remix.
- Articulámos com a Fundação Luso-Brasileira programação de atividades portuguesas nas comemorações em 2015 dos 450 da fundação da Cidade do Rio de Janeiro.
- Desenvolvemos, conjuntamente com o Brasil, o Programa de Fomento à Produção e Difusão de Conteúdos Audiovisuais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Programa CPLP Audiovisual).
- Assinámos uma Convenção com o Centre National du Cinéma et de l'image Animée (CNC) a qual estabelece, por um período de três anos (2014-2016), um fundo bilateral destinado a incentivar a coprodução de obras cinematográficas entre Portugal e França.
- Participámos na Feira Internacional do Livro de Bogotá em 2013 enquanto país convidado.
- Participamos na Orquestra de Jovens da União Europeia, que reúne os mais talentosos jovens músicos da Europa sob a direção de maestros de renome internacional.
- Desenvolvemos o projeto Biblioteca Digital Luso-Brasileira, com a Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Colaborámos no lançamento do Portal China-Macau.
- Participámos na organização, programação e desenvolvimento das comemorações internacionais do “Ano de Portugal no Brasil e Ano do Brasil em Portugal”, em 2012-2013.
- Participámos ativamente nas reuniões do Grupo de Trabalho “Intellectual Property in a Digital World”, do Observatório Europeu das Infrações aos Direitos de Propriedade Intelectual.
- Assegurámos a inclusão de Portugal enquanto país pioneiro no projeto “Aggregator”, criado pelo Observatório Europeu das Infrações aos Direitos de Propriedade Intelectual.
- Promovemos anos temáticos para a promoção da cultura portuguesa contemporânea no mundo. Assim, em 2013/14, concretizámos o Ano da Arquitetura; em 2014/15, o Ano do Design e o ano de 2015/16, o Ano do Cinema.

- Promovemos a cooperação cultural para o projeto de reabilitação do património da Ilha de Moçambique.
- Promovemos, conjuntamente com a Universidade de Kyoto e o Governo do Japão, a reabilitação de património documental proveniente de biombos namban propriedade do Estado português.



UMA SOCIEDADE MAIS DEMOCRÁTICA COM MAIS CULTURA, PLURALISMO, IGUALDADE E INCLUSÃO

As políticas públicas não se resumem às funções fundamentais do Estado, ligadas às funções sociais, à economia e recursos naturais ou às funções de soberania. Ao longo destes últimos quatro anos, desenvolvemos uma forte atividade nas mais diversas áreas, desde a cultura à promoção de políticas de igualdade ou de género, de apoio ao desporto de formação ou até à política para o sector do audiovisual.

A Cultura ao serviço do país

Procedemos à reorganização da administração pública da cultura e políticas transsectoriais, através de:

- Entre os anos de 2011 e 2014 o país captou cerca de 80 milhões € de fundos europeus para a rede de equipamentos culturais e para a valorização e animação do património cultural, para um investimento global de cerca de 102 milhões €.
- Operámos a reorganização, simplificação e fusão de organismos do Estado na área da Cultura: o IGESPAR, o IMC a DRCLVT foram fundidos na Direção-Geral do Património Cultural; a Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas e a Direção-Geral dos Arquivos foram fundidos na Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas; o GPEARI e a Secretaria-Geral do Ministério da Cultura foram fundidos no GEPAC – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.
- O Observatório das Atividades Culturais foi extinto.
- Operámos a integração do SIPA na Direção Geral do Património Cultural.
- Integrámos o AHU – Arquivo Histórico Ultramarino na Torre do Tombo/Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.
- Iniciámos em 2012 o processo de transferência dos arquivos dos extintos Governos Cívicos para os Arquivos Distritais.
- Procedemos à extinção da Fundação Cidade de Guimarães.
- Consolidámos os quadros de pessoal das entidades sob a tutela do Secretário de Estado da Cultura, com uma redução de efetivos nos quadros de 2.523 para 2.027 (-20%).
- Reduzimos o número e valor dos contratos de arrendamento dos serviços sob tutela do Secretário de Estado da Cultura.
- Transferimos responsabilidades de gestão de um conjunto de museus e outros equipamentos culturais dependentes das Direções Regionais de Cultura.
- Extinguimos a Tobis Portuguesa.
- Desenvolvemos o Plano de Estudos para a Cultura.
- Desenvolvemos a criação da Conta Satélite da Cultura.
- Fundimos o Ponto de Contato Cultural e o Media Desk Portugal no CIEC - Centro de Informação Europa Criativa.
- Elaborámos a Estratégia Nacional para a Educação e Cultura.

Na área do Património:

- Promovemos o mais forte movimento de classificação de património cultural desde a 1ª República. Entre julho de 2011 e abril de 2015 foram analisados e despachados cerca de 11.892 processos, tendo sido assinadas e publicadas 683 Portarias de classificação de Monumentos, Conjuntos ou Sítios de Interesse Público (MIP, CIP e SIP) e 368 Portarias de fixação de Zonas Especiais de Proteção (ZEP).
- Promovemos a transferência e abrimos ao público o Novo Museu Nacional dos Coches.

- Ampliamos o Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea, resolvendo o diferendo há muito existente entre as várias tutelas que partilham a gestão e ocupação do antigo Convento de São Francisco da Cidade.
- Incorporámos a denominada Coleção SEC na DGPC, com exceção da coleção de fotografia, que será integrada no Centro Português de Fotografia.
- Lançamos o projeto Rota das Judiarias, em parceria com municípios e entidades regionais de turismo, com financiamento EEA Grants e do Estado Português num montante total de 5 milhões €.
- Concretizámos os projetos Rota das Catedrais, que integra a requalificação de monumentos como as Sés de Leiria, Guarda e Viseu.
- Prosseguimos o projeto Rota do Românico, que envolve todos os municípios da comunidade intermunicipal dos rios Tâmega e Sousa, com um investimento total entre 1998 e 2014 de 24 milhões €.
- Reabrimos o Museu Nacional Machado de Castro em Coimbra, num investimento total de 12 milhões €.
- Inaugurámos a extensão do Museu Alberto Sampaio, em Guimarães, resolvendo uma situação pendente desde 2008, com um investimento de 2 milhões €.
- Desenvolvemos processos de valorização dos Museus Nacionais e Monumentos Património da Humanidade afetos à DGPC, num investimento global de 5,2 milhões €.
- Participámos na intervenção de restauro da Torre dos Clérigos, através de um investimento total de 2,6 milhões €.
- Abrimos ao público monumentos e centros interpretativos, como o Mosteiro de Salzedas, Castelo de Algosó, Mosteiro da Serra do Pilar em Gaia, Casa d’Allen no Porto e Vila Amuralhada de Numão.
- Realizámos intervenções de reabilitação no Convento de Santa Maria de Semide - Miranda do Corvo, Mosteiro de Santa Clara-a-Nova – Coimbra, Igreja da Vista Alegre – Ílhavo e Igreja do Carmo, entre outros, com fundos europeus e nacionais.
- Captámos 12 milhões € para a conservação do património do Alentejo, maior investimento em património nessa região dos últimos 15 anos.
- Desenvolvemos o projeto de recuperação e valorização da Sé Patriarcal de Lisboa. Prevê-se um investimento global de 5 milhões €.
- Realizámos intervenções de conservação e reabilitação de edificado, interiores, equipamentos, coberturas e fachadas no Teatro Nacional de S. João, Teatro Nacional D. Maria II, Teatro Nacional de São Carlos e Teatro Camões.
- Criámos um novo regime de preços e de acesso a museus e património cultural, com a harmonização nacional dos equipamentos.
- Preparámos a intervenção de conservação e restauro dos carrilhões do Palácio Nacional de Mafra, com arranque dos trabalhos previsto até ao final de 2015, num montante de 2 milhões €.
- Afetámos as verbas do valor indemnizatório do furto

- das Joias da Coroa Portuguesa nos Países Baixos ao remate da fachada Poente do Palácio Nacional da Ajuda, resolvendo uma questão com décadas de existência, e à criação de um espaço expositivo para as Joias da Coroa Portuguesa, num montante de 4,4 milhões €.
- Concluimos a 1ª fase de requalificação e valorização do Promontório de Sagres e avançamos com a 2ª fase.
- Decidimos a transferência do Museu Nacional da Música para o Palácio Nacional de Mafra.
- Lançamos o Prémio Internacional de Composição – Órgãos do Palácio Nacional de Mafra, prémio bianual com primeira atribuição em maio de 2015.
- Decidimos a passagem para estatuto de Museu Nacional do Museu Grão Vasco e do Museu da Música, bem como alargámos o âmbito do Museu Nacional do Teatro integrando a área da Dança, passando a designar-se Museu Nacional do Teatro e da Dança.
- Adquirimos obras de arte para as coleções dos Museus e Palácios Nacionais. Entre 2011 e 2015, foram adquiridas 17 obras de arte (do séc. XV ao séc. XX) num montante de 440 mil €, destacando-se um centro de mesa em prata de Veyrat, aquarelas de D. Carlos, pintura de Columbano e um importante livro do séc. XVII, ou ainda um medalhão em bronze do séc. XVI, para além de um financiamento anual no montante de 500 000€ para a aquisição de obras de arte para a Fundação de Serralves.
- Acompanhamos a candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO.
- Foi inscrita a Dieta Mediterrânica como Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, num processo que envolveu sete países. Criámos o Grupo de Acompanhamento para a Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica, constituída por representantes de entidades públicas e privadas e dos mais variados sectores da sociedade.
- Demos início ao processo de candidatura do Azulejo a Património da Humanidade da UNESCO.
- Colaborámos com a Presidência da República na requalificação do Palácio da Cidadela em Cascais, cedendo mobiliário e obras de arte dos acervos históricos de museus e palácios nacionais, para decoração dos interiores à época.
- Concluimos a obra de restauro integrado da Sala D. João VI do Palácio Nacional da Ajuda, recuperando as pinturas murais originais das paredes e teto desta sala.
- Restaurámos e abrimos ao público as salas do oratório privado da rainha D. Maria Pia no Palácio Nacional da Ajuda.
- Celebrámos com a Câmara Municipal de Lisboa um Memorando de Entendimento para a conservação e reabilitação do Arco da Rua Augusta que permitiu a sua abertura ao público.
- **Entidades de Produção Artística:**
 - A Companhia Nacional de Bailado, o Teatro Nacional de São João e o Teatro Nacional D. Maria II incrementaram a sua atividade de circulação nacional e internacional.

- Foi criado o projeto A Grande Orquestra de Verão, iniciativa que permitiu a apresentação de um conjunto de concertos com entrada gratuita por todo o país.
- Implementámos, em sede de Conselho de Fundadores, um novo modelo de governação da AMEC – Associação Música Educação e Cultura, que gere a Orquestra Metropolitana de Lisboa.
- Foram realizadas encomendas a criadores portugueses, que geraram um conjunto de novas obras na área da música e do teatro.

Cinema e Audiovisual:

- Reforçámos substancialmente os apoios financeiros do ICA através da aprovação e regulamentação da nova Lei do Cinema.
- Abrimos concursos para apoios financeiros ao cinema e audiovisual, que em 2015 terão um montante disponível de 17,2 milhões de euros, o mais elevado de sempre.
- Desenvolvemos, lançamos e implementámos o Plano Nacional de Cinema.
- Lançamos o Programa Cinema Português em Movimento.
- Desenvolvemos o projeto de um cluster de empresas da área das indústrias culturais e criativas, em parceria com o TICE (Pólo de competitividade das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica), cuja instalação está em curso no edifício da antiga Tobis.
- Resolvemos a situação do Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual, com a sua liquidação no final de 2014.
- Lançamos a Portugal Film Commission, que visa assegurar a facilitação operacional e uma estrutura de apoio para a promoção do território nacional como destino de filmagens, de forma a captar investimento na área da produção cinematográfica para Portugal.
- Associámos o ICA ao NEM – Portugal (New European Media – Portugal) de forma a garantir para Portugal um papel relevante na área dos Conteúdos Interativos e Media e Indústrias Criativas.

- Promovemos novos acordos de co-produção ou aprofundámos acordos existentes, nomeadamente, com a Alemanha, Brasil e França.

Livro, Bibliotecas, Arquivos e Leitura:

- Desenvolvemos a aplicação Macro Estrutura Funcional, que vem permitir, pela primeira vez, o diálogo e a comunicação entre os diferentes Sistemas Eletrónicos de Gestão Documental existentes nos vários organismos do Estado.
- Estabelecemos a arquitetura do modelo de gestão de informação de preservação digital, permitindo um conhecimento de síntese inédito da dimensão da documentação.
- **Pertencente à Administração Pública.**
 - Disponibilizámos conteúdos na web, contribuindo para afirmar a língua portuguesa como instrumento de identidade de Portugal no mundo, incluindo património arquivístico comum com os países da CPLP.

• Demos continuidade aos diferentes programas de apoio, à edição, à tradução e à participação dos autores portugueses nos principais certames internacionais ligados ao livro.

• Demos continuidade ao apoio a instituições na área do livro e edição, com destaque para a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, e a Prémios Literários, como o caso dos prémios promovidos pelo PEN Clube Português, pela Associação Portuguesa de Escritores e pela Associação Portuguesa dos Críticos Literários. Atribuímos ainda o Prémio Nacional de Ilustração.

• Prestámos apoio técnico ao Governo de Moçambique no âmbito da formulação do seu Plano Nacional do Livro e da Leitura.

• Instituímos em 2014 o Prémio Boas Práticas em Bibliotecas Públicas.

• Celebrámos Contratos-Programa para a conclusão dos projetos de instalação de Bibliotecas Municipais, com seis Municípios e celebrámos Adendas a Contratos-Programa já celebrados com dez Municípios.

• Aprovámos em 2013 o Regulamento de Conservação Arquivística dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

• Adquirimos o arquivo das famílias Freire de Andrade (Porto e Braga) e Pereira do Lago Portocarreiro, cerca de 1000 documentos e 34 livros encadernados, com abrangência temporal entre o século XIII e XIX.

• Adquirimos o arquivo de Almeida Garret, com alguns inéditos, à família Futscher Pereira.

Apoio às Artes:

• Entre 2012 e 2015, a totalidade das verbas distribuídas através dos concursos de apoio às Artes em todas as modalidades, incluindo apoios diretos, indiretos e internacionalização, ascende a perto de 51 M€, e abrange cerca de 250 entidades por ano.

• Assegurámos a representação de Portugal nos principais eventos internacionais de arte, com destaque para a Bienal de Veneza de Arte e para a Bienal de Veneza de Arquitetura em 2012 e em 2014.

• Lançámos e vimos aprovada a candidatura portuguesa ao programa de apoio dos EEA Grants no âmbito da Promoção da Diversidade na Cultura e nas Artes, que captou 1 M€ de investimento para o projeto Pegada Cultural.

• Realizámos um conjunto de ações de capacitação do setor cultural com formadores internacionais.

• Desenvolvemos e aplicámos uma nova plataforma de gestão informática dos concursos de apoio às artes, desmaterializando processos e agilizando procedimentos.

• Descentralizámos os apoios às entidades de criação e difusão artística através das Direções Regionais de Cultura, promovendo um conhecimento mais próximo do tecido cultural português, com um investimento total de mais de 1,5 M€.

• Instituímos o Dia Nacional das Bandas Filarmónicas. Paralelamente, destaca-se a integração no acervo documental do Museu Nacional da Música.

• Concedemos apoio continuado às três orquestras regionais, Orquestra do Norte, Orquestra Filarmonia das Beiras e Orquestra Clássica do Sul. Entre 2012 e 2014 foram investidos um total de perto de 5,8 M€ no apoio às três orquestras.

• Demos continuidade aos Prémios AICA / SEC / Millennium BCP de artes plásticas e arquitetura.

Biblioteca Nacional de Portugal:

• Concluímos a obra de ampliação e remodelação da Torre de Depósitos da BNP em Março de 2013.

• Criámos o sistema RNOD – Registo Nacional de Objetos Digitais.

• Alargámos a participação em portais internacionais de informação bibliográfica e conteúdos digitais, estando agora a BNP integrada nos mais importantes portais internacionais.

• Incorporámos na BNP espólios importantes, como o de Eduardo Lourenço, Raúl Serra e Villa, Laura Wake Marques, Mário Saraiva, Rui Chianca, Artur Botelho e Carlos Amaro.

• A BNP prosseguiu o seu trabalho de disponibilização online de acervos importantes de materiais bibliográficos, tendo, entre 2011 e 2014, efetuado mais de 1 milhão de digitalizações, mais do dobro do registado entre 2005 e 2011.

Regulação e legislação do sector:

• Aprovámos a nova Lei do Cinema.

• Concebemos o Plano Estratégico de Combate à Violação do Direito de Autor e Direitos Conexos.

• Criámos o novo regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística, de instalação e fiscalização dos recintos fixos de espetáculos e o novo regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos.

• Elaborámos uma nova Lei das Entidades de Gestão.

• Criámos um novo regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico.

• Criámos um novo regulamento de Obras Literárias e Artísticas.

• Transpusemos para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva europeia relativa ao prazo de proteção do direito de autor e de certos direitos conexos.

• Procedemos à transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs.

• Aprovámos a nova Lei da Cópia Privada.

• Revimos o Decreto-Lei do Preço Fixo do Livro.

• Procedemos a alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais.

• Aprovámos o novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos.

• Elaborámos e aprovámos a Regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural.

• Preparámos um Estatuto do Bailarino da Companhia Nacional de Bailado.

• Criámos e desenvolvemos o Programa Pedagógico “IGAC vai à escola. Este programa abrangeu até à data 74 agrupamentos de escolas, 115 sessões e 5064 alunos.

• Criámos e desenvolvemos um programa preventivo “IGAC alerta”. Este programa abrangeu até à data 1800 comunicações a promotores e potenciais promotores de espetáculo de todo o país e prevê-se atingir um universo de 5000 comunicações até final de 2015.

• Consagramos no regime da Autorização de Residência o investimento na cultura, associando a atribuição de autorização de residência aos investimentos realizados na cultura.

• Determinámos a afectação de 2,5% das receitas do Imposto especial de jogo online para o Fundo de Fomento Cultural.

• Reformulámos o modelo de funcionamento do Conselho Nacional de Cultura.

• Reativámos a Comissão para a Avaliação dos Subsídios de Mérito Cultural.

• Determinou-se os critérios de classificação e desclassificação de arvoredos de interesse público, a tramitação dos correspondentes procedimentos, incluindo as formalidades das comunicações inerentes, e o modelo de funcionamento do Registo Nacional do Arvoredos de Interesse Público.

• Consagramos no novo Código Fiscal do Investimento a atribuição de benefícios fiscais a projetos de investimento cujo objeto compreenda as tecnologias da informação e produção de audiovisual e multimédia.

Mais igualdade

Um dos compromissos do Governo foi lutar por um país mais igual, nomeadamente do que diz respeito à igualdade de género e combater o flagelo da violência doméstica. Neste domínio, e além de serem executados os anteriores Planos Nacionais neste domínio, foi elaborado uma nova geração de planos, nomeadamente para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género e ainda o Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Esta nova geração de planos envolveu entidades nunca anteriormente envolvidas, como o Conselho Superior da Magistratura e a Procuradoria-Geral da República.

Nas políticas para a igualdade de género:

• Foi intensificado o trabalho desenvolvido junto das autarquias, no sentido da adoção de Planos Municipais para a Igualdade, com o objetivo de integração da perspetiva de género na estratégia organizacional autárquica e nas políticas locais.

• Tem vindo a ser alargada a implementação dos Guiões de Educação, Género e Cidadania, através da formação de docentes. Esta formação tem abrangido agrupamentos de escolas de todo o país.

• Foram aprovadas quatro Resoluções do Conselho de Ministros com o objetivo de garantir e promover a igualdade entre mulheres e homens no mercado de

trabalho, em domínios como a participação equilibrada de mulheres e homens nos órgãos de gestão das empresas, a igualdade salarial e a de-segregação sexual do mercado de trabalho.

• A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, a Secretária de Estado do Tesouro, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, o Secretário de Estado Adjunto e da Economia e o Secretário de Estado do Emprego foram mandatados para desenvolverem diligências com vista à celebração, com as empresas cotadas em Bolsa, de um compromisso que promova um maior equilíbrio na representação de mulheres e de homens nos respetivos conselhos de administração, pressupondo, por parte das empresas, a vinculação a um objetivo de representação de 30 % do sexo sub-representado, até final de 2018.

• Foi elaborado, em Portugal, o I Relatório sobre Diferenças Salariais por Ramos de Atividade, com vista a um levantamento sobre as diferenças salariais praticadas nas diversas atividades económicas.

• Foram criadas medidas ativas de emprego prevendo um apoio financeiro majorado (60% da remuneração mensal do trabalhador) à contratação de mulheres com baixas qualificações.

• Em 2013 foi lançada, em parceria com a Secretaria de Estado do Emprego, uma campanha nacional de promoção para a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, Tempo para ter tempo.

• Foram promovidas três reuniões com a Comissão Permanente da Concertação Social (em 2012, 2013 e 2015), pela primeira vez com o objetivo de debater as matérias de promoção da igualdade de género no mercado de trabalho, especificamente sobre a necessidade de promover o equilíbrio na representação de mulheres e homens nos Conselhos de Administração e de combater a desigualdade salarial.

• Em 2013 foi elaborada e amplamente divulgada uma campanha nacional de sensibilização contra o bullying homofóbico nas escolas.

• Foi aprovado nesta legislatura um acervo legislativo em que o Governo contemplou, ou propôs, em diversos aspetos, a promoção da igualdade de género, como na lei-quadro das entidades administrativas independentes, no regime jurídico das autarquias locais, nas regras aplicáveis ao sector público empresarial ou na lei que estabelece a formação na área cultural, social e ética da formação dos docentes no pré-escolar, básico e secundário.

No combater à violência doméstica e de género:

No que diz respeito à prevenção e o combate à violência doméstica e de género, foram realizadas cinco campanhas nacionais de sensibilização e realizaram-se jornadas nacionais contra a Violência Doméstica e de Género entre 2012 e 2014 que promoveram um amplo debate nacional sobre o tema.

Ao nível da proteção das vítimas de violência doméstica, foram levadas a cabo pela área da Igualdade medidas inovadoras:

Foram criadas 130 vagas para acolhimento de emergência em casas de abrigo da rede pública e em novas estruturas específicas, destinadas exclusivamente ao acolhimento, em condições de segurança e com o apoio adequado, de mulheres que se encontrem em situações de emergência. Foi instituído o “Serviço de Transporte de Vítimas de Violência Doméstica e dos seus filhos”, que assegura o transporte rodoviário das vítimas de violência doméstica e seus filhos. Foi atribuída uma subvenção a cada um dos 10 Núcleos de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica existente no País e foram apoiadas ONG e Câmaras Municipais com respostas específicas de atendimento de vítimas de violência doméstica. Foi concedido um apoio financeiro a todas as casas de abrigo com vista ao melhoramento das suas condições de habitabilidade e de conforto. Ainda no que diz respeito à proteção das vítimas de violência doméstica, destaca-se que foram amplamente reforçados o número de aparelhos de Teleassistência para proteção das vítimas e o número de aparelhos de Vigilância Electrónica para controlo dos agressores. No domínio da autonomização das vítimas de violência doméstica, o Governo também tomou medidas concretas e inovadoras, como a atribuição de uma subvenção às entidades gestoras de casas de abrigo, foi assinado um protocolo de cooperação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para disponibilizarem habitações a baixo custo às vitimas, foi celebrado um acordo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para dar resposta às necessidades de habitação das vítimas de violência doméstica no momento de saída das casas de abrigo. Outra área em relação à qual houve um grande investimento foi a área da formação, em que se intensificaram as ações de junto das forças de segurança, dos magistrados e dos profissionais de saúde em parceria com os respetivos ministérios. No âmbito da mutilação genital feminina foram realizados avanços significativos no conhecimento estatístico e científico deste fenómeno, com a criação, em 2013, de um campo específico na Plataforma de Dados da Saúde para registo de casos, e a conclusão, em 2015, do primeiro estudo de prevalência realizado no país sobre este crime. Assim, pela primeira vez, Portugal dispõe dos primeiros dados sobre mulheres sujeitas a esta prática

Para combater o tráfico de seres humanos:

Quanto à prevenção e combate ao tráfico de seres humanos foram realizadas três campanhas nacionais de sensibilização e realizaram-se anualmente, entre 2012 e 2014, Seminários/Conferências no Centro de Estudos Judiciários. Também em matéria de tráfico de seres humanos, houve um particular investimento na área da formação de profissionais. Salienta-se as ações de formação que abrangeram cerca de 300 inspetores da Autoridade para as Condições do Trabalho, com vista a melhorar o seu grau de preparação e de sensibilização para a detecção de situações de tráfico para exploração laboral; a formação a técnicos dos CLAI e dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes; a formação de militares da GNR e a formação de formadores representantes dos países da CPLP.

Em 2013 foi assinado o protocolo referente à criação da Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico

- Em 2013 foi reforçada a proteção das vítimas de tráfico com a criação e gestão por uma ONG de um centro de acolhimento e proteção para homens traficados, que é o primeiro existente em Portugal. Uma terceira estrutura de acolhimento, dirigida a mulheres vítimas de tráfico e seus/as filhos/as menores/as, abriu em 2014, na zona sul do país, e é gerida por uma outra ONG. Estas duas novas estruturas permitiram que Portugal triplicasse o número de vagas existentes para vítimas de tráfico de seres humanos, cumprindo deste modo recomendações quer do Conselho da Europa quer da OSCE.

- Encontram-se em funcionamento quatro equipas especializadas multidisciplinares que levam a cabo uma intervenção direcionada para a assistência a vítimas de tráfico de seres humanos a nível regional (Norte, Centro, Lisboa e Alentejo).
- Em dezembro de 2013, Centro de Investigação em Psicologia da Escola de Psicologia da Universidade do Minho terminou o estudo de avaliação da tramitação criminal do crime de tráfico de pessoas, que visa analisar o desenvolvimento da tramitação desde a fase em que o crime é reportado pelos órgãos de polícia criminal até à fase de julgamento.
- Em 2014 foi realizado um documentário sobre tráfico de seres humanos, em resultado de uma parceria entre a CIG e uma estação de televisão, cujo lançamento público ocorreu em dezembro e que terá contribuído certamente para a melhor percepção pública da gravidade deste crime.

Apoio às migrações

O reconhecimento das fortes alterações no perfil migratório do País levou o Governo a criar uma nova política para as migrações e a repensar o perfil e papel a desempenhar pelo Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural.

- A integração dentro da Administração Pública de um instituto público vocacionado para as migrações implicou o desmantelamento da estrutura de nomeação política que existia até aqui dentro do ACIDI. O levantamento das novas necessidades do País e a criação de uma nova política para as migrações exigiu uma nova estrutura orgânica do Alto Comissariado. Nesse sentido, e respondendo também a um esforço de reforma da Administração, foi criado o Alto Comissariado para as Migrações, IP, em substituição do ACIDI, e o Conselho para as Migrações, que deu lugar ao antigo Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração.
- Aprovámos o Plano Estratégico para as Migrações que pela primeira vez agrega vários eixos de política migratória: imigrantes, novos portugueses, coordenação dos fluxos migratórios, reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.
- Lançámos os Planos Municipais de Integração, visando o aprofundamento das políticas locais em matéria de integração dos imigrantes.

- Lançámos as ações apoiadas pelo FEINPT.
- Concluímos a negociação do FAMI com a Comissão Europeia.

- Valorizámos o tema dos novos nacionais e dos descendentes de imigrantes.

- Lançámos os primeiros projetos internacionais do Programa Escolhas.

Na sequência da reforma do ACM e da aprovação do PEM, lançaremos em junho de 2015 os novos Portais do ACM, do Observatório para as Migrações, do Observatório dos Ciganos e da Comissão para a Igualdade e Combate contra a discriminação racial, que funcionará, pelo menos numa parte, como extensão prática daquelas reformas.

- Lançámos um pacote de medidas de apoio ao investimento e regresso dos emigrantes.

Comunicação social

- O Governo implementou uma ambiciosa reforma na RTP, com vista a desgovernamentalizar a estação pública, e alterou o seu modelo de financiamento. A concessionária do serviço público de rádio e de televisão conta agora, desde a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2014, apenas com uma fonte de financiamento público: a Contribuição para o Audiovisual (CAV). A RTP passa agora a dispor de cerca de 165 milhões de euros (valor bruto), bem como das suas próprias receitas comerciais, para a prossecução da sua missão de operador público. Já entrou também em vigor o novo modelo de governo da RTP, com a criação de um órgão independente, o Conselho Geral Independente, que exerce agora as funções da tutela sectorial através da supervisão interna da RTP. Paralelamente, entrou em vigor o novo contrato de concessão do serviço público de rádio e de televisão, ajustado à realidade financeira da RTP e às necessidades atuais do serviço público.
- Aprovámos também um novo regime de incentivos às empresas de comunicação social de âmbito regional e local, criando novas tipologias de apoios e ajustando as possibilidades do sistema às reais necessidades dessas empresas e do próprio sector, sendo que ao mesmo tempo, foi aumentada a verba para apoios em mais de 1 milhão de euros.
- Foi ainda revisto o regime do incentivo à leitura e ao acesso à informação.
- Procedemos à extinção do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, o que permitirá ao Estado a poupança de aproximadamente 1 milhão de euros/ano, surgindo uma Direção de Serviços na Presidência do Conselho de Ministros que, em conjunto com outras entidades já existentes no seio da Administração Pública, assegurará, com maior eficácia e eficiência e menos custos, o cumprimento de um conjunto de atribuições que eram anteriormente desempenhadas pelo GMCS.
- Foi ainda apresentada uma Proposta de Lei que estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis

à distribuição da publicidade institucional do Estado em território nacional através dos órgãos de comunicação social locais e regionais.

- Foi “entregue” ao mercado o futuro do Portal da Imprensa Regional.

- Trabalhámos com os partidos na Assembleia da República para aprovar uma nova lei para a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

Mais desporto e juventude

- Foi lançado o Programa Nacional de Desporto para Todos.

- Operacionalização de um Grupo de Trabalho para a Proteção dos Jovens e Seleções Nacionais: publicação e eventos de apresentação pública.

- Implementámos um projeto de deteção, sinalização e identificação de talentos desportivos no âmbito dos Programas de Preparação Olímpica e Paralímpica.

- Aumento do financiamento ao Desporto Universitário por via dos contratos-programa de apoio à Federação Académica do Desporto Universitário e apoio às missões internacionais das Universiadas.

- Criámos do Cartão Jovem Atleta.

- Realizámos o Fórum “Futuro do Desporto Escolar e Desporto Universitário”, para identificar as determinantes para o futuro do Desporto Escolar e Universitário.

- Foram estabelecidos prémios de mérito por obtenção de resultado desportivo de excelência.

- Estabelecemos medidas específicas de apoio à preparação e participação internacional das seleções ou outras representações desportivas nacionais.

- Em 2012 apresentámos o estudo sobre o Impacto do Financiamento Público dos Ciclos Olímpico e Paralímpico de 2004 a 2012, que contribuiu para a reforma dos contratos de financiamento aos programas.

- Assinados contratos -programa de desenvolvimento desportivo, programa de preparação olímpica Rio 2016 e Jogos Olímpicos 2020 e 2024, bem como de Preparação Paralímpica Rio 2016 e Jogos Paralímpicos 2020 e 2024.

- Foi constituído um Grupo de Trabalho para estudar a implementação de medidas de apoio às carreiras duais dos praticantes desportivos e apresentar uma proposta de estatuto do Estudante-Atleta.

- Definição e apresentação de um Modelo de Gestão, Financiamento e Sustentabilidade dos Centros de Alto Rendimento – enquadrando as carreiras duais.

- Reativação da Fundação do Desporto.

- Implementação do Programa Nacional de Formação de Treinadores Desportivos.

- Foram regulamentadas as profissões de Treinador, Mergulhador recreativo, Técnico de Exercício Físico e de Direção Técnica de ginásios e health clubs - Especifica as profissões regulamentadas abrangidas no sector do desporto e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais.

- Em 2012 foi lançado o estudo de revisão dos critérios de financiamento ao movimento desportivo do desporto federado, em cooperação com as federações desportivas – originou a reformulação dos critérios de financiamento público ao desporto.
- Implementação de um Programa de requalificação do Centro Desportivo Nacional do Jamor.
- Cidade do Futebol e Casa das Seleções.
- Procedemos à simplificação do regime de instalação e funcionamento de recintos com diversões aquáticas.
- Estabelecemos o regime jurídico das instalações desportivas de uso público.
- Revimos a lei da Dopagem, para conformação com o Código Mundial Antidopagem e garantia da certificação do Laboratório Nacional Antidopagem.
- Publicámos a lista de substâncias e métodos proibidos, dentro e fora das competições desportivas.
- Simplificámos o regime de instalação e funcionamento de recintos com diversões aquáticas.
- Publicámos o Regime jurídico das instalações desportivas de uso público.
- Aprovámos o regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nos ginásios, academias ou clubes de saúde (healthclubs).
- Regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto.
- Extensão aos médicos especialistas em medicina desportiva a possibilidade de realizarem exames de avaliação médico-desportiva específicos para a sobreclassificação.
- Regime de compartilhar os encargos com a deslocação, por via aérea e/ou marítima, entre o território continental e as Regiões Autónomas.
- Normas de execução da lei antidopagem no desporto.
- Regime jurídico das sociedades desportivas.
- Parâmetros para o reconhecimento da natureza profissional das competições desportivas.
- Regime jurídico aplicável ao mergulho recreativo.
- Medidas específicas de apoio à preparação e participação internacional das seleções.
- Revisão do Regime Jurídico das Federações Desportivas.
- Regime jurídico de aprovação, atribuição de matrícula, alteração de características e inspeção de automóveis, ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos participantes em competição desportiva, a fim de poderem circular na via pública.
- Aprovámos a lei que cria o Tribunal Arbitral do Desporto.
- Estabelecimento de cooperação estratégica com a RTP com vista à redinamização da Fundação do Desporto e consequente promoção, em particular, dos Centros de Alto Rendimento e de iniciativas desportivas de âmbito governamental como a realização dos VIII Jogos Desportivos da CPLP.
- Carta Desportiva Nacional que será consubstanciada no SNID, Sistema Nacional de informação Desportiva. Projeto financiado pelo COMPETE, no quadro do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.
- Definição de uma Estratégia para a Economia do Desporto com eixo prioritário na internacionalização do desporto nacional, com particular focalização na comercialização dos Centros de Alto Rendimento no exterior, organização de eventos desportivos internacionais e valorização do know how e capacidade e capital humano instalado.
- Criámos a Agência Independente do Mar e do Desporto – AIDEM.
- Protocolos Bilaterais e Programas de Apoio à convergência com a CPLP - Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto da CPLP.
- Protocolo de cooperação transfronteiriça e da cooperação ibérica no âmbito do Conselho Ibero-americano do Desporto.
- Desenvolvimento do Programa “Cuida-te!” educar para a saúde, promovendo a aquisição de conhecimentos e competências nesta área.
- Colaboração do SICAD e Fórum Nacional do Álcool e Saúde (FNAS) na elaboração e implementação da nova Lei do Álcool.
- Projeto do Conselho Nacional de Juventude “Nutrition 4Youth” em parceria com o IPDJ.
- Celebração do Dia do Associativismo com o IPDJ dedicado ao tema da Educação Não Formal.
- Constituição do Grupo de Trabalho para a criação do Técnico de Juventude e reconhecimento de competências de Educação Não Formal.
- Foi criado o programa IDA - Incentivo ao Desenvolvimento Associativo – programa específico para apoiar as Associações Juvenis a implementarem estágios profissionais para Jovens.
- Foi estabelecido um protocolo para criar um programa de “Estágios Profissionais em Associações Juvenis”, estando prevista a realização de 150 estágios.
- Manutenção dos programas de apoio à Juventude - PAJ e PAE - nos anos de 2012, 2013 (com valores ao nível de 2011) e reforço orçamental dos programas em 2014 e 2015.
- Reabertura dos programas: Campos de Férias Internacionais, OTL, Férias em Movimento (nos anos de 2013 e 2014 estes programas envolveram mais de 13 mil jovens).
- Criação do programa de Voluntariado Associativo – Agora Nós (Programa que visa incentivar os jovens a praticarem o voluntariado no espaço associativo).
- Novos Programas: Mobilidade Juvenil - Erasmus + (Agência Juventude em Ação) - Orçamento global - €43.670.910 (2014/20).
- Implementação de um novo modelo de gestão das Pousadas da Juventude.



GOVERNO DE
PORTUGAL